

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

VANDERLEI MARTINI

**LUTAS SOCIAIS RECENTES NO BRASIL:
UM NOVO BLOCO POLÍTICO-SOCIAL**

RIO DE JANEIRO

2015

VANDERLEI MARTINI

**LUTAS SOCIAIS RECENTES NO BRASIL:
UM NOVO BLOCO POLÍTICO-SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sobre orientação do professor Dr. José Paulo Netto.

Rio de Janeiro

2015

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o aprendizado que obtive através da militância e das lutas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e sem o engajamento e dedicação dos Professores (as) da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que em seu cotidiano atuam na perspectiva de romper com as cercas que nos privam do conhecimento sistematizado.

Agradeço a minha companheira Cristiane Francelina Dias, por ter compartilhado comigo a Vida, as Lutas e os Sonhos; ao meu querido filho Andrei, que sofre com minha ausência, em função das aulas, das leituras e da elaboração deste trabalho.

Aos meus pais e irmãos que semeiam a terra e acreditam e lutam pela mudança da sociedade, *“quem planta espanta seus males se diz, quem planta é quem colhe é quem finca raiz”*.

Aos professores e companheiros Maristela Dal Moro, Henrique Wellen e Elaine Martins Moreira, que se dedicaram e coordenaram com paciência o primeiro Curso de Serviço Social para Assentados da Reforma Agrária em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes e o PRONERA.

Ao professor emérito José Paulo Netto, por ter aceitado me orientar em meio a tantas tarefas e demandas da classe trabalhadora brasileira e por ter me proporcionado o desfrute do convívio intelectual, pelos diálogos, pelas discussões e reflexões e, mais que isso, pela amizade, sensibilidade e profunda solidariedade.

Agradeço a todos os meus companheiros e companheiras de lutas e de caminhada que me acompanharam em cada etapa da militância e dos estudos.

RESUMO

Este trabalho busca analisar a trajetória das maiores organizações que compõem o *bloco político social* (PT, CUT e MST) formado a partir da crise e do ocaso da ditadura civil-militar e as lutas de classes em nosso país, buscando compreender a realidade histórico-social, tendo em vista pensar posteriormente estratégias para mudar essa realidade. O objeto são as condições históricas que possibilitaram o surgimento das três principais organizações (PT, CUT e MST) da classe trabalhadora organizada no Brasil, num contexto de crise estrutural do capital, de ofensiva neoliberal em escala mundial, da crise da ditadura civil-militar e do processo de redemocratização do país. Faz-se uma breve análise da gênese, do desenvolvimento e dos rumos tomados pelo Partido dos Trabalhadores, pela Central Única dos Trabalhadores e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, desde a crise e do ocaso da ditadura (1979-1985) contexto esse que possibilitou o surgimento deste novo *bloco político-social*, passando pelos anos de 1990, fase de avanço e de consolidação do neoliberalismo, até o ano de 2002. Parte-se da referência ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, das suas diferentes fases e dos diferentes modelos de produção implementados no Brasil, prioritariamente a sua fase neoliberal. Nos últimos anos, as grandes mudanças que ocorreram na estrutura societária brasileira, em decorrência da ofensiva neoliberal, da reestruturação produtiva e da contrarreforma do Estado, mudaram o mundo do trabalho, assim como a forma do capital constituiu sua hegemonia na sociedade. O Estado capturado pelo grande capital nativo e estrangeiro, sem abrir mão da coerção, lançou mão do consenso, incorporando em seu aparato burocrático dirigentes sindicais e partidos políticos que compõem o espectro da esquerda, buscando consolidar sua hegemonia – e conseguiu-o - pois, mais do que nunca, o capital continua hegemônico.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Bloco Político-Social, Lutas de Classes, PT, CUT, MST

LISTA DE SIGLAS

- ALN** - Aliança Libertadora Nacional
- ALCA** – Área de Livre Comércio das Américas
- CIMI** – Comissão Indigenista Missionária
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- CF** – Constituição Federal
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CEB** – Comunidades Eclesiais de Base
- CGT** - Comando Geral dos Trabalhadores
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil
- COB** - Confederação Operária Brasileira
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- HDR** - Human Development Report
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MPA** – Movimento dos Pequenos Agricultores
- MMC** – Movimento de Mulheres Camponesas
- MASTER/RS** – Movimento de Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul
- MIRAD** - Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário
- ONU** – Organizações das Nações Unidas
- PT** – Partido dos Trabalhadores
- PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro
- PCBR** - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
- PNRA** - Plano Nacional de Reforma Agrária
- STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- URSS** - União das Republicas Socialistas Soviéticas
- UNE** - União Nacional dos Estudantes
- ULTAB** - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
- VPR** - Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
I - O CONTEXTO HISTÓRICO DA CRISE E DO OCASO DA DITADURA CIVIL-MILITAR: O PROCESSO DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PAÍS	11
1.1 A evolução do modo de produção capitalista	11
1.2 Modelos de “desenvolvimento” econômico, político e social no Brasil	13
1.3 O significado do golpe civil-militar	19
1.4 Crise e condições de fortalecimento da sociedade civil brasileira 1979-1989	28
1.5 As “Diretas já”	35
1.6 Os primeiros presidentes civis pós-ditadura - Tancredo Neves e José Sarney	37
1.7 Movimento Nacional Pró-constituente e a Constituição Federal (CF) de 1988	38
1.8 As eleições diretas de 1989 – disputa de projetos; ápice dos anos 1980	40
II - A EMERGÊNCIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DO NOVO BLOCO POLÍTICO-SOCIAL	43
2.1 O ressurgimento das novas forças sociais - os férteis anos 80	43
2.2 Gênese e constituição do PT	45
2.3 A Central Única dos Trabalhadores	47
2.4 Aspectos sociais, econômicos, políticos e ideológicos que compõem a gênese do MST.	48
2.5 Novos Movimentos Sociais e movimento sindical clássico	58
2.6 Lutas de classes e classes sociais	61
2.7 Sobre hegemonia	66
2.7.1 Bloco histórico ou bloco político-social	68
2.8 O novo bloco político- social	70
III - O NEOLIBERALISMO E AS LUTAS DE CLASSES NO BRASIL	73
3.1 O modelo neoliberal	73
3.2 O neoliberalismo e o novo bloco político-social	76
3.3 Lutas de classes e crise do neoliberalismo	81
3.4 Dialética das lutas de classes na recente formação da classe trabalhadora brasileira	82
3.5 Retomando o fio da história: A grande conquista do bloco político social - LULA LÁ ..	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar brevemente a gênese, o desenvolvimento e a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao longo das últimas duas décadas do século XX. Em nossa perspectiva, como já é amplamente aceito, estas são as maiores organizações que compõem um *bloco político-social* a partir da crise e do ocaso da ditadura civil-militar e das lutas de classes travadas em nosso país neste contexto histórico.

Trata-se de um estudo sobre as condições históricas e sociais que possibilitaram o surgimento destas organizações e da sua afirmação como representantes das classes trabalhadoras organizadas no Brasil, em um contexto de crise estrutural do capital, de ofensiva neoliberal em escala mundial, de crise da ditadura civil-militar e do processo de redemocratização do país. Identificamos uma literatura sobre o tema bastante extensa; porém o intuito deste trabalho não é o de fazer uma revisão exaustiva, mas o de, delinear um quadro geral e apontar alguns dos limites que surgiram durante o processo de desenvolvimento do PT, da CUT e do MST.

Não encontramos durante esta pesquisa, reunidos em um só trabalho, um estudo sistemático sobre a trajetória deste *bloco político-social* no Brasil; assim, justifica-se a importância desse estudo para os movimentos sociais, para os partidos políticos, para os sindicatos e suas centrais, enfim, para todas e todos os militantes revolucionários que almejam e lutam por transformações estruturais em nosso país.

No âmbito do Serviço Social, a pesquisa torna-se relevante, pois trata-se de um estudo feito no marco do primeiro curso da Escola de Serviço Social (ESS-UFRJ) em convênio com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e com o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC.

Propusemos como objetivos desta pesquisa compreender a realidade histórico-social de nosso país, desde a crise e o fim da ditadura civil-militar (1979-1985), contexto que possibilitou o surgimento de um novo *bloco político-social*, passando pelos anos de avanço e consolidação do neoliberalismo (1990) até o ano de 2002.

A assertiva, muito propalada, de que, *quem não conhece a história, não consegue interpretar o presente e muito menos projetar um futuro*, pelo menos de forma mais segura, justifica o nosso resgate histórico, sem, contudo, pensar que o presente trabalho irá sanar

todas as dúvidas suscitadas e muito menos pretender que a sua abrangência seja uma contribuição definitiva no que tange ao resgate histórico das lutas de classes e dos movimentos sociais no Brasil. Também não se trata de contorcismos dialéticos, nem de diletantismo ou de truques pueris visando justificar pontos de vistas. Trata-se de um esforço para apreender da realidade os elementos concretos tal qual eles se manifestam, seja em sua forma fenomênica ou essencial.

O trabalho pretende ser uma reflexão sistemática (ainda que seja uma primeira aproximação ao tema), fruto de uma inserção em um processo social – oriunda de uma militância em um dos maiores movimentos sociais do país, de uma trajetória de participação nos processos de lutas políticas da classe trabalhadora, bem como de leituras, de debates coletivos e de sínteses individuais.

Entre as fontes pesquisadas, destacam-se os textos publicados por autores que buscaram desenvolver uma práxis vinculada às lutas da classe trabalhadora. Por isso, lançamos mão da literatura produzida com base em atividades de pesquisas científicas, principalmente textos publicados por autores reconhecidos por suas investigações e inserção política, que em geral, no conjunto da militância, salvando as raras e valiosas exceções, não estão sendo exploradas em profundidade nas discussões sobre o momento conjuntural em que vivemos, em decorrência do ativismo pragmático que impera nas reflexões das organizações sociais estudadas.

A pesquisa realizada é exposta em três capítulos: no primeiro capítulo, faz-se uma apresentação geral do desenvolvimento do modo de produção capitalista e da particularidade deste desenvolvimento no Brasil. Procuramos apresentar uma visão panorâmica das lutas de classes e dos principais *atores sociais coletivos* deste período, dando ênfase às articulações entre os processos de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais. Fizemos um resgate do modelo de desenvolvimento econômico e social na sociedade brasileira no período ditatorial e suas condicionantes, do que possibilitou a crise e o ocaso da ditadura civil-militar, bem como do ressurgimento dos movimentos sociais (MST), do “novo” movimento sindical (CUT) e do partido de massas (PT) que em suas origens almejavam uma sociedade socialista.

No segundo capítulo, buscamos apresentar as lutas de classes e as classes sociais em luta no Brasil, considerando prioritariamente os aspectos históricos que possibilitaram o surgimento do MST e do *bloco político-social* que a organização veio compor, juntamente com o PT e a CUT. Nossa abordagem teve como objetivo explicitar o conteúdo de determinados conceitos e categorias muito em voga nas organizações sociais. Entendemos

que muitas vezes os conceitos viram “*chavões*” e são usados de forma confusa e pouco criteriosa.

Por fim, no terceiro capítulo, demos ênfase ao neoliberalismo no Brasil e as lutas de classes travadas pelo novo *bloco político-social* ao longo dos anos de 1990. A premissa fundamental aqui exposta pode ser resumida na assertiva de Florestan Fernandes (2008, p.29): “quem não se aproxima corretamente de um problema, é claro, também não esta em condições de resolvê-lo”. Por isso, afirmamos que é fundamental uma boa análise do passado recente. Com a perspectiva histórica e dialética fizemos uma digressão sobre as lutas de classes na recente formação da classe trabalhadora brasileira. E, à guisa de conclusão, analisamos a grande conquista do *bloco político-social* em 2002.

Utilizamos diversas categorias e vários conceitos: crise, lutas de classes, classes sociais, movimentos sociais, sindicatos, partidos, hegemonia, bloco político-social, entre outros. Em cada parte da pesquisa, sempre que observada a necessidade, definimos o que entendíamos por cada um dos conceitos trabalhados. Isso porque, no campo das ciências sociais, para seguir caminho e avançar na busca da apreensão do real, desvelando-o, é preciso delimitar e definir certos conceitos-chave. Assim também, a determinação do conteúdo evita possíveis debates fora do contexto, além de interpretações e discussões infrutíferas.

As limitações encontradas durante a pesquisa e elaboração deste trabalho foram, em nossa avaliação, o tempo de elaboração do trabalho de conclusão de curso – TCC, que é relativamente curto para se ensejar uma pesquisa mais aprofundada.

Diante da complexidade do tema e dos limites definidos pela presença de distintas posições políticas (as quais ora interagem com maior intensidade numa perspectiva de classes e de superação da forma social burguesa, ora recuam abrindo espaço para ingresso de iniciativas focalizadas e paliativas que, mantendo intacto o modo de produção capitalista, tratam de minimizar seus efeitos com ações superficiais e conciliadoras). Entendemos que a classe trabalhadora deva buscar sempre o conhecimento objetivo da realidade, da estrutura social e da conjuntura política.

Da mesma maneira que Marx (2006), ao que se refere ao método de trabalho, no decorrer dessa pesquisa nos esforçamos para apreender a lógica de determinados objetos de estudo específicos e não elaborar uma lógica sobre eles. Assim, buscamos uma aproximação sucessiva aos *sujeitos sociais coletivos* que compõem o *bloco político-social*, por ser um dado imediato e abstrato, portanto, sínteses de múltiplas determinações. Em nossa perspectiva teórica e metodológica buscamos analisar as lutas sociais e a conformação do *bloco político-*

social, numa perspectiva *histórico-dialética*, pois “o concreto [as lutas sociais e o *bloco político-social*...] é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 2008, p.258). Desse modo, propomo-nos ir do abstrato ao concreto para depois fazer o caminho inverso.

Buscamos diferenciar o método de pesquisa e de estudo do método de exposição. Isso porque, de acordo com Marx, “a investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real” (MARX, 2006, p.28). Consequentemente, embora sendo momentos diferentes, investigação e exposição são partes constitutivas de um mesmo processo - da busca do conhecimento. Isso porque, no método dialético adotado pelo autor, “o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (idem, p.28). Desta maneira, almejamos interpretar, conhecer a história recente de nosso país e das principais organizações que compõem o *bloco político-social*.

Buscar compreender o objeto de estudo do ponto de vista da totalidade, da mediação e da contradição, é a fórmula mais segura, pois possibilita um conhecimento sintético e completo da realidade, ainda que a realidade social seja sempre mais rica que o conhecimento que podemos obter sobre ela – isso porque, a realidade social é infinita. Ao aludimos que todo o conhecimento teórico é relativo e insuficiente, não significa que compartilhamos da teoria do relativismo do conhecimento. Pelo contrário, nos somamos aos que defendem que o estudo que vai à essência dos fenômenos permite eliminar hipóteses supérfluas e ir além das aparências fenomênicas, imediata e empírica da realidade e dos objetos (sujeitos) estudados.

Por fim, salientamos que apreensão do complexo e dinâmico quadro das lutas de classes no Brasil é fundamental para o planejamento de ações que interfiram na conjuntura política e alterem a correlação de forças em favor das classes trabalhadoras de nosso país. Esperamos que este trabalho venha contribuir com a perspectiva de superação da atual formação social que se comprova diuturnamente insustentável e inviável sob todos os aspectos da vida social, pois entendemos que a transformação da sociedade somente ocorrerá através de um ato deliberado e consciente do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras e em uma conjuntura favorável as transformações estruturais.

CAPÍTULO I

O CONTEXTO HISTÓRICO DA CRISE E DO OCASO DA DITADURA CIVIL-MILITAR: O PROCESSO DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PAÍS

1.1 A evolução do modo de produção capitalista

A célebre frase contida no *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (2010, p.40) expressa o antagonismo entre as classes que produzem as riquezas e as classes que delas se apropriam e que este fato (lutas entre as classes) constitui o verdadeiro motor de toda história escrita. Não obstante, o grande revolucionário e teórico da classe trabalhadora, em *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, afirma, “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25). Definitivamente, os seres humanos (homens e as mulheres) não fazem a história como querem. E, na realidade, também não podemos voltar a formas passadas; no máximo, as reencontramos no presente como elementos não superados, mas em outro contexto histórico.

Por volta do século XV têm-se o início da decadência do mundo feudal e a abertura da sociedade moderna (capitalista), que se inicia na Inglaterra onde as forças produtivas estavam mais desenvolvidas e posteriormente se espraia com a Revolução Francesa de 1789. Neste período de transição do feudalismo ao capitalismo, portanto de surgimento da burguesia, de questionamento do absolutismo, das primeiras revoluções burguesas, do desenvolvimento da navegação, do comércio, das relações comerciais, das grandes transformações econômicas, dos grandes debates em torno da razão e da fé, do desenvolvimento das ciências, da busca do conhecimento e da verdade etc. indubitavelmente mudou-se o mundo.

A sociedade se modificou substancialmente e a burguesia, sob este ponto de vista, foi revolucionária porque de fato mudou o mundo - a seu favor. A origem do processo de acumulação capitalista, a partir dos cercamentos dos campos e expulsão dos camponeses, deu-se o que Marx (2011) chamou de *acumulação primitiva*. A chamada acumulação primitiva, para Marx, “é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constituiu a pré-história do capital e do modo de produção

capitalista” (Marx, 2011, p.828). E, ainda de acordo com o grande crítico da economia política,

o roubo dos bens da igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram a indústria as cidades a oferta necessária de proletários sem direitos (Marx, 2011a, p.847).

Esse prólogo criou as bases do Modo de Produção Capitalista – MPC, e ocorreu primeiramente nos países ocidentais da Europa (Inglaterra, Irlanda, Escócia etc.) entre os séculos XV, XVI e XVII.

A partir de então, didaticamente, podemos elencar três grandes fases do capitalismo: a primeira, de aproximadamente 1500 a 1750, conhecida como a fase do capitalismo comercial; a segunda, de 1750 a 1870, fase do capitalismo industrial ou concorrencial (esta fase dá-se concomitantemente à primeira revolução industrial 1750 – 1870); a terceira fase, de 1880, aos dias atuais, fase do capitalismo imperialista. Neste período ocorreu a segunda revolução industrial (1870-1945) e a terceira revolução industrial (1945...).

A partir dos acúmulos teóricos produzidos socialmente, com relação às fases do MPC, aqui vamos nos deter na terceira fase ou, mais precisamente, na sua fase imperialista – monopolista. O imperialismo em nossa acepção do termo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista e, de acordo com Lenin (2010, p.87), “o imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral”. Esta fase imperialista do capitalismo, que vai de 1880 aos dias atuais, pode ser estudada, para efeito didático, em três períodos distintos: o imperialismo clássico (1880-1940), o período do *welfare state* (1945-1973) e a sua fase neoliberal (1973 aos dias atuais).

O primeiro período do imperialismo, como apontamos, situa-se entre 1880 e 1940; é a fase liberal do capitalismo. Lenin, em sua obra *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo* desenvolveu a tese de que o capitalismo está realmente maduro na sua fase imperialista, ou seja, a partir dos anos de 1880.

O período correspondente a 1945-1975, conhecido como os anos do *welfare state* - Estado de Bem Estar Social - é uma fase do capitalismo imperialista dinâmica e particular de determinados países europeus, em um período de crescimento do capitalismo. Esse período também ficou conhecido como os “trinta anos gloriosos”. O fundamento do arranjo sociopolítico objetivado no *welfare state* consistia nos ganhos possíveis à classe trabalhadora no marco da *onda longa expansiva* do capitalismo monopolista, ou imperialista. Os anos

gloriosos devem ser entendidos, a partir da abordagem de Ernest Mandel (1982), como uma *onda longa expansiva* de crescimento em meio a crises. Pode-se dizer que as crises se constituíram numa série de pequenos episódios; entretanto, o crescimento era retomado e demonstrou-se dominante neste quadrante.

A partir de 1970, a *onda longa expansiva* chega ao fim. Desta maneira, ingressamos no terceiro período, denominado neoliberal. O neoliberalismo é considerado o mais recente estágio da fase imperialista do capitalismo e desenvolveu-se a partir do contexto da crise do sistema que iniciava uma *longa onda recessiva*. Ou seja, de início dos anos 1970 até os dias atuais, inverte-se a dinâmica capitalista do estágio anterior. Neste quadrante, as crises voltam a ser predominantes e os períodos de retomada do crescimento tornam-se cada vez mais conjunturais e localizados.

Embora não se trate, absolutamente, de modelo (como os anteriores), o neoliberalismo se configura para além do âmbito estritamente político, ou seja, a proposta neoliberal centra-se na inteira despolitização das relações sociais, com o que qualquer regulação política democrática do mercado - via Estado ou outra instituição - é rechaçada de princípio.

No Brasil, o processo de desenvolvimento do capitalismo não se deu da mesma maneira nem ao mesmo tempo em que nos países centrais. Desde o início, a partir da colonização portuguesa, fomos compelidos a enviar nossas riquezas naturais através de Portugal aos países centrais do capitalismo. Porém, nossa formação econômica e social, embora bastante vinculada com a Europa, apresenta características singulares.

1.2 Modelos de “desenvolvimento” econômico, político e social no Brasil

Desde a colonização portuguesa (1500-1822) até aproximadamente 1930, a economia brasileira baseava-se na produção de produtos primários voltados para exportação. Foi o padrão de “desenvolvimento” que perdurou por mais tempo (cerca de 430 anos) ao longo de nossa história. Destes longos anos, cerca de 380 foram baseados no trabalho escravo, principalmente dos negros trazidos da África, mas, também havia em menor proporção a escravidão dos povos autóctones. O trabalho escravo foi utilizado principalmente na agricultura - com destaque para a produção de açúcar nas grandes fazendas e na extração do ouro, sendo assim essencial para o “desenvolvimento” do modelo da época. Por conseguinte, num primeiro momento exportamos pau-brasil, açúcar, ouro e na metade do século XX, o café.

Este modelo ficou conhecido e caracterizado como sendo agroexportador, levado a cabo pelas elites brasileiras, desde o período colonial (1500-1822) até os primeiros anos da Era Vargas (1930-1945).

Se, no período colonial, como colônia portuguesa e, subsequentemente no período imperial (1822-1889) sob os reinados de D. Pedro I e II, nosso país “desenvolveu-se” baseado no trabalho escravo, voltado para exportação e acumulação de riqueza dos países centrais¹ no período da industrialização (1930-1980) o centro de acumulação de capital deslocou-se para as fábricas, nas cidades.

O Brasil da época colonial e imperial era uma sociedade pré-capitalista, subordinada ao capitalismo através do mercado mundial; vivíamos sob um regime caracterizado por Jacob Gorender (1978) como *escravismo colonial*, onde não havia, de acordo com Carlos Nelson Coutinho (2005), uma *sociedade civil forte*.

A estrutura agrária brasileira apresentava uma série de características cuja compreensão requer hoje uma análise do processo histórico e de sua formação, considerando que não se alterou em termos absolutos a posse e o uso das nossas terras. A abundância de terras cultiváveis e férteis, o clima tropical ou subtropical e a baixa densidade populacional, somando-se à inexistência de força de trabalho assalariada local, na fase inicial do capitalismo, possibilitaram que a *plantation*² - grande propriedade rural de monocultura agrícola, baseada no trabalho escravo – se impusesse como forma predominante e quase que exclusiva de organização do meio rural brasileiro. A produção agrícola deste território estava voltada para exportação e a forma de organização do trabalho encontrada, considerada a mais econômica da época, foi o trabalho escravo.

O controle do acesso às terras de fácil exploração, pelas classes dominantes, permitiu que o sistema atravessasse a crise da abolição da escravatura mantendo praticamente intacta a estrutura da propriedade fundiária até os dias atuais.

Concomitantemente a este contexto histórico e social, em contraste com o Estado das classes dominantes, as instituições (agências ou entidades) eram incipientes ou até mesmo efêmeras. Por exemplo, os partidos políticos, o parlamento, o sistema de educação não iam

¹ Grande parte do pau-brasil, do couro e da carne, mas principalmente do ouro não ficava em Portugal que em relação aos demais países europeus era um dos menos desenvolvido.

² É a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, praticando a monocultura [...] destinado à exportação [...] utilizando mão de obra escrava. Produzindo apenas para exportação, sua localização deveria estar próxima dos portos para diminuir o custo com transportes (STEDILE, 2005, p.23).

além da catequese, entre outros. Aqui é importante uma distinção. As agências (entidades) da sociedade civil que exprimiam os interesses das classes dominantes eram fortes e gozavam as benesses do Estado. Por outro lado, as agências que exprimiam os interesses das classes trabalhadoras eram frágeis, em consequência da repressão exercida pelas classes dominantes com seu Estado coercitivo.

A independência do país em 1822, sob esta conjuntura política, foi considerada por Carlos Nelson Coutinho como a resultante de “uma manobra “pelo alto”, de um golpe palaciano e não da participação da sociedade civil; assim, a independência se fez por uma simples transferência política de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro – se fez à revelia do povo” (2005, p. 22).

Neste quadrante histórico, as principais classes sociais eram os escravos, os senhores de escravos - também conhecidos como oligarquia rural, os comerciantes e traficantes de escravos, os sertanejos, os artesãos, os feirantes etc. Os povos expropriados – negros e indígenas foram protagonistas das lutas sociais pela liberdade, portanto, contra a escravidão, ou, se quisermos, contra o estado de coisas a que eram submetidos.

Na segunda metade do século XIX, principalmente a partir da primeira lei de terras de 1850 (Lei nº 601) ficou estabelecido que somente aqueles que comprassem e pagassem pela terra poderiam deter a posse da terra. Definitivamente, a referida lei legalizou e instituiu a propriedade privada da terra, se quisermos o monopólio privado da terra no Brasil. O estabelecimento da lei foi uma espécie de ato preventivo, pois, promulgada a abolição da escravidão em 1888 que daí perpetrou a expulsão dos negros recém libertos para as cidades litorâneas, ou melhor, para as favelas nos grandes centros urbanos da época, o monopólio da terra ficou incólume. Esse fenômeno de expropriação dos camponeses remonta na história, portanto, não foi um fenômeno estritamente brasileiro e è a base da concentração da propriedade da terra e de desenvolvimento da exploração capitalista. De acordo com Marx, “a expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume matizes diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas históricas diferentes” (2011a, p.830).

Em substituição a essa massa populacional de mão-de-obra, deslocada e desprovida de qualquer outra política, colocou-se como necessidade a imigração europeia³, responsável pela

³ Entre os anos 1875-1914 vieram para o Brasil, principalmente da Alemanha e Itália, cerca de 1,6 milhões de famílias camponesas pobres, em sua maioria casais jovens, com pouco ou nenhum filho, em busca do “eldorado”

interiorização agrícola do Brasil e do trabalho assalariado na nascente e tardia indústria brasileira. Pela primeira vez na história brasileira, aparece como classe social o fazendeiro capitalista proprietário de terras que contrata força de trabalho assalariada para a produção de cana e, principalmente, para a produção do café. No outro lado da moeda surgem os assalariados rurais e urbanos.

As lutas sociais desenvolveram-se em torno da luta pela terra, que a partir da lei de terras de 1850 passou a ser propriedade privada de poucos. Lembramos que a abolição oficial da escravidão ocorreu somente 38 anos depois da publicação da referida lei. Assim, na história do Brasil, desde a chegada dos portugueses, sempre ocorreram lutas sociais e pela terra.

Para que possamos recordar a trajetória destas lutas, citaremos algumas a título apenas ilustrativo: as lutas dos quilombos no século XVII, XVIII e XIX (um dos mais conhecidos e importantes foi o Quilombo dos Palmares, localizado na região da Serra da Barriga em Pernambuco, que no auge reuniu de 15 a 20 mil quilombolas); a Cabanagem (1835 a 1840), importante revolta popular que aconteceu na província do Grão-Pará - região norte do Brasil, atual estado do Pará – o movimento recebeu este nome porque grande parte dos revoltosos era formada por pessoas pobres chamadas de cabanos e que moravam em cabanas nas beiras dos rios da região. Segue nesta mesma perspectiva o movimento popular da Balaiada (1838), no Maranhão, contrário ao poder dos aristocratas rurais que dominavam aquela região; Canudos na Bahia (1893-1897), importante movimento messiânico que chegou a organizar 25 mil famílias; o Contestado, em Santa Catarina (1912-1916), movimento camponês de resistência à deliberada expulsão de suas terras ocasionada pela construção da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul.

Destacamos também as Ligas Camponesas no nordeste (1954-1964), que defendiam a democratização da terra e a realização da reforma agrária, os diversos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR, espalhados Brasil afora, que além de buscarem aglutinar os camponeses dispersos nos municípios interioranos, lutavam contra a grilagem de terras e, para concluir, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB (1954-1964), criada durante a Segunda Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores

na América e com a promessa de ter terra barata e fértil (STEDILE, 2005, p.27). É importante salientarmos que além dos alemães e italianos, imigraram pra cá espanhóis e portugueses principalmente para as regiões sul do país. Nas demais regiões do Brasil o que ocorreu foi o fenômeno da migração.

Agrícolas, que apresentava como reivindicações principais: o respeito aos direitos civis e trabalhistas, o direito à previdência e o seguro social e a reforma agrária.

No terceiro terço do século XX chega ao fim o modelo econômico de industrialização no Brasil que perdurou da Era Vargas até aproximadamente 1980, e que transformou profundamente nosso país, em especial, do ponto de vista demográfico. O Brasil, até a primeira metade da década de 1960, era um país eminentemente agrícola, com 55,3% das pessoas morando na zona rural. Ao fim desse modelo de industrialização (modernização conservadora), passando pelo golpe civil-militar e seu projeto de “integração nacional”, na entrada dos anos 1980 o país já tinha mais 121 milhões de brasileiros e de brasileiras. Destes, compunham a população urbana 82.013.373, cerca de 66% e a rural, 39.137.198, cerca de 34%⁴. Por conseguinte, percebe-se que a população do campo torna-se minoritária e nos transformamos uma sociedade urbano-industrial, se quisermos capitalista em sentido pleno.

Concomitantemente a essas mudanças socioeconômicas, instala-se a crise e o ocaso da ditadura civil-militar e subsequentemente abre-se espaço na sociedade brasileira para o debate de ideias e de projeto para o país. Do mesmo modo, colocavam-se questões de como e o que deveria ser feito no país, ou que rumo ele deveria seguir para superar as latentes e profundas desigualdades.

Por estas terras, a concentração de renda é uma das mais brutais e maiores do mundo. Essa concentração deriva da concentração da propriedade da terra e da propriedade imobiliária, que por sua vez derivam da concentração do poder econômico, que se expressa na concentração do poder político historicamente constituído à revelia da massa da população. Segundo Coutinho, no Brasil, “sempre vivemos processos de modernização excludente, que consistem essencialmente em rearranjos entre frações das classes dirigentes, com permanente tendência a excluir a grande massa da população tanto nas decisões políticas quanto nos benefícios da modernização e do progresso econômico” (COUTINHO, 2000, p.125). Não obstante a maioria esmagadora da população brasileira estar incluída na criação/produção das riquezas sociais, a ampla maioria da população esta excluída da apropriação das riquezas produzidas socialmente, o que é componente do cotidiano da vida nacional; entretanto, sempre ocorreram resistências e lutas das classes marginalizadas.

⁴ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. In. <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 05\06\2015.

Segundo dados do *Human Development Report*⁵ (HDR) – Organização das Nações Unidas (ONU), de 2004, o Brasil apresenta historicamente uma desigualdade de renda extrema, com índice de Gini⁶ próximo a 0,6. Este valor indica uma desigualdade brutal e rara, pois nos demais países do mundo poucos apresentam índice de Gini superior a 0,5. Dos 127 países presentes no relatório, o Brasil apresenta o 8º pior índice de desigualdade do mundo, superando todos os países da América do Sul e ficando apenas à frente de sete países africanos.

Desse modo, as classes dominantes têm ao longo da história demonstrado não serem sensíveis às questões de distribuição de renda, apesar de seus representantes políticos em épocas eleitorais vociferarem contra a concentração de renda e prometerem mais distribuição desta ou redução das desigualdades se forem eleitos. Aliás, sobre esse tema, de acordo com Florestan Fernandes,

no Brasil, sempre se seguiu a rotina de privilegiar os privilegiados, sem tentativas frutíferas de intervenção programada na distribuição da renda. Mantêm-se níveis salariais os mais baixos possíveis, com desvalorização brutal do trabalho e intensa exclusão social. Com isso, atribuem-se aos pobres os custos de sua reprodução. O trabalhador super-explorado gera outros trabalhadores na mesma condição e o miserável multiplica o número de miseráveis (Folha de São Paulo, 11 de agosto de 1995).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, segundo a síntese de indicadores sociais, com dados de 2013, os 10% da população que possuem a maior renda familiar *per capita* concentravam 41,7% da renda per capita total do país em 2013, contra 43,6% em 2008 e 45,8% em 2009. A concentração de renda é tão intensa que, para cada dólar que fica com os 10% mais pobres, os 10% mais ricos recebem 68.

Ainda segundo o IBGE, no Brasil a concentração de renda tem aumentado no topo mais rico da população, mas o instituto assinala que houve pequena melhora da distribuição da renda detida pelos 10% mais ricos, que, na mesma comparação, passou de 51,1% da renda nacional para 48,2% — “perda” de quase três pontos percentuais, ainda que permaneçam em nível bastante elevado. Enquanto isso, a proporção entre os 10% da população com menor rendimento passou de 1% em 2004 para 1,1% em 2008 e 1,2% em 2013. A metade pobre da população brasileira (50%) ganha em soma quase o mesmo valor (12,5% da renda nacional)

⁵ In. <http://wikipedia.org/Concentraderenda>. Acessado em 04/06/2015.

⁶ O Coeficiente de Gini é uma medida comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para medir muitas coisas, a exemplo, a concentração da propriedade da terra. O índice de Gini consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda ou da distribuição da terra e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa detém toda a renda ou a terra, e as demais nada têm).

que os 1% mais ricos (13.3%). Em todo o caso, continua a constatação de que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, com uma imensa concentração de riqueza nas mãos de poucos. Numa sociedade igualitária, de acordo com a explicação do IBGE, cada décimo (10% das pessoas com rendimentos) teria 10% da soma desses rendimentos⁷.

Pelo exposto, demonstra-se que um país pode ser rico, como é o caso do Brasil, contudo, a maioria da população pode não desfrutar dessas riquezas. Isso devido ao perfil da distribuição de renda, ou seja, pela forma que é distribuída a riqueza socialmente produzida entre aqueles que a produzem. O que determina em última instância quanto da riqueza fica com o mundo do trabalho e quanto fica com o capital é a correlação de forças existente entre as classes em luta.

1.3 O significado do golpe civil-militar

Em 1º de abril de 1964, deflagra-se um golpe civil-militar no Brasil que compôs uma estratégia internacional de contenção das lutas sociais ou, nos termos de Florestan Fernandes de *contrarrevolução burguesa*, orquestrada pelos Estados Unidos da América (EUA) em escala mundial. Observa acertadamente Fernandes, que a

[...] revolução burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias. Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas [...] querem: *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore.* (FERNANDES, 2005, p.343. *Itálicos originais*).

É interessante observar que a *contrarrevolução preventiva* teve como suporte o apoio da burguesia local, saindo vitorioso o grande capital nativo - a agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial e o comércio - e o grande capital estrangeiro.

O combate ao bloco socialista e ao comunismo de maneira geral⁸, após a Segunda Guerra Mundial, em um cenário de desenvolvimentismo e de “*Guerra Fria*”, era a pauta do

⁷In.<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/12/10-mais-ricos-concentram-40-da-renda-do-pais-diz-ibge.html>. Acessado em 22 de junho de 2015.

⁸ Entre os socialistas havia o Bloco Soviético, formado pelo Leste Europeu e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. A China passou a integrar o bloco socialista a partir de 1949, mas não ao bloco soviético. Havia ainda um grupo de países da Ásia e da Europa caracterizados por uma forma de organização política como sendo “*Democracia Popular*”.

dia dos Estados Unidos da América que repercutia em todos os cantos do planeta. A *queda do muro de Berlim* e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS representaram o fim de uma era, o fim do “*Breve Século XX*”, como expressaria o historiador marxista Eric Hobsbawm (1995) em seu consagrado livro “*A Era dos extremos*”. O fim da bipolaridade seria o corolário, para os EUA, de sua hegemonia plena no contexto de um capitalismo mundializado.

Podemos dizer que a denominada “*Guerra Fria*” nunca se materializou como fato nos países centrais, pois os EUA e a URSS nunca se enfrentaram militarmente com seus exércitos; destarte, o que ocorreu foi o que conhecemos como *corrida armamentista* ao ponto de impossibilitar uma guerra “quente” entre eles. Havia indicativos de que, se usado, o arsenal bélico destas potências poderia destruir o planeta.

Entretanto, na periferia do sistema capitalista os conflitos eram abertos, principalmente na África, na Ásia e América Latina. Nestes continentes, a guerra não era “*tão fria*” assim, tratava-se de lutas sangrentas e batalhas épicas contra a colonização, no que ficou conhecido como movimentos de libertação nacional. Neste período, deixaram de ser colônias ou semicolônias a Coreia do Norte em 1948, a China em 1949, o Vietnã em 1954, Cuba em 1959, Argélia em 1962 etc.

Esta onda de independência fez com que na América Latina se ampliasse o clima de hostilidade e de intolerância por parte das elites ao socialismo, ao comunismo e aos *sujeitos sociais coletivos*⁹ que almejavam reformas estruturais ou, para usar o termo da época, reformas de base. Esta hostilidade disseminada era feita com o apoio manipulado da opinião pública: através do uso dos meios de comunicação social pregava-se aos quatro ventos que “*havia em andamento uma ‘guerra revolucionária’, [portanto], era preciso responder a ela mobilizando a ‘opinião pública’ e as forças ‘vivas da nação’.* Sem o respaldo da ‘opinião pública’, a conspiração militar não vicejaria com êxito” (NETTO, 2014, p.63).

As classes dominantes do país direcionaram através da grande imprensa da época uma ampla campanha de difamação do comunismo, do socialismo, ganhando assim a “opinião pública”. Como resultado desta campanha, desencadeou-se após o fatídico primeiro de abril

⁹ José Paulo Netto (2014, p.46) usa este termo, sujeitos sociais coletivos, ao se referir aos estudantes universitários vinculados a UNE, que a partir de 1956 voltou a protagonizar importante papel progressista. No decorrer da obra, pode-se inferir um significado mais amplo ao termo. Entende-se por *sujeitos sociais coletivos* o movimento social urbano ou rural, os sindicatos, as Ligas camponesas, a ULTAB, a CONTAG, todo movimento estudantil etc.

de 1964, uma onda de mobilizações de apoio ao golpe, tendo à frente, inclusive, o alto clero da Igreja Católica.

Embora o que salta aos olhos é a imagem da ditadura como um regime de exceção sob o comando dos militares, ela representou muito mais do que isso. O golpe não foi um fenômeno estritamente militar, mas, uma estratégia da burguesia e do grande capital nativo associado ao estrangeiro; nesta perspectiva apontamos o seu caráter civil-militar¹⁰.

O golpe foi respaldado publicamente pelas classes sociais mais abastadas da sociedade, bem como pelos setores medianos; por isso o regime foi uma resposta momentânea aos interesses das grandes burguesias, sob a direção dos governos militares. Durante os vinte anos de ditadura correspondente ao período de 1964 a 1984, os “presidentes” do país foram militares. Para ilustrar a argumentação é pertinente demonstrar que: o primeiro “presidente/ditador” foi o General Castelo Branco, que ficou três anos no poder (1964-1967); o General Costa e Silva (1967-1969) após dois anos no poder fora acometido por um Acidente Vascular Cerebral – AVC e não concluiu o mandato, sendo substituído por uma Junta Militar de agosto a outubro de 1969; o General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) comandou a repressão por cinco anos, que foram considerados os anos mais duros do regime após o Ato Institucional Número 05 – AI-5. O General Ernesto Geisel (1974-1979) foi o penúltimo deles, e por fim, o General João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1984), que permanecera seis anos no poder.

Apesar disso, como mencionamos, estes ditadores atendiam a demandas civis - em especial das classes economicamente dominantes. Dessa maneira, reitera Netto, “a ditadura instaurada a partir de 1º de abril, foi o regime político que melhor atendia os interesses do grande capital” (2014, p.74) e de seus apologistas.

Sinteticamente, podemos afirmar que a ditadura civil-militar foi produto e o resultado de uma política preventiva e contrarrevolucionária orquestrada pelos EUA, com o apoio das burguesias locais e do grande capital. Tinha como objetivo impedir as ascensões progressistas

¹⁰ Participaram da conspiração do golpe, os governadores Carlos Lacerda do Rio de Janeiro, Adhemar de Barros de São Paulo, José de Magalhães Pinto de Minas Gerais e Ney Aminthas de Barros Braga do Paraná. Este último, um ano após a deflagração do golpe tornou-se ministro da agricultura e posteriormente outros postos do regime, assim como Magalhães Pinto. Os três primeiramente citados após o AI-2 de outubro de 1965 recolocam suas forças visando desestabilizar o regime. No plano internacional, a casa branca em Washington foi o primeiro departamento internacional a reconhecer o novo governo.

que despontavam no Brasil e simultaneamente assegurar a manutenção das altas taxas de lucro dos capitalistas.

Os conflitos sociais pré-1964, principalmente no ano de 1963, cresciam vertiginosamente expressando um novo grau da luta de classes. Nas cidades, as forças de esquerda, representadas pelo movimento sindical filiado ao Comando Geral dos Trabalhadores - CGT¹¹ recorriam ao direito constitucional de greve, os estudantes vinculados à União Nacional dos Estudantes - UNE e o Movimento Cultural dos Artistas (Movimento de Cultura Popular, Centro de Cultura Popular etc.) desenvolviam grandes mobilizações estudantis de rua e mesmo membros do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB faziam coro na defesa da solução dos problemas estruturais do povo brasileiro.

No campo, registra-se principalmente, mas não unicamente, a atuação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Brasil - ULTAB criada em 1954, em São Paulo, pelos comunistas, com a finalidade de organizar os trabalhadores rurais. Esta organização culminou mais tarde na constituição em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, que organizava o movimento sindical rural e parte das Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas politicamente influenciadas pela Revolução Cubana, através de dois dos seus principais dirigentes (Francisco Julião e Clodomir Santos de Moraes) levantavam a bandeira da “*reforma agrária na lei ou na marra*”. As Ligas arrastavam multidões de trabalhadores e trabalhadoras para suas fileiras de lutas e para momentos de reflexão política, de trocas de experiências e/ou organizativo, (congressos¹²) bem como para as paralisações e greves como as que ocorreriam, em especial no interior de Pernambuco.

¹¹ Fundada em 1962, esta foi a primeira central dos trabalhadores operários no Brasil. Pode-se dizer, grosso modo, que foi uma espécie de CUT dos anos 1960.

¹² Em Belo Horizonte - MG, de 17 a 19 de Novembro de 1961, ocorreu o primeiro congresso de trabalhadores do campo de caráter nacional, unificado, com mais de 1400 delegados. O congresso foi convocado pelas ULTAB, entretanto, contou com a participação do Movimento dos Agricultores Sem Terra -MASTER/RS, organizado pelo então Governador Leonel Brizola e parte significativa do PTB gaúcho, e o protagonismo das Ligas Camponesas. O congresso não acabou bem, pois “o choque político e ideológico entre as ULTAB e as Ligas foi inevitável. Pois o PCB defendia uma tática no acúmulo de forças através de um trabalho de apoio a reivindicações e a interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas. As Ligas, ao contrário, atuavam no sentido de despertar a consciência política entre os camponeses, para que no momento histórico pudessem decidir sobre seu destino” (MORAIS, In. STEDILE, 2006, p.49).

O segundo grande encontro unificado de camponeses, somente ocorrerá entre os dias 20 a 22 de agosto de 2013 em Brasília. Sob o signo de Encontro Unificado dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, além do MST, participaram a CONAQ, FNQ, MPA, MAB, CPT, CIMI, MMC, Via Campesina, Fetraf, Contag e movimentos de pescadores artesanais, entre outros.

O Movimento de Agricultores Sem Terra - MASTER foi criado pelo então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, com o objetivo de impedir que os camponeses se filiassem nas Ligas ou na ULTAB. Contudo, o movimento fazia ocupações visando o assentamento de famílias sem terra, bem como à projeção política nacional do principal líder trabalhista.

Como expressão da efervescência das lutas e das greves, “foram 105 greves em 1961, 128 em 1962 e 149 em 1963, em algumas categorias com caráter nacional” (NETTO, 2014, p.46). Percebe-se que o campo estava em luta, particularmente nos anos de 1961-1963¹³, pois é significativa a participação dos trabalhadores rurais em favor de mudanças na estrutura fundiária e na ampliação de seus direitos, melhores condições de vida e demandas na esfera política, como o voto para os analfabetos e o reconhecimento dos sindicatos rurais.

Para os setores da esquerda e do próprio governo Jango, a solução à vista para a grave crise econômica que assolava o país eram as reformas de base. As reformas de base consistiam, em seus aspectos principais, em quatro reformas: 1) *Reforma Agrária*/ tinha como objetivo atender as reivindicações do movimento camponês, frear o êxodo rural e baratear os alimentos para as massas urbanas, para isso era preciso quebrar o monopólio oligárquico da terra e a alta concentração da propriedade da terra daí resultante; 2) *Reforma Tributária e fiscal*/ buscava assegurar a racionalização das principais fontes do fundo público; 3) *Reforma Bancária*/ visava construir um sistema de crédito capaz de subsidiar o financiamento do processo de prosseguimento de industrialização pesada; e a 4) *Reforma Urbana*/ almejava regular socialmente o uso do solo cidadão. Este conjunto de reformas, para serem promovidas, “exigia um governo com larga base político-social e com uma grande legitimidade para promover um conjunto de reformas que, mesmo sem comprometer os fundamentos do regime capitalista, conduzisse o capitalismo brasileiro a um novo estágio” (NETTO, 2014, p.42).

Destarte, o golpe interrompeu um ciclo de crescimento das organizações sociais, sindicais e populares, do campo e da cidade, e das grandes mobilizações em prol das reformas de base, defendidas e anunciadas pelo governo João Goulart - o Jango. Nos anos do governo Jango, a política brasileira não se limitava ao parlamento; de acordo com Moraes, “as propostas nacionalistas, desenvolvimentistas, anti-imperialistas e pelas reformas de base encontravam, nos segmentos populares, uma audiência crescente” (2011, p.33). Do mesmo

¹³ Para um levantamento mais completo da ascensão dos camponeses e suas lutas neste lustro, confira Stedile, 2006, p.58.

modo, neste período, continua Moraes, “a política deixava de ser privilégio das elites para penetrar no universo do trabalhador (urbano e rural), do estudante, do padre, do intelectual, do militar e do homem comum” (idem, 2011, p.14).

Sob este diagnóstico, o período que antecede o golpe (1961-1964), embora não fosse um período pré-revolucionário que colocasse em xeque a ordem capitalista – como, por exemplo, o fim do capitalismo pela alternativa do socialismo, o fim da propriedade privada dos meios de produção, o fim da exploração do trabalho assalariado etc. -, como defendiam alguns setores da esquerda¹⁴, era um período em que, com o apoio do governo Jango, se colocava em xeque “a modalidade específica que, em termos econômico-sociais e políticos, o desenvolvimento que o capitalismo tomara no Brasil” (NETTO, 2014, p.77). Neste lustro histórico, de acordo com Fernandes,

nunca chegou a existir uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas. No entanto, a situação existente era *potencialmente pré-revolucionária*, devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa, exposta ininterruptamente, da segunda década do século à “revolução institucional” de 1964... (2005, p.375. Itálicos originais).

Frente aos processos de luta e de resistência possíveis à época, o regime ditatorial civil-militar de 1964 a 1979 suprimiu progressivamente alguns direitos políticos e outros civis; entretanto, ao mesmo tempo e paradoxalmente, fez concessões de alguns direitos sociais, o que contribuiu, em parte, para a longevidade do regime.

Pertence ao campo dos direitos sociais, por exemplo, o direito à educação, à saúde pública, à Reforma Agrária, à carteira de trabalho, à limitação da jornada de trabalho etc. etc. Ao campo dos direitos políticos correspondem, por exemplo, o direito a votar e ser votado, de liberdade de imprensa, de organização sindical e partidária etc. Estes direitos remontam a décadas e lutas de classes e são conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras. No campo dos direitos civis, correspondem, por exemplo, o direito de ir e vir, de acumular, de ser julgado, de escolher parceiro\ a etc. Estes direitos interessavam inicialmente a burguesia revolucionária do século XVIII, que na busca de sua legitimação fez promessas maiores que aquelas que poderia

¹⁴Para citar alguns, o PC do B fundado em fevereiro de 1962, por João Amazonas entre outros, “defendiam a constituição de uma ampla frente democrática e anti-imperialista sob a direção do proletariado” (MORAES, 2011, p.61) . A POLOP, fundada em fevereiro de 1961 como resultado da fusão de pequenos grupos de intelectuais e estudantes que não concordavam com a tese da aliança com a burguesia defendida pelo PCB, “defendia uma frente de esquerda revolucionária, integrada por trabalhadores da cidade e do campo das classes exploradas. Seu objetivo final era eliminar a dominação da burguesia e latifundiária no Brasil, e chegar ao socialismo”. E, por fim a Ação Popular (AP), fundada em junho de 1962 em BH, por militantes oriundos do meio católico, principalmente os jovens que também não concordavam com a linha do PCB (MORAES, 2011, p. 72, 74,76).

universalizar ou cumprir. É importante destacarmos que estes direitos nunca em nossa história caminharam a par e passo. Veja-se a lógica adotada pelos regimes burgueses ao longo do século XX: guardadas as devidas proporções e as diferenças históricas, nos períodos de ditadura em nosso país, por exemplo, na Era Vargas (1930-1945) e na ditadura civil-militar (1964-1984) alguns direitos civis e políticos formam limitados, cerceados; no entanto, frente à resistência e às lutas das classes trabalhadoras ampliaram-se os direitos sociais para determinadas setores da sociedade, ou seja, os direitos conquistados resultantes das lutas dos trabalhadores não se estenderam para os trabalhadores em sua totalidade.

Desta maneira, se, durante o período da ditadura Vargas, ampliaram-se os direitos sociais para os trabalhadores urbanos, como a carteira de trabalho, a limitação de 44 horas da jornada de trabalho, o direito a férias remuneradas, o salário mínimo etc. os camponeses ficaram de fora destas “benesses”. Estas importantes conquistas não se propagaram aos camponeses devido ao pacto político feito pelo governo Vargas com a oligarquia rural na iminência do golpe de estado do Estado Novo (1937-1945). Já no período da ditadura civil-militar, como estratégia de legitimação do regime, alguns direitos sociais foram estendidos ao campo. No Brasil, paradoxalmente, nos períodos de maior liberdade política e civil (1946-1964) e (1989 aos dias atuais), ignoram-se ou reduzem-se os direitos sociais. Assim, constata-se que há um paradoxo no Brasil no que tange aos direitos: quando se comprimem os direitos políticos e civis, ampliam-se, parcialmente e seletivamente os direitos sociais.

Logo que decretou o Estado Novo, Vargas outorgou uma nova Constituição, que ficou conhecida como “Polaca” (isso para associar pejorativamente a Constituição de 1937 com a da Polônia fascista), que ampliava os poderes do presidente e punha na ilegalidade todos os partidos que faziam oposição ao seu governo. Quanto aos sindicatos, desde finais de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho - MT e a instituição da carteira de trabalho em 1932, já haviam sido atrelamentos ao aparelho oficial do Estado.

No período de 1964 a 1979, o que se constatou foram o desenvolvimento e a consolidação de um regime que impediu qualquer forma mais avançada de organização e de luta, mesmo por pautas estritamente econômicas, se é que é possível desvinculá-la da pauta política. Desta maneira, desdobraram-se 15 anos de brutal repressão aos trabalhadores, do campo e da cidade, e aos estudantes.

Portanto, o significado mais profundo do golpe foi, de acordo com Fernandes, “a liquidação da possibilidade de reverter a dependência e a vinculação da economia brasileira

aos interesses imperialistas e de democratizar substantivamente a sociedade brasileira (...) neste sentido, o golpe foi, inequivocamente, reacionário” (2014, p.77).

Esta repressão começou a reduzir-se a partir da mudança na correlação de forças entre o regime ditatorial e a oposição democrática, que tem seu início a partir do abandono do eufemismo da “*lenta, gradativa e segura distensão*” e da incorporação da abertura democrática incorporada pelo último general, o ditador João Batista de Oliveira Figueiredo em 1979. Netto afirma que,

a mudança na correlação de forças entre o regime e a oposição democrática vai ocorrer no primeiro terço da década de 1980 – em proveito da oposição democrática [...] e foi justamente o protagonismo do movimento dos trabalhadores que operou a alteração da correlação de forças políticas na sociedade brasileira (2014, p.212).

A ação repressiva do governo ditatorial, operante desde os dias iniciais de abril de 1964, prosseguiu até o fim do governo do general Geisel. O Movimento Democrático Brasileiro - MDB se opunha publicamente às brutalidades do regime, assim como a Frente Ampla (1967/68) liderada por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart (Jango) com o apoio do Partido Comunista Brasileiro – PCB - que novamente se encontrava na clandestinidade neste período. Nos bastidores da política, há relatos que Brizola criticou Jango por apoiar a Frente Ampla; entretanto, o regime de exceção cassou todos os integrantes que compunham a frente. O PCB, coerente com sua política de alianças com todas as forças democráticas em combate contra o regime, apoiava os dois espaços de resistência à ditadura e tinha como estratégia a luta de massas.

Igualmente, apresentavam-se como resistências ao regime, e como vanguardas, tendo como estratégia a luta armada e os focos de guerrilha urbana: a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR (1966-1971) comandada por Carlos Lamarca e outros; a Aliança Libertadora Nacional – ALN (1967-1971) dirigida por Carlos Marighela e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR (1968-1970) composto por lideranças como Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho e Mário Alves. A União Nacional dos Estudantes - UNE e os estudantes de maneira geral, protagonizaram grandes mobilizações contra o regime e impulsionaram manifestações massivas de operários e trabalhadores urbanos.

No espaço político formal, parte do Congresso - antes de 13 de dezembro de 1968, data da imposição do AI-5 - também demonstrara sua insatisfação para com o regime antidemocrático, ditatorial e terrorista, derrotando o general Costa e Silva. O caso mais emblemático, para citarmos apenas um exemplo, foi a recusa de cassação pela Câmara, no dia 12 de dezembro de 1968, do então deputado do MDB Márcio Moreira Alves. O deputado

estava sendo perseguido pelo regime (sem provas) por ter proferido no Congresso, no dia 2 de dezembro de 1968, um discurso denunciando, como tantos outros, a censura e a repressão exercida pela ditadura civil-militar. O caso ganhou importância para as lutas democráticas em nosso país.

Verificamos que este período é marcado por grande efervescência popular e de oposição nas ruas, como os protestos estudantis de 1967-68, a organização das oposições sindicais que imediatamente se seguiram e a forte organização dos nascentes trabalhadores do ABCD¹⁵ paulista - Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema - onde se localizavam as maiores montadoras da indústria automobilista brasileira. Somavam-se a estas lutas e resistências contra o regime ditatorial parte da Igreja católica que optara pelos pobres através da Teologia da Libertação.

Todas estas mobilizações e lutas sintetizavam nas cidades a oposição ao regime, à resistência ao arbítrio e a violência da ditadura civil militar. Como reação, o general Costa e Silva, decreta o AI-5 e, a partir daí, desencadeia-se plenamente o regime militarista com seu terrorismo de Estado no Brasil.

Seguindo a mesma trilha deixada por Florestan Fernandes (2005), José Paulo Netto (2014) afirma que a autocracia burguesa não foi um processo homogêneo e que o pacto que promoveu o golpe não era unívoco. A ditadura se modificou ao longo de vinte anos, “e a sua dinâmica não obedeceu apenas à vontade das forças sociais que a instauraram e mantiveram – a resistência democrática influenciou nos processos que se seguiram ao primeiro de abril” (NETTO, 2014, p.84). Para captar o movimento e as nuances da ditadura, o autor citado propõe uma interpretação do regime a partir de três momentos distintos (1964-1968; 1969-1974 e 1975-1979) que se relacionam e não são estanques entre si.

Assim, vejamos: o primeiro momento, 1964-1968, é quando a ditadura civil-militar se instala em efetivo através do pacto das elites que tomou o Estado. No segundo momento, 1969-1974, a estratégia foi modelar o Estado ao seu favor, decretando o AI-5 e dando início ao novo período, o mais violento e sanguinário da ditadura, onde a resistência foi jogada para defensiva e isso possibilitou a modelação do Estado e o “milagre econômico”. E o terceiro momento, 1975-1979, caracterizou-se pela crise e esgotamento do modelo econômico - denominado “milagre econômico”- ou crise da autocracia burguesa.

¹⁵ O ABC paulista é também conhecido como ABCD; é parte da região metropolitana de São Paulo, conhecida tradicionalmente como grande região industrial. Essa região foi o primeiro centro da indústria automobilística brasileira, portanto, onde se concentrou a maior parte dos operários fabris dos anos 1960 e 1970. A sigla é uma referência as quatro cidades, Santo André (A) São Bernardo (B) São Caetano (C) e Diadema (D).

1.4. Crise e condições de fortalecimento da *sociedade civil*¹⁶ brasileira 1979-1989

Podemos assinalar que a crise da ditadura civil-militar teve seu início durante o governo do ditador general Ernesto Geisel de 1974-1979, porém não há unidade entre todos os estudiosos deste lustro histórico sob o ano e o momento de inflexão do regime. Entretanto, há consenso que até 1977 o regime manteve-se, embora com resistência, sem maiores problemas.

Os anos de 1979 a 1984 expressaram um sentimento de recusa ao regime a ponto de a repressão revelar-se inócua. O AI-5, que durou por longos 10 anos, de dezembro de 1968 a dezembro de 1978, agora estava extinto, expressando que a partir daí “o sistema repressivo perdeu seu poder de fogo mas, continuou atuando até a entrada dos anos 80, inclusive com o objetivo de travar e reverter o processo de crise da ditadura” (NETTO, 2014, p.137).

Na América Latina, após o fim da ditadura Argentina (1983), que talvez fora, ao lado da chilena (1973-1990), a mais sangüinária da região, e do fim da ditadura uruguaia em 1985, onda conservadora dos anos 1970 estava posta em franco refluxo. A insatisfação a esta forma de governo generalizou-se por todo o nosso continente. Assim, todas as ditaduras foram combatidas, contestadas e abolidas ao longo dos anos 1980.

Em 1978 os trabalhadores rurais conquistaram o controle de sua confederação a CONTAG¹⁷ e elegeram como presidente José Francisco da Silva. A CONTAG,

(...) estimulou a organização de federações e sindicatos, mas, deu ênfase particular a todas as formas de organização coletiva do campo [e] essa nova tendência refletia a intensificação dos conflitos de terras, envolvendo camponeses que lutavam pelo direito a terra, posseiros empenhados em preservá-la e trabalhadores agrícolas das correntes migratórias -, os chamados bóias-frias (ALVES, 1984, p.245).

Do ponto de vista do Estado de Segurança Nacional¹⁸, o ano de 1979 definiu os limites da política de abertura, quando ao mesmo tempo em que se negociava a questão da anistia política “com os partidos e instituições civis dos setores de elite ficava claro que a

¹⁶ O termo sociedade civil, não é usado por Gramsci na mesma acepção de Marx (para o qual a sociedade civil é a sociedade privatista burguesa considerada negativamente: na sua atomização e despolitização), mas sim numa acepção mais ampla que inclui as articulações não imediatamente políticas da organização social moderna. Ver Umberto Cerroni e Coutinho. Trabalharemos com a acepção gramsciana.

¹⁷ Fundada em 1963, desde o golpe até 1978, os presidentes eram indicados ou aprovados pelo regime.

¹⁸ A *ideologia de segurança nacional* foi um instrumento utilizado pelas classes dominantes, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente. A tese de Alves consiste na afirmação de que “a natureza do Estado de Segurança Nacional só pode ser avaliada em relação ao processo dinâmico de sua interação com as formas e estruturas dos movimentos de oposição gerados na sociedade civil” (ALVES, 1984, p.27).

liberalização não se aplicava à classe trabalhadora - a repressão sofisticava-se, selecionando as classes a atingir” (ALVES, 1984, p. 256).

O regime não poderia tolerar qualquer questionamento ao modelo de desenvolvimento e a ideia de inversão de prioridades; assim, o ditador Geisel, seguindo os princípios do Estado de Segurança Nacional, reprimiu as greves e paralisações no interior das fábricas; deste modo, greves “foram empurradas para as ruas em 1979, e, os trabalhadores tiveram de organizar piquetes e enfrentar a polícia nas ruas das grandes cidades” (ALVES, 1984, p.253).

Neste ano (1979), a greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo desencadeou uma das maiores ondas de greves da história do país, chegando a mais de três milhões de trabalhadores envolvidos espalhados por 15 estados e com praticamente todas as categorias. Reivindicavam melhores salários e melhores condições de trabalho, a que se somava a pressão política sobre o governo e o congresso para aprovarem novas leis mais favoráveis ao conjunto dos trabalhadores.

Em 1977, com o despertar do “novo movimento sindical”, mas principalmente a partir da greve dos metalúrgicos da região do ABCD em 1978, o movimento sindical já vinha acumulando força suficiente e consciência política para exercer efetivo impacto sobre o Estado começando a pressionar por transformações estruturais. Maria Helena Moreira Alves (1984, p.246) aponta dois acontecimentos de importância simbólica para o ressurgimento do movimento sindical em 1977:

o primeiro foi a admissão do governo que as estatísticas oficiais sobre inflação relativas ao período de 1973-1974 foram manipuladas, isso confirmava a perda de 34,1% do salário real dos trabalhadores. O segundo acontecimento foi a “campanha dos 34,1%” desencadeada pelo sindicato dos metalúrgicos dos São Bernardo do Campo visando forçar o governo a recompensar a perda. Isso mobilizou a opinião pública e favoreceu a aliança entre diferentes grupos de trabalhadores.

Isso expressava que o movimento se levantava com força, neste novo cenário político, oxigenando a sociedade brasileira. Na assertiva de Alves, “este sindicalismo deve ser considerado como parte da oposição democrática como um todo” (1984, p.243) e, fundamentalmente, do processo de fortalecimento da sociedade civil e da redemocratização do país.

As lutas protagonizadas pelos operários a partir de 1978, em especial o proletariado do conjunto ABCD paulista, segundo Netto,

reinsiram de fato a massa trabalhadora na cena política brasileira. Em 13 de março de 1979, a greve dos metalúrgicos de São Bernardo, estendeu-se a todo o ABCD envolvendo mais de 240 mil trabalhadores. Em 1º de maio do mesmo ano, na comemoração do dia do trabalhador mais de 150 mil trabalhadores se mobilizaram no estádio de Vila Euclides [...] Durante todo o ano de 1979, foram registradas 429

greves com mais de dois milhões de trabalhadores e trabalhadoras cruzando os braços (NETTO, 2014, p.225/6).

Assim, “o período que se seguiu às grandes greves (1978, 1979 e 1980), caracterizar-se-ia basicamente pela participação na criação de partidos políticos e na busca de formas alternativas (Comissão de Fábrica) de organização dentro da fábrica” (ALVES, 1984, p.265).

No âmbito da chamada “abertura política”, em finais de 1979, duas leis importantes foram introduzidas com o intuito de aliviar a pressão social exercida pela sociedade em efervescência. A primeira foi a Lei da Anistia (lei n° 6.683, de 28 de agosto de 1979), embora contraditória e com muitas limitações, pois a lei foi fruto de intensas negociações entre o Estado e a oposição, além de diversos debates, passeatas e comícios. Entretanto, em que pese a absolvição sem julgamento de todos os torturadores, a lei mencionada representou uma conquista significativa para as forças da oposição democráticas “na medida em que permitiu o retorno ao país de todos os exilados e a recuperação dos direitos políticos de todos os líderes deles privados [...] as lideranças que estavam afastadas do processo político puderam, assim, retomar sua participação” (ALVES, 1984, p.269).

Permanecendo no campo político, a segunda lei importante foi a lei da Reforma Partidária (lei n. 6.767, de 20 de dezembro de 1979) que possibilitou a criação de novos partidos políticos. Para Netto, com a lei n. 6.767, de 20 de dezembro de 1979, “suprimia-se efetivamente o bipartidarismo imposto desde o final de 1965 [a lei extinguiu o MDB e a ARENA] e se instaurava efetivamente a possibilidade de construir um sistema multipartidário” (2014, p.221).

O General Golbery do Couto e Silva admitiu, segundo Maria Helena Moreira Alves, que para o Estado ditatorial era necessário “tentar dividir e fragmentar a oposição e controlar mais cuidadosamente a organização dos partidos políticos” (ALVES, 1984, p.269). Assim, nos anos de 1980-81, já nos rumos da chamada “abertura”, se abriu o leque partidário que possibilitou o surgimento e a organização de vários partidos políticos. Obtiveram registros o Partido Democrático Social - PDS, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, o Partido Progressista- PP, o Partido Democrático Trabalhista - PDT, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e o Partido dos Trabalhadores - PT. Da antiga Aliança Renovadora Nacional - ARENA surgiu o PDS; todos os demais partidos, exceto o PT, grosso modo, tiveram suas origens no Movimento Democrático Brasileiro - MDB.

Pelo que foi exposto até o momento, podemos afirmar que o ano de 1979 foi um ano decisivo para a oposição como um todo no Brasil. Isso porque,

primeiro, a classe trabalhadora descobriu o seu poder no processo de apoio aos grevistas. Segundo, porque estabeleceu uma rede funcional de alianças entre organizações de base, os movimentos sociais ligados à igreja [incluído as CEBs] e os sindicatos. Terceiro, a acrescentar, foi o papel da oposição de elite, defendendo os grevistas e pressionando o governo a devolver os sindicatos aos dirigentes eleitos. Por fim, a guinada da igreja católica, que deu apoio decisivo aos metalúrgicos do ABCD em greve, chegando a permitir que a sede da catedral servisse como sede sindical temporária [...] a convergência dessas organizações significava a descoberta de uma nova força [...] Fora eficaz a aliança de organizações de base seculares com as vinculadas à igreja, sobre tudo a católica (ALVES, 1984, p.258).

Seguindo esta linha argumentativa, Netto acrescenta que é indiscutível “que a conjuntura mundial, política e econômica da transição dos anos 1970 a 1980 contribuíram de fato, e com vigor, para os desaires econômicos do governo do general Figueiredo” (2014, p.212).

Para ilustrar o que foi a crise política do sistema capitalista mundial¹⁹, e que repercutiu fortemente em nosso país, destacamos as mudanças estruturais que floresciam no Chile de 1970-1973, através da Unidade Popular representada por Salvador Allende; a grande derrota imposta aos EUA pelo povo do Vietnã em 1975; o fim da ditadura de direita na Grécia com aprovação de uma Constituição parlamentarista afirmando que os poderes emanam do povo; o fim do franquismo na Espanha que perdurou por longos 39 anos (1936- 1975) pondo fim a uma das mais longas ditaduras e abrindo espaço para dois anos depois a ampliação dos direitos civis e, por fim, a revolução dos Cravos em Portugal em 1974, e a sequência da descolonização em vários países africanos como Angola, Moçambique etc. Todas estas conquistas populares despertavam esperanças na esquerda europeia que manifestava enfraquecimento desde a passagem dos anos 1970 aos 1980 diante ofensiva do capital.

Na América Central, a Nicarágua, com sua Revolução Sandinista impulsionada pelos estudantes, operários e camponeses em 1979, transformara-se numa referência mundial pelo próprio modelo de socialismo que defendia - democrático e popular.

No Oriente, a revolução iraniana de 1979, fruto de uma aliança entre grupos liberais, grupos de esquerda e religiosos com o objetivo de depor o *xá* e seu regime ditatorial transformou o país de uma monarquia autocrática pró-Occidente para um república islâmica teocrática. Num segundo momento, após a revolução islâmica, ou seja, após da dramática

¹⁹ Em 1949, a revolução Chinesa impressionou o mundo pela extraordinária mobilização dos camponeses. Em 1952 foi à vez de a Bolívia fazer a sua revolução. Cuba em 1959 desafia seu vizinho, o gigante e todo poderoso EUA com sua revolução liderada por Fidel e Che Guevara. Nos anos 1960, o maio Francês de 1968 marca uma grande *crise* política do capitalismo.

desintegração do regime do xá e com isso a falência da estratégia norte americana na região, deu-se a chegada dos iatolás ao poder.

Neste período, a luta de classes estava aberta no plano internacional, e o triunfo de alguns povos colocava a possibilidade de mudanças concretas no interior, ou, como aprouver, na periferia do sistema hegemônico.

No aspecto econômico, a euforia dos anos gloriosos pós-II Guerra já estava longe e não animava nem os mais otimistas. A crise do *welfare state* em alguns países europeus, evidenciando o fim da *longa onda expansiva*, deslegitimava toda a ofensiva capitalista do pós-II Guerra que afirmava que o sistema havia encontrado o ritmo da marcha segura para seu desenvolvimento e prosperidade.

O “Estado de Bem-Estar Social” já não funcionava mais como uma espécie de proteção para reduzir os choques entre capital (classe dominante) e trabalho (classe trabalhadora).

A tese segundo a qual era possível humanizar o capitalismo, conciliando desenvolvimento com políticas sociais universais havia ganhado até mesmo alguns *corações e mentes* de parte da esquerda europeia vinculada à Social Democracia. Ainda que, como se sabe, esta argumentação visava combater as revoluções de caráter socialista e o comunismo em escala mundial. Mas, ponha-se isto de lado. Vimos na Europa, ao longo dos anos 1980, o refluxo generalizado das esquerdas, com os comunistas quase que desaparecendo por completo e os socialistas aderindo vertiginosamente às ideologias neoliberais.

No Brasil, no que diz respeito aos aspectos da economia, base estrutural em qualquer sociedade - não único, mas fator determinante - o cenário não era nenhum pouco confortável ao regime, e muito menos para a classe trabalhadora em geral. O “*bolo havia crescido*” na primeira metade dos anos 1970, como almejava o ministro da ditadura Delfin Neto; no entanto, não foi dividido com a massa dos trabalhadores.

Se, como observa Netto (2014), a dívida externa brasileira saltava de US\$49,9 bilhões de dólares em 1979 para US\$91 bilhões em 1984; a inflação iniciou uma corrida olímpica, passando de 91,2% em 1981 para 217,9% em 1985 e o PIB, que crescera 6,76% em 1979, caiu para 4,31% em 1984. Assim, entre 1979-1985, a concentração de renda cresceu assustadoramente de 0,592 em 1980, para 0,660 em 1985 como demonstra o índice de Gini. A concentração de terras no mesmo ano, em decorrência do projeto da ditadura para o campo, que tinha como meta “modernizar e/ou industrializar” o campo, chegou a 0,875, colocando o Brasil em segundo lugar do mundo em concentração da propriedade da terra. Os efeitos para

classe trabalhadora além da queda da renda per capita em 25% dos salários reais, 54 milhões de brasileiros foram jogados em condições de pobreza extrema e 23 milhões colocados abaixo da linha de pobreza impedidos de fazer três refeições por dia, ou seja, essa massa populacional se alimentava aquém de suas necessidades básicas. Em uma população de aproximadamente 130 milhões de brasileiros, este fato nos demonstra o óbvio, o desastre do modelo econômico e social da ditadura, que já era sentido pela classe trabalhadora em geral.

Os movimentos de base²⁰ (associações de moradores de bairro, associação de moradores de favela, associação de amigos do bairro etc.) desempenharam papel decisivo na organização dos pobres e multiplicaram-se rapidamente neste contexto de crise do regime. Esta oposição à ditadura civil-militar e a seus governos era, em geral, como aponta Alves, “altamente democrática, tendo como principais reivindicações aos governantes o congelamento de preços dos alimentos ou contra a carestia dos alimentos, acesso legal a terras urbanas, melhorias de instalação sanitária e de esgoto, coleta de lixo, pavimentação, creches, educação, habitação etc.” (ALVES, 1984, p.228).

As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, organizações de base ligadas à Igreja Católica, segundo Alves, “tinham uma dupla função, por um lado, oferecer serviços religiosos e o estudo do evangelho, por outro, organizar o trabalho de liberação e ações comunitárias”; (1984, p.231) e conclui nossa autora afirmando que as atividades de base, seculares ou ligadas à igreja, “foram fundamentais na recusa de legitimação do Estado de Segurança Nacional na estruturação da resistência às políticas sociais injustas” (idem, p.236.).

As fissuras no bloco hegemônico que correspondia às Forças Armadas, ao grande capital nacional e estrangeiro e ao latifúndio possibilitaram o enfraquecimento do regime. Somado a isto, o amplo leque de organizações e mobilizações espalhadas pelo país levaram em conjunto ao fim da ditadura civil-militar e ao seu projeto de manutenção do poder. Desta maneira, no período de 1979 a 1985, considerando “a emersão das principais contradições econômico-sociais que corroíam as bases do regime ditatorial – estavam dadas as condições para rupturas e dilaceramentos nos suportes sociais e políticos da ditadura e para as lutas de classes ganharem uma nova dinâmica” (NETTO, 2014, p.216).

Nestes tempos de crise e de caminhada a passos largos rumo ao ocaso da ditadura civil-militar, a burguesia percebeu que não era possível manter seu domínio somente por meio

²⁰ De acordo com Alves, a base em “termos socioeconômicos, são os que se situam na *base* e produzem as riquezas da sociedade, mas não participam da organização do seu próprio trabalho nem da distribuição de seus frutos. Em termos políticos, não tem voz nas decisões do Estado que diretamente afetam suas vidas. A cultura em que vivem destina-se a defender os privilégios daqueles que os privam de seus direitos” (Alves, 1984, p.230).

da repressão aberta; sua nova representação de classe deu-se a partir de um leque político amplo que ficou conhecido como ‘Centrão’²¹. Sabe-se que o famoso ‘Centrão’, passados estes trinta anos, continua operando atualmente, embora, como não poderia deixar de ser, com outros representantes no congresso.

Não obstante a forte repressão, como já observamos, abateu-se sobre a economia brasileira uma profunda recessão, que afetou a capacidade organizativa do movimento sindical; entretanto, de acordo com Alves, “este foi o período que os sindicatos mais avançaram em direção as suas metas e nas principais questões organizacionais” (1984, p.266), foi o momento da constituição da nova classe trabalhadora.

Isso demonstra que a tese modernamente defendida, a qualquer custo pelos apologistas do *neodesenvolvimentismo* capitalista, ou seja, pela base dos governos petistas (2002-2014), de que as mudanças que ocorreram na sociedade brasileira nestes primeiros anos do século XXI tornaram mais favorável a organização, a luta e as conquistas dos trabalhadores, não pode ser afirmada linearmente. Em conjunturas adversas é possível crescer socialmente, organicamente, e até mesmo obter conquistas, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que historicamente comprova esta assertiva, principalmente ao longo dos anos 1990. Trata-se, portanto, em nosso tempo, de evitar que a nostálgica expectativa de um *neodesenvolvimentismo* capitalista cada vez mais predatório, não se torne a única alternativa a ser seguida, sem crítica alguma, pelo conjunto dos trabalhadores.

Durante os anos 1990, no auge do neoliberalismo no Brasil, e de forte perseguição política ao MST, o movimento se consolida e amplia a sua base social significativamente, com conquistas de novos assentamentos e apoio político social massivo, inclusive no meio urbano, como comprova a marcha à Brasília em 1997.

Todas as condicionantes apresentadas sejam elas econômicas, políticas, culturais e sociais, contribuíram, definitivamente, para o surgimento de “novos” atores político-sociais e, com estes ‘novos sujeitos’, deu-se o salto de qualidade nas lutas de classes da sociedade brasileira. O que se viu e viveu no final da década de 1970 e primeira metade dos anos 1980, foi uma incrível confluência das lutas sociais e populares com as lutas sindicais.

²¹ O ‘Centrão’ foi um bloco parlamentar suprapartidário, formalizado em outubro de 1987, com o objetivo de apoiar as teses mais conservadoras e defender o mandato de 05 anos para o então presidente José Sarney. O Centrão contou com 152 parlamentares, sendo 80 do PFL, 43 do PMDB, 19 do PDS, 06 do PTB, 03 do PDC e 01 do PL (Kinson, 1993). (In. Maria G. Kinson. O legado oposicionista do MDB, 1993).

Este afluxo social, popular e sindical culminou na configuração do que foi denominado o *novo “bloco histórico”* (PT, CUT e MST) que surgiu na primeira metade dos anos 1980.

As eleições diretas para presidente da República no ano de 1989, primeira eleição após vinte e cinco anos de nomeação de presidentes e eleições indiretas realizadas pelo colégio eleitoral, expressara-se como disputa de projetos e mais uma vez, de classes em nosso país. Como se sabe,

a luta de classes atravessa, para Gramsci, todo o conjunto da vida social e, difusa pelos aparelhos privados de hegemonia no âmbito da Sociedade Civil, encontra no Estado um ponto de aparente resolução, ainda que gerador de novas tensões. Não há, pois, oposição entre Sociedade Civil e Estado em Gramsci [...] ao contrário, sociedade civil é duplo espaço de lutas de classes, intra e entre classes, através de organizações nas quais, se formulam e moldam as vontades e a partir das quais as formas de dominação irradiam como práticas e como convencimentos” (FONTES, 2010, p.136)

Nas disputas de classes e em sua relação fortaleceram-se, neste contexto histórico, as organizações da sociedade civil que almejavam transformações sociais de caráter progressista. Subsequentemente, ao longo dos anos 1990, sob a égide do neoliberalismo, deu-se a ofensiva contra o mundo do trabalho e as suas organizações; neste ínterim, as organizações sociais com caráter classista não gozavam da mesma correlação de forças dos anos anteriores. O que se configurava era uma pluralidade de organizações sociais e de lutas muito distintas das décadas anteriores. Desta feita, a história reservaria um lugar comum ao “bloco histórico” constituído neste período.

1.5 As “Diretas Já”

As “*Diretas Já*” foi um movimento cívico os anos 1983 e 1984, que reivindicava eleições diretas no Brasil. As primeiras manifestações públicas de rua, em defesa de eleições diretas, aconteceram em Pernambuco, no município Abreu e Lima, organizadas pelo PMDB, e imediatamente ganharam força a nível nacional, passando por Goiânia, Curitiba, São Paulo²², Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, etc. Para Alves, o movimento pelas ‘*Diretas Já*’ unificou-se principalmente no ano de 1984:

²² No dia 25 de janeiro de 1984, um grande comício em São Paulo, convocado pela Frente Democrática, reuniu mais de 300 mil pessoas em prol das “diretas já”. A *Rede globo*, que apoiou a ditadura desde o início, queria a eleição de Paulo Maluf, do PDS via colégio eleitoral, por isso omitiu a realização do comício até altas horas, quando, finalmente, precisou admitir que toda aquela multidão de pessoas não estavam ali comemorar o

(...) os partidos de oposição, juntamente com as entidades da sociedade civil representativas, e tomaram uma posição de forte defesa das eleições diretas para Presidentes da República (...) e estabeleceu-se nova dinâmica ao complexo jogo de forças entre as oposições [agora] novamente unidas em torno de uma bandeira comum (ALVES, 1984, p.313).

O movimento pelas “*Diretas Já*” teve grande representatividade na sociedade: agregou personalidades artísticas, como Chico Buarque, Martinho da Vila, Fafá de Belém e desportistas como Sócrates etc., assim como lideranças sindicais, jovens, jornalistas e diversas lideranças políticas da época, dentre elas: Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva, Mario Covas, Fernando Henrique Cardoso, Miguel Arraes et al.

Todo o movimento foi organizado em torno da defesa da emenda constitucional que estabelecia eleições diretas, apresentada em 1983 pelo jovem deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB do Mato Grosso. Contudo, em 25 de abril de 1984, devido a uma manobra dos políticos aliados ao regime, a emenda foi rejeitada por não alcançar o número mínimo de votos para a sua aprovação. Destarte, as classes dominantes, representadas pelo grande empresariado da cidade e do campo, pelo imperialismo e pelos militares, podiam dormir tranquilas, ao menos por mais um período.

O foco do movimento restrito a esta única bandeira pode ser considerado como sua principal derrota, pois não obstante as grandes mobilizações populares ocorridas no dia 24 de abril de 1984, após a derrota da emenda todo o movimento se arrefeceu. Entretanto, de acordo com Alves,

a ‘Caravana das Diretas’, organizadas por comissões suprapartidárias e apoiadas por mais de 200 entidades da sociedade civil, realizou comícios em quase todos os estados do Brasil conseguindo enorme apoio popular [...] [essa popularidade demonstrara] uma imensa vontade de ruptura com os mecanismos de transferência de poder e de controle social (1984, p.313).

Podemos elencar que as principais conquistas do movimento pelas “*Diretas Já*” foram as mobilizações de massas, de caráter unitário, ocorridas durante os anos em que durou o transitório movimento e possibilidade de civis se candidatem a presidência, o que levou via eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 e a aprovação posterior do parlamento constituinte e daí a nova Constituição.

aniversario da fundação da cidade de São Paulo, ao contrario, ali estavam para protestar contra a ditadura e em defesa de eleições diretas. Recentemente, em atividade de comemoração dos seus ‘50 anos de jornalismo’, seu âncora, Willian Boner, mais uma vez admitiu o ‘grave erro’ da emissora.

1.6 Os primeiros presidentes civis pós-ditadura - Tancredo Neves e José Sarney

De 1964 a 1985, passaram-se 20 anos de mandatos de alocados a presidentes (ditadores) militares. Sob forte pressão social (e na sequência da estratégia de *distensão lenta, gradual e segura* do regime) os militares foram obrigados a aceitar candidaturas de civis a presidente da república e a realizar eleições, ainda que indiretamente. Neste contexto, em 15 de janeiro de 1985, foi eleito por meio de um colégio eleitoral um presidente civil - Tancredo Neves. Entretanto, há um infortúnio histórico e Tancredo Neves morre abruptamente, deixando o cargo a seu vice José Sarney, que se torna o presidente da Nova República de 1985-1989.

José Sarney era membro do PDS, partido oriundo da antiga ARENA, que era o partido oficial da ditadura, daí que, em meio a olhares desconfiados das forças em ascensão, fez um governo de transição fraco. Sob seu governo, ocorreram as eleições gerais de 1986, onde tiveram avanços importantes os partidos de oposição ao regime ditatorial.

Durante seu mandato presidencial foi elaborado um Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que tinha como meta final assentar, expressando a forte pressão dos movimentos do campo e da sociedade em geral, dois milhões de famílias sem terra. O balanço final do PNRA foi irrisório, o número de famílias assentadas foi demasiadamente insignificante. Desta maneira, o plano entrou para história - juntamente com a tentativa frustrada da Reforma Agrária de João Goulart – por ser mais uma das oportunidades históricas perdidas de realização da Reforma Agrária em nosso país.

Destaca-se também no período de seu governo a instalação do congresso Constituinte em Fevereiro de 1987, a promulgação da Constituição Federal em Outubro de 1988, além das eleições diretas ocorridas em 15 de novembro 1989 – segundo turno em 17 de dezembro do mesmo ano – e a passagem da faixa presidencial para o presidente eleito Fernando Collor de Mello, em 1990.

A conjuntura política e econômica em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990, de inflação galopante e efervescente debate político sobre qual modelo adotar para o país, elevou a luta política a outro patamar de unificação e de ofensiva conservadora em nosso país.

1.7 O Movimento Nacional Pró Constituinte e a Constituição Federal de 1988

Há um axioma amplamente aceito na sociedade brasileira de que a Carta de 1988 é a mais avançada das constituições republicanas brasileiras, do ponto de vista político e social, tanto pela consagração de dispositivos democráticos, quanto pela afirmação teórica dos direitos de cidadania. Se comparada às demais cartas constitucionais do Brasil precedentes a ela, revela-se, de fato, avançada.

A primeira Constituição do Brasil republicano é datada do ano de 1891, promulgada após a proclamação da Primeira República de 1889; a segunda é datada de 1934, trouxe uma expectativa de mudanças na vida de grande parte dos brasileiros; a terceira é de 1937, sob o regime ditatorial de Getúlio Vargas, originando o Estado Novo; a quarta é de 1946, contou com a presença de parte da classe trabalhadora organizada no PCB, que tinha 15 deputados, dentre eles Carlos Marighela, Jorge Amado, Mauricio Grabois etc.; a quinta constituição data de 1967, portanto elaborada sob o regime ditatorial civil-militar – apesar disso, esta carta dois anos mais tarde (1969) sofre uma emenda pelos chefes das Forças Armadas - do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Destas cartas constitucionais destaca-se a quarta de 1946, que apresenta uma significativa modificação decorrente da participação da classe trabalhadora representada no parlamento e dos nascentes movimentos autônomos, urbanos e rurais, sindicais, populares sociais.

Antecede a CF de 1988 um importante processo político que merece ser destacado: a luta pela Assembleia Constituinte exclusiva, que estava sustentada pelos sindicatos, pelos movimentos sociais e populares em ascensão. Somavam-se a este processo, grande parte da oposição ao regime defendendo a formação de uma Constituinte Exclusiva com a finalidade (exclusiva) de elaborar uma nova Constituição; porém, embora antes mesmo da constituição do “Centro Democrático” (*Centrão*) já estivesse determinado que não se teria uma Assembleia Nacional Constituinte, mas, tão somente um parlamento com poderes constituintes²³, com o fortalecimento e as manobras do *Centrão* após as eleições de 1986, coroou-se à tese do congresso constituinte, ou seja, uma constituinte formada por deputados e senadores eleitos no ano anterior e que, após a promulgação da CF, prosseguiram em suas

²³ A decisão de formar uma Assembleia Nacional Constituinte foi tomada pelo Congresso Nacional no dia 27.11.1985, dado o encaminhamento do então presidente José Sarney. A constituinte foi aprovada com o Emenda Constitucional n.26, nela se previu que os membros da Câmara Federal e do Senado Nacional, reunir-se-iam em Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana.

funções. O congresso constituinte foi instalado em fevereiro de 1987 e encerrou seus trabalhos em setembro de 1988 com a aprovação da nova Constituição Federal em outubro.

O parlamento constituinte contou também com vários representantes eleitos pelo PT e os trabalhadores especialmente da saúde, os Assistentes Sociais, os camponeses e os operários do ABC paulista fizeram grandes mobilizações e puderam apresentar diversas *emendas populares* e assim participar da elaboração da nova carta no ano seguinte.

A ampla maioria dos congressistas constituintes pertencia ao *Centrão*, ou seja, eram membros principalmente da ampla bancada do PMDB, do PTB e do PDS, além de outras agremiações menores. Os partidos de caráter progressista e de classe, dentre eles o PT e alguns políticos do PDT e do PMDB, entre outros, não apoiaram o congresso constituinte e alguns assinaram com ressalvas à nova CF. Desta feita, nos finais dos anos 80, num contexto de ascensão das grandes manifestações populares, de vitórias eleitorais da oposição ao regime, e sob um governo civil, eis que é promulgada em 05 de outubro de 1988, a nossa sexta Constituição Federal.

Embora neste lustro histórico de abertura democrática (1984-1988) o conservadorismo se apresentasse muito forte no parlamento, a correlação de forças nas ruas e na sociedade era favorável às forças democráticas, pois o regime ditatorial civil-militar fora desmoralizado e derrotado politicamente. Diante desta conjuntura, a nova Constituição Federal aportou aspectos avançados resultantes das mobilizações populares, portanto, da correlação de forças favorável ao conjunto dos trabalhadores. Desse modo, a nova carta reconheceu uma série de direitos políticos até então inexistentes para maioria da população brasileira e consagrou vários direitos sociais, como a jornada semanal de 44 horas de trabalho, a estabilidade de emprego para os servidores públicos, a universalização da aposentadoria aos camponeses e a obrigação do Estado com a universalização da saúde e da educação etc. Do ponto de vista político, a nova carta estimulava a participação das classes trabalhadoras no jogo político, dentro das regras previamente estipuladas. Assim, desenvolvia-se a ideologia (falsa consciência) no interior da esquerda, de que ao se saber as regras do jogo, já seria possível ganhá-lo.

Os principais setores responsáveis pelos avanços constitucionais foram: a saúde, com sua bandeira da reforma sanitária e a luta em defesa do Sistema Único de Saúde – SUS, os Assistentes Sociais com seu Congresso da virada em 1979, onde chamam para mesa de honra os representantes dos movimentos sociais e o principal líder sindical da época, Luis Inácio Lula da Silva - o Lula, os camponeses vinculados à CONTAG e ao MST, a Igreja Católica, a

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, a Associação Brasileira de Imprensa – ABI, o jovem PT, além dos operários do ABCD, vinculados à CUT, símbolos das grandes greves e mobilizações.

Assim, a Constituição Federal foi literalmente o resultado das lutas de classes deste período histórico e, portanto, a expressão da correlação de forças existentes na sociedade naquele contexto.

Frente a esta efervescência popular, as classes dominantes brasileiras, em especial as representadas pelo “*Centrão*”, através da sua capacidade sagaz de unir-se em torno de seus objetivos estratégicos, foram capazes de impedir vários avanços constitucionais através da ideia de que os avanços se subordinariam à regulamentação, mediante a legislação infraconstitucional. Com isso, questões fundamentais como os artigos que tratam da Reforma Agrária, por exemplo, os artigos 184 e 185²⁴, referentes às desapropriações dos latifúndios produtivos ficaram proibidas “*de acordo com a regulamentação*”.

1.8 As eleições diretas de 1989 – disputa de projetos: ápice dos anos 1980

A eleição presidencial realizada em 15 de novembro 1989 foi a primeira desde 1960, portanto, após vinte e nove anos de uma espera fatídica, os brasileiros puderam escolher, finalmente, por voto direto, o presidente da República. Esta eleição é um marco importante na história da nossa incipiente democracia, pois, neste pleito, embora com 22 candidatos²⁵, principalmente durante o segundo turno (17 de dezembro de 1989) enfrentaram-se projetos

²⁴ Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social. In. BRASIL. Constituição Federal de 1988.

²⁵ Disputaram as eleições de 1989 no primeiro turno: 1º - Fernando Collor de Mello/ Itamar Franco - coligação PRN / PSC / PTR e o PST. 2º - Luiz Inácio Lula da Silva/ José Paulo Bisol - coligação PT / PSB / PCdoB. 3º - Leonel Brizola/ Fernando Lyra - PDT. 4º - Mário Covas/ Almir Gabriel – PSDB. 5º - Paulo Salim Maluf/ Bonifácio de Andrada - PDS. 6º - Guilherme Afif Domingos/ Aluizio Pimenta - PL / PDC. 7º - Ulysses Guimarães/ Waldir Pires - PMDB. 8º - Roberto Freire/ Sérgio Arouca - PCB. 9º - Aureliano Chaves/ Cláudio Lembo - PFL. 10º - Ronaldo Caiado – coligação PSD / PDN. 11º - Affonso Camargo Neto - PTB. 12º - Enéas Carneiro - PRONA. 13º - José Alcides de Oliveira (“Marronzinho”) – PSP. 14º - Paulo Gontijo (“PG”) - PP. 15º - Zamir Teixeira - PCN. 16º - Livia Maria - PN. 17º - Eudes Mattar - PLP. 18º - Fernando Gabeira - PV. 19º - Celso Brant - PMN. 20º - Antônio Pedreira - PPB. 21º - Manuel Horta - PDC do B. 22º - Armando Correia - PMB.

para a sociedade brasileira. Por isso, muitos autores situados no espectro da esquerda, embora de diferentes matizes teóricos, convergem na afirmativa de que nestas eleições perdemos não apenas a presidência, mas, e o que representa um retrocesso ou no mínimo mais alguns anos de espera, a possibilidade de um projeto de nação. Por isso, de acordo com Fontes,

a derrota do eixo democrático e popular que dominou todos os anos 1980, ao ter reduzido seu impulso socializante, seria profundamente modificado. Uma democracia reduzida as estratégias limitadas e admissíveis pelo capital inicia seu curso com a eleição de Collor pela persuasão e truculência (FONTES, 2010, p.255).

Em outras palavras, com a vitória de Collor se instaura um regime de persuasão (a ABONG, 1991, cumpriria este papel) e truculência que gerou um rebaixamento da política e possibilitou a entrada do neoliberalismo no Brasil, como veremos adiante, que se consolida na década de 1990 e início dos anos 2000.

As classes dominantes estavam divididas, como o prova o numero de candidatos. Se, de um lado, principalmente os candidatos Guilherme Afif Domingues - PL e Paulo Maluf - PFL representavam a pequena burguesia, por outro, Ulisses Guimarães - PMDB e Mário Covas - PSDB representavam os interesses da grande burguesia, além de Ronaldo Caiado - PSD que expressava os mais puros anseios da elite agrária. No campo progressista, do lado dos trabalhadores, Brizola - PDT representava parte da classe trabalhadora e Lula - PT a parte mais expressiva dos trabalhadores assalariados e organizados.²⁶

No primeiro turno os votos de Lula e Brizola foram majoritários; entretanto, no segundo turno perdemos. No segundo turno, além do PDT de Brizola, em especial Lula contou com o apoio do PSDB de Mário Covas que expressava melhor o programa estratégico do grande capital; porém, aos olhos da burguesia brasileira, extremamente oportunista e pragmática, não inspirava confiança, por isso ela não o apoiou massivamente no primeiro turno. A TV Globo cumpriu um papel decisivo no segundo turno ao editar o debate entre Collor e Lula dando mais tempo ao primeiro e expondo mais os erros do segundo (já admitiram publicamente esta manipulação). O fato se revelou num dos processos mais vergonhosos da imprensa brasileira -, ao nível de influenciar e determinar uma eleição. Ora, a *Rede Globo* apresentava o candidato Collor como o “caçador de marajás”, como um “novo” político, “diferente” dos existentes até então.

²⁶ No enterro do Roberto Marinho, dono da Rede Globo, que faleceu a 06 de agosto de 2003, Lula compareceu com dez ministros e decretou luto oficial de três dias! Em 21 de Junho de 2004, morre Leonel Brizola e Lula não foi ao enterro “temendo por sua segurança”! Logo em seguida, menos de 04 meses depois, em 20 de novembro do mesmo ano, morre o economista e grande pensador do Brasil, Celso Furtado e Lula também não compareceu ao funeral.

Contudo, a burguesia brasileira sabia que Collor era aventureiro, mas o apoiou visando barrar o avanço do Projeto Democrático e Popular sintetizado na candidatura Lula. Assim, diante da possível derrota para um nordestino operário, a burguesia jogou decisivamente na eleição do candidato do Partido da Renovação Nacional – PRN, de Fernando Collor de Melo²⁷ que não os representava, não era confiável, por isso, estas mesmas classes dominantes não titubearam em apoiar o *impeachment* do efêmero presidente em 1992. Lembramos que pouco antes de sofrer o impeachment (de maio a setembro) diante das sucessivas denúncias de corrupção de seu governo, Collor ficou abandonado por quase todas as forças sociais, com exceção da FIESP e da Força Sindical que chamaram um ato político no dia 11 de setembro, na Praça Sé, em defesa das “*reformas modernizadoras*”.

Não obstante a colossal desmoralização do governo Collor, sua vitória eleitoral de 1989 havia alicerçado as bases para a derrota do projeto do eixo democrático e popular sintetizado por Lula, como veremos mais adiante. Desta maneira compreendemos que a burguesia também aprende com suas experiências práticas; a ameaça da derrota em 1989 fez com que em 1994 eles fossem unificados em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso - FHC, um sociólogo respeitadíssimo no meio acadêmico, sem a cara da FIESP e da FEBRABAM. Nas eleições de 1998, a burguesia brasileira repetiu a mesma estratégia, pois FHC havia cumprido à risca a cartilha neoliberal e assim atendia aos interesses das classes dominantes.

Este contexto histórico e social que resumimos influenciou os movimentos sociais e o campo da esquerda como um todo a buscarem novas formas de legitimar-se perante a sociedade. Este fato desafiou e impulsionou a todos os *sujeitos sociais coletivos* buscarem novas formas de desenvolver as lutas e legitimidade social. O MST foi para as cidades articular-se com outros setores da sociedade e se pautou por reivindicações que vão além da luta pela terra. Isto colocou a luta do movimento em outro patamar e o projetou socialmente. O mesmo não se pode dizer da CUT e do PT, velhos aliados do movimento, que aos poucos, ao longo dos anos 1990 foram sucumbindo diante da ofensiva do capital e dos desafios conjunturais. Contudo, não nos precipitemos. Trataremos em pormenores deste assunto mais adiante.

²⁷ Collor encabeçava a coligação do hoje instinto PRN (atual PTC) com Itamar Franco do mesmo partido como seu vice. Collor foi o primeiro presidente eleito por voto direto após a ditadura, foi o presidente mais jovem e o primeiro e único a sofrer um processo de *impeachment* no Brasil. Itamar Franco governou o país após o *impeachment* de 1992, até a passagem da faixa a seu ex. ministro FHC em 1995.

CAPITULO II

A EMERGÊNCIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DO NOVO BLOCO POLÍTICO-SOCIAL

2.1. O ressurgimento das novas forças sociais – os férteis anos 80

No Brasil, a década de 1980 começou próspera do ponto de vista político e organizativo para o conjunto da classe trabalhadora, em sentido inverso da realidade vivida pelos socialistas e comunistas do velho continente, e foi longa. Pode-se dizer que essa década começou dois anos antes, em maio de 1978, quando uma onda de greves nacionais e massivas inaugura uma nova era em nosso país. Esta onda de greves²⁸ começou no ABC paulista, quando os trabalhadores da Scania insatisfeitos com os salários recebidos entraram na fábrica e cruzaram os braços diante das máquinas. De fato,

o que se viveu no final da década de 1970 e início dos anos 1980 foi uma incrível confluência das lutas sociais das mais diversas que encontraram na emergência de uma luta sindical, no coração mesmo da produção do valor, sua expressão de unificação e de fusão de classe, primeiro contra as condições de vida e trabalho, depois contra a ditadura que ruía (IASI, 2006, p.374).

Como se observa, em decorrência da crise do regime, mesmo em caráter molecular e relativamente espontâneo, as classes trabalhadoras principiavam sua reorganização e diversas formas de lutas, algumas inclusive de caráter nacional. Retomavam-se as lutas no campo, no setor público, no setor industrial, no meio estudantil, entre os professores, enfim, na massa de trabalhadores descontentes com o estado de coisas em que viviam. No entanto, de acordo com Secco, “em 1978, do total das greves, 75,9% ocorreram no setor industrial” (2015, p.38). Este fato demonstra que do total de trabalhadores e trabalhadoras mobilizados e em luta, uma

²⁸ Rosa Luxemburgo, em 1905 na Rússia, redige um texto intitulado “*Greve de massas, partido e sindicatos*”. Nesse texto, ela mostra que na *greve de massas* o momento subjetivo, a consciência de classe, se articula com o momento objetivo da história; portanto, com as tendências do desenvolvimento capitalista. A *greve de massas* seria a perfeita tradução da dialética entre organização e espontaneidade, entre política e economia, ficando o elemento criativo do lado da espontaneidade das massas. A *greve de massas*, tal como era apresentada pela revolução russa de 1905, é um fenômeno tão móvel que reflete em si todas as fases da luta política e econômica, todos os estágios e todos os momentos da revolução. Em resumo: *a greve de massas não é um meio engenhoso inventado para reforçar o efeito da luta proletária, mas é o próprio movimento da massa proletária, a forma de manifestação da luta proletária na revolução*. Para Rosa, a *greve de massas* é antes um termo que designa globalmente todo um período da luta de classes que se estende por vários anos, às vezes por décadas. Partindo daí, podemos deduzir que dois dias de greve, embora nacional e massivo como destacamos, porém, fora de um contexto pré-revolucionário não se pode chamar de greve geral ou greve de massas. Desse modo, as greves de 1978/79 e as que ocorreram ao longo dos anos 1980 tratavam-se, desta perspectiva, para usar uma expressão da própria Rosa, da “*simples*” *greve de protesto*. (LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de massas, partido e sindicatos*. In: BOGO, Ademar (Org.). *Teoria da organização política: Escritos de Marx, Lênin, Rosa e Mao*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. P. 241-339).

pequena parte representava a ampla diversidade dos diferentes setores da sociedade. Portanto, embora reconheçamos e concordamos com a importância das greves nacionais, os dados evidenciam que não vivíamos em fins dos anos 1970, assim como não vivemos ao longo dos anos 1980, como apontavam alguns dos mais otimistas com as lutas sindicais, uma *greve geral* ou de massas em nosso país. Todavia, como assinalamos, as maiores greves ocorreram ao longo no ano de 1980. O acúmulo das lutas sociais neste período permitiria, inclusive, que a disputa eleitoral de 1989 se desse entre um filho da oligarquia tradicional (Collor) e um operário (Lula) ligado às lutas sindicais e populares.

No ano de 1980, é criado o Partido dos Trabalhadores - PT. Militantes e dirigentes do “novo sindicalismo”, dos diferentes movimentos de bairros e rurais, organizados principalmente a partir das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica – CEBs, intelectuais e ex-dirigentes de organizações clandestinas que resistiam à ditadura, constituíram a base para a formação do PT e outras organizações deste período.

Os primeiros estudos e memórias sobre o PT sacramentaram a visão, de acordo com Secco, “de um partido constituído por três fontes: a igreja progressista, os remanescentes dos grupos da luta armada e o novo sindicalismo” (2015, p.26).

Após três anos da fundação do PT, em 1983 nasce a Central Única dos Trabalhadores – CUT, inspirada num “novo sindicalismo” classista, autônomo e independente do Estado. Podemos dizer também que algumas das parcelas mais avançadas do movimento sindical rural contribuíram para a construção da CUT; no entanto, o que marcou a história sindical do país e que por isso simboliza a ideia de um “novo sindicalismo”, foram às lutas realizadas pelos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo (com Lula à frente) além de petroleiros, bancários, professores etc. - destarte, de acordo com Tumolo, “pode-se concluir que o “novo sindicalismo”, as oposições sindicais e o sindicalismo rural foram às três principais organizações sindicais que formaram a CUT” (2002, p.113).

E em 1984 com apoio fundamental da Comissão Pastoral da Terra - CPT é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, motivados pelas experiências e acúmulos de lutas deixados pelas organizações do campo anteriores.

Deste modo, na primeira metade dos anos 1980, já estavam fundadas as três grandes organizações que comporiam o chamado novo *bloco político-social* das próximas três décadas (1980-2000). Voltaremos a esta reflexão posteriormente; vejamos agora mais de perto as condições que possibilitaram a formação destas organizações.

2.2. A gênese e a constituição do PT

Recorrendo à história, recordaremos que, em finais de 1979, a nova Lei Orgânica dos Partidos extinguiu o bipartidarismo, que ficou conhecido no campo popular como o partido do “*sim*” (MDB) e o do “*sim, senhor*” (ARENA). A lei aprovada, de acordo com Alves,

ao mesmo tempo em que procurava fragmentar e dividir a expressão política dos setores mais conservadores da ampla aliança oposicionista [...] esforçava-se por excluir totalmente²⁹ as vozes mais radicais do novo movimento popular. [Por isso] líderes sindicais e membros das organizações e comunidades de base já se empenhavam na criação de um partido dos trabalhadores (1984, p.270).

A gênese do Partido dos Trabalhadores - PT se insere no contexto de crise política e econômica da ditadura civil-militar, na tentativa dos patrões e da elite dominante de manter o regime por meio de sua unificação e repressão policial e na reação popular representada por um amplo processo de manifestações da sociedade brasileira e de mobilizações massivas dos movimentos sociais e sindicais. Observa acertadamente Alves que “o PT nasceu das greves de 1978, 1979 e 1980, em estreita aliança com os movimentos de base rurais e urbanos e com a ação social dos católicos progressistas” (1980, p.276). Nesta reflexão, acrescenta Mauro Iasi,

a criação do PT em 1980 só pode ser explicada como um momento de emergência das lutas sociais que encontrou na retomada da luta sindical e operária um ponto de fusão de classe cuja expressão política foi à formação de um partido que buscava representar estes setores que naquele momento se levantavam em lutas que eram ao mesmo tempo específicas e que confluíam para uma questão maior na medida em que se contrapunham à ditadura, mudando, assim, o caráter da abertura restrita (2006, p.375).

Estas condições objetivas criaram a necessidade prática de se construir um partido político alternativo. Por isso, em sua gênese, o PT tem um caráter anticapitalista, classista e de massas. Sua referência era a classe trabalhadora como centro de um projeto de transformação da sociedade. Todavia, observa acertadamente o historiador Lincoln Secco, “o principal elemento da formação do PT (o novo sindicalismo) nem sempre existiu dependendo da cidade onde o PT foi surgiu” (2015, p.50).

Assim, o PT surge no início dos anos 1980 como um partido diferente dos demais e nitidamente de classe, pois em sua base incorporava uma série de movimentos “sociais, membros de associações de moradores, comunidades de base, ativistas camponeses e

²⁹ No artigo 5º da Lei Orgânica dos Partidos, lia-se que: “Não se poderá utilizar designação ou denominação partidária, nem se fará arregimentação de filiados ou adeptos, com base em credos religiosos ou sentimentos de raça ou classe” (ALVES, 1984, p.270).

sindicais, além do apoio de intelectuais e de parte do movimento estudantil” (ALVES, 1984, p.276).

Apesar dos mais otimistas com o partido em sua fase inicial proferirem algumas afirmações ufanistas, Secco (2015) adverte que o aspecto do pioneirismo do PT, como afirmam seus primeiros documentos, no que diz respeito à sua formação como primeiro partido de massas organizado de baixo para cima e diferente de toda a esquerda anterior, é preciso ser relativizado. Afinal de contas, ha muitas “continuidades numa história de rupturas” (SECCO, 2015, p.31). E mais, há que se reconhecer de acordo com Secco, “que o PCB cumpriu os requisitos que o sociólogo francês Maurice Duverger atribuiu ao partido de massa [...] o PCB se não foi, esteve muito perto de ser um verdadeiro partido de massas num de seus curtos períodos de legalidade (1945-1947), tendo mais de 50 mil militantes”... (SECCO, 2015, p.32).

Voltando ao PT, de acordo com as evidências em tela, este não obteve o amparo financeiro legal como o herdado pelo PMDB, ou o respaldo de grupos sociais economicamente poderosos de que gozavam o PP e o PTB, por exemplo, por isso, representava a possibilidade de uma manifestação autêntica dos trabalhadores, ou seja, negava o “populismo” de até então, assim como, a ordem social burguesa existente. O PT criticava duramente a ditadura militar e as relações sociais de produção estabelecidas, portanto, almejava melhorias sociais, se quisermos transformações sociais.

O partido almejava transformações sociais. Falava de socialismo, mas mantinha distância da social-democracia Europeia e dos partidos comunistas já em crise no início dos anos 80. De acordo com Iasi, *o PT* “representava a possibilidade de uma manifestação autêntica das classes trabalhadoras, isto é, uma organização [partidária] levada à frente pelos próprios trabalhadores, sem a tutela das elites” (2006, p.360).

Com estas características principais, o PT participa de sua primeira eleição em 1982. Considerando o caráter plebiscitário destas eleições, e observando a sua resultante, se beneficiaram do processo os dois maiores partidos da época, o PMDB e o PDS. De fato, para os partidos menores como o PT e o PDT, por exemplo, não restaram alternativas que não fossem a de lutar com as próprias forças que dispunham. Assim, lançaram candidatos em todos os níveis de disputa. A marca do Partido dos Trabalhadores nas eleições era “um partido sem padrões” e seu lema, “trabalhador vota em trabalhador”. Ora, bem analisadas as coisas, há que se relativizar a pretensa assertiva do partido com o lema. Pois trabalhador deve votar em quem defende seus interesses, ou seja, os interesses dos trabalhadores. Há muitos

trabalhadores que defendem, embora muitas vezes não o saibam, os interesses de seus inimigos de classe. E mais, apesar do *slogan*, “o PT foi desde o início um partido multiclassista e estava além de uma base de apenas trabalhadores manuais” (SECCO, 2015, 61).

Contudo, como reitera Alves,

o PT fez campanha de caráter nacional, concentrando-se em questões como salário, saúde, educação, habitação e direitos de organização para a população trabalhadora. O aspecto mais significativo da campanha do PT terá sido talvez a capacidade de abrir o processo político à participação de setores marginalizados da população que nunca antes haviam atuado em partidos e organizações políticas (1984, p.283).

Ninguém menos que Tancredo Neves reconheceu na época e fez um comentário que classificava as eleições de novembro de 1982 como um grande avanço para os partidos de oposição, pois “juntos eles controlariam cerca de 80% do PIB, distribuído por 60% do território, ocupados por 58% da população” (ALVES, 1984, p.287).

2.3. A Central Única dos Trabalhadores – CUT

No início dos anos 1980, solidifica-se no meio sindical brasileiro, com políticas diferentes, duas tendências principais: os *sindicalistas autênticos* e os da *unidade sindical - ou reformistas*³⁰. Para os *autênticos*, o “novo sindicalismo” deveria ter a perspectiva classista, ou seja, deveria afirmar a existência do antagonismo de classe entre patrões e empregados e ser autônomo em relação ao Estado e seu sindicalismo oficial que vigorava até então.

Para os sindicalistas da *unidade sindical – ou reformistas*, bastavam pequenas modificações na estrutura sindical e o encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores nos marcos da legislação e da política vigente da época. Desta maneira, buscavam todos os meios de evitar as greves, o enfrentamento com os patrões e o governo. Propunham uma aliança da classe operária com a classe patronal, para se chegar a um pacto social. Na visão desse bloco reformista, greves prolongadas “poderiam prejudicar a ‘abertura’ que os militares estavam dando. “*Nada de aventuras*” era sua palavra de ordem. Este bloco era composto pelo PCB, MR-8 e PC do B” (GIANNOTTI, 2007, p. 237, *grifos no original*).

Embora existissem diferentes visões entre os *autênticos* sobre o papel do ‘novo sindicalismo’ - principalmente entre os metalúrgicos de São Bernardo e os da Oposição

³⁰ Para uma abordagem mais detalhada sobre o tema sugerimos os textos de Ricardo Antunes; O que é sindicalismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, e também o texto: O novo sindicalismo. São Paulo: Scrita editorial, 1991.

Sindical Metalúrgica de São Paulo - estas duas tendências, juntamente com o sindicalismo rural, seriam a base para a fundação da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981, acontecia a primeira Conferência da Classe Trabalhadora - CONCLAT no Brasil, que se reunia para debater e elaborar um programa de ação comum do “novo movimento sindical” e, sobretudo, eleger uma comissão executiva para a organização de uma segunda conferência nacional, como preâmbulo à criação de uma organização sindical central - a ideia era a formação de uma Central Única dos Trabalhadores - CUT, pois o país estava maduro, enfim, para ter uma central sindical.

Esta central deveria ser independente do Estado - em especial Ministério do Trabalho - e dos governos. Na preparação deste congresso, ocorreu uma série de encontros preparatórios em nível local e regional. No fundo, o CONCLAT expressou o resultado do forte trabalho de base que havia naquele período, bem como a franca oposição ao Estado e ao governo repressor. Podemos concluir que neste período foram lançados os primeiros embriões de constituição da CUT que oficialmente será fundada em 28 de agosto de 1983, ao final de uma conferência da qual estavam presente - sem a participação e o respaldo da *unidade sindical* - mais de cinco mil trabalhadores.

O presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, Jair Meneghelli, foi eleito o primeiro presidente da nova central, “que nascia sob forte influência do PT. No entanto, a CUT também abrigava filiados do PDT, PSB, PMDB e membros de setores dissidentes do PCB, além de muitos outros militantes sem filiação partidária” (GIANNOTTI, 2007, p.245).

Se as greves de 1978 e 1979 representaram um momento decisivo para o sindicalismo brasileiro, fazendo com que o mundo nos visse através das centenas de milhares de mãos levantadas, em assembleias, votando pela continuidade das greves, as greves dos anos 1980 representaram um avanço extraordinário para as classes trabalhadoras em relação ao decênio anterior - isso porque foram menos espontâneas e preparadas cuidadosamente, tiveram “maior participação dos sindicalizados nas decisões sobre o movimento. Além disso, visavam menos estritamente, de modo geral, as questões meramente econômicas, assumindo nítida importância política” (ALVES, 1984, p.262).

Para Florestan Fernandes, a “greve de 1978 efetuou uma ruptura, que punha o grande capital, a contrarrevolução e seu governo ditatorial de um lado, os operários e o movimento sindical de outro” (*In SECCO, 2015, p.39*).

No período correspondente a 1981 a 1983, as manifestações populares sacudiram o país, embora as greves de operários tenham sofrido ligeira queda em comparação com os anos de 1979 e 1980; contudo, o operariado consolidou a consciência da sua força como classe, o que é muito significativo. Como observa Netto, o refluxo do movimento operário nos anos de 1980 a 1982 é perfeitamente explicável numa conjuntura recessiva, pois,

todavia, o exame das lutas sociais, ao longo da história, em todas as latitudes, revela que seus avanços não são lineares, como se configurassem sempre uma série ascendente e evolutiva; e é muito frequente que conjunturas fortemente recessivas limitem severamente as condições de luta e de organização dos trabalhadores (de que o movimento grevista é apenas uma expressão). Na avaliação dessas lutas, os avanços não se medem necessária e exclusivamente pelos ganhos imediatos que propiciam aos trabalhadores diretamente envolvidos; são indicadores absolutamente importantes o saldo *organizativo*, o aporte que trazem ao desenvolvimento da *consciência da classe*, a contribuição que oferecem ao *conjunto* do movimento dos trabalhadores e o impacto positivo com que rebatem no campo das forças democráticas (Cfr. Netto, 2014, p. 231. Itálicos no original).

Assim, notou-se que os trabalhadores preocupavam-se cada vez mais com a “organização política e o fortalecimento dos partidos de oposição. Compreenderam que a questão da liberdade sindical estava ligada à da participação política nas decisões do governo” (ALVES, 1984, p.265). Talvez o exemplo mais claro desta nova fase do sindicalismo seja a participação massiva no comício de janeiro de 1984, em São Paulo, contra a ditadura, que previa eleição indireta do próximo presidente, por um colégio eleitoral.

2.4 Aspectos sociais, econômicos, políticos e ideológicos que compõem a gênese do MST

A crise política do regime ditatorial e a crise econômica internacional, abordadas anteriormente, trouxeram implicações para a economia brasileira devido à sua dependência e subordinação. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, com suas inelimináveis crises, ocasionou várias mudanças na agricultura, o que atingiu fortemente a luta pela terra.

No final dos anos de 1970, as modificações estruturais da sociedade brasileira, como a industrialização, a urbanização, o aumento das migrações para os grandes centros urbanos, a expansão das relações de assalariamento e a constante exclusão da participação política das classes subalternas, alteraram as formas de inserção sócio-política do operariado urbano e dos camponeses. Neste contexto, como apontamos, emergiu o “novo sindicalismo” e uma diversidade de movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

O processo de gestação do MST corresponde aos anos de 1979-1984. Este período também é conhecido como sendo o da gênese e do desenvolvimento do MST, que foi fundado

oficialmente em Janeiro de 1984, no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel, estado do Paraná. Foi um período rico para o debate, pois em todo o país eram crescentes as mobilizações e ainda ressoava entre nós os ecos da Revolução Sandinista na Nicarágua, entre outros.

O debate teórico-político da época a partir de análises das experiências concretas fez com que se consolidasse internamente no MST, na segunda metade dos anos 1980, a tese de que o capitalismo no Brasil se desenvolveu com base na grande propriedade e que a burguesia brasileira jamais iria fazer uma Reforma Agrária de tipo *clássica burguesa*, como as realizadas na Inglaterra, na França, na Itália, nos Estados Unidos da América etc. Menos ainda permitiria uma Reforma Agrária de tipo socialista, como as que aconteceram, por exemplo, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, na China e em Cuba ou as de caráter popular, como as realizadas no México durante os anos 1910-1920 e a no Chile no início dos anos 1970.

Estas experiências históricas são a base de sustentação da tese elencada, bem como a primeira “Lei de Terras” (Lei 601 de 1850) que rege sobre as terras públicas do Império e as concedidas como sesmarias a pessoas nacionais e estrangeiras, que consolidou o latifúndio no Brasil - ou melhor, o monopólio oligárquico da terra.

A práxis³¹ do movimento se constituía em torno da luta pela Reforma Agrária, que em sua abordagem só seria possível com organização e luta dos próprios camponeses. Visualizava-se que era necessário construir uma organização nacional e autônoma e que através da mesma se realizassem lutas de massas com caráter sindical e político. Estes aspectos relacionados com os da formação e organicidade do movimento desenvolveriam uma práxis emancipadora na organização. Compreende-se como práxis emancipadora a transformação que tende a ocorrer nos indivíduos a partir de sua inserção nas atividades concretas que o MST desenvolve e proporciona. A práxis, desta maneira, não se restringe a nenhuma atividade de formação ou de luta isolada: trata-se da relação entre conteúdo e forma,

³¹ O professor Leandro Konder, após discorrer em seu livro *O futuro da filosofia da práxis* sobre o conceito de práxis desenvolvido por Marx, Karel Kosik e Adolfo Sánchez Vázquez, não sem antes ter recorrido aos gregos antigos (origem do termo) e ao dicionário do pensamento marxista organizado por Tom Bottomore, faz uma síntese precisa do termo: “A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmo. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do auto-questionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática” (KONDER, 1992, p.115).

entre teoria e prática ou luta política. A práxis é a ação dos sujeitos que, inseridos em processos formativos, mudam a realidade em que atuam. É a ação refletida. É a reflexão a partir da ação.

Desenvolvia-se uma consciência coletiva no movimento e um consenso entre suas lideranças e militância segundo os quais as mudanças na sociedade, dentre elas a mudança na estrutura da propriedade da terra, seriam resultados da correlação de forças; portanto, afirmava-se que a própria reforma agrária só iria acontecer como resultado deste acúmulo de forças, ou seja, seria fruto das lutas concretas dos trabalhadores. Desta maneira, foi preponderante a tese no MST de que o movimento camponês deveria dar continuidade às lutas sociais dos índios, dos negros, dos imigrantes, dos camponeses e trabalhadores urbanos.

A crise que afetou o campo brasileiro possibilitou a massificação dos acampamentos de sem terra (estimulados e organizados num primeiro momento, principalmente, pelas Comunidades Eclesiais de Base - CEB e pela CPT), ao mesmo tempo em que a crise afetava as condições de vida das classes trabalhadoras urbanas, que fizeram lutas intensas. Esta posição similar permitiria a realização de lutas conjuntas dos trabalhadores (as) do campo e da cidade.

Deste modo, foi se desenvolvendo dentro do movimento, como tática, a ocupação da terra e se transformando em uma das principais formas de luta. Com estas ocupações, o movimento atraiu a atenção da sociedade brasileira e o apoio necessário, para além de desenvolver uma profunda crítica ao monopólio oligárquico da terra no Brasil e expor esta deplorável realidade, que é uma das causas da miséria e da concentração do poder político nas mãos de poucos privilegiados.

Como proposta de superação desse estado de coisas, a organização nascente apresentava a realização da Reforma Agrária, que seria a solução para os problemas dos trabalhadores do campo e concomitantemente para os trabalhadores da cidade, com a produção de alimentos saudáveis e mais baratos. Esta proposição abrangente legitimava a constituição e a nacionalização, bem como a práxis do movimento.

Chegamos, pois, ao fato de que a história do MST é uma espécie de continuidade de todas as lutas de classes, em especial das Ligas Camponesas, aniquiladas em 1964 pelos militares, expressando os interesses dos latifundiários. As Ligas se constituíram como um movimento independente, nascido no interior das lutas que se travavam pela terra e pela defesa da Reforma Agrária. Estes elementos, indiscutivelmente, aparecem fortemente na constituição do MST.

No que tange à gênese do MST, esta foi determinada por vários fatores, principalmente o fator socioeconômico, o ideológico e o político. De acordo com Stedile, “o principal deles foi o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970, processo esse de desenvolvimento que José Graziano da Silva³² denominou de ‘modernização dolorosa’” (STEDILE, 1999, p.15).

A expressão “modernização dolorosa” denota os avanços tecnológicos e a recusa às mudanças fundamentais na forma da propriedade e no uso da terra. O objetivo da “modernização” foi permitir que grandes empresas do capital internacional introduzissem insumos químicos e implementos agrícolas no mercado brasileiro, obtendo grandes lucros e nos tornando dependentes de um “pacote” tecnológico – a chamada “*revolução verde*”³³.

A “revolução verde”, em sua base tecnológica, era um conjunto de técnicas que reunidas deviam ser recomendadas aos produtores rurais como mecanismo de aumentar a sua produtividade agrícola. Tratava-se de sementes melhoradas (híbridas, para estabelecer a dependência dos agricultores em comprar sementes em todas as safras), adubos químicos, mecanização e os venenos de maneira geral (herbicidas, fungicidas, inseticidas, vermicidas etc.).

Esse período foi o mais rápido e mais intenso da “modernização” da lavoura brasileira. “A mecanização da lavoura e a introdução de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais” (STEDILE, 1999, p.15).

Grande parte desses trabalhadores, incentivados pelos militares, migraram para as regiões de *fronteira agrícola*³⁴, especialmente Rondônia, Mato Grosso e Pará. Outro contingente dessa população migrou para as cidades, motivados pelo acelerado processo de industrialização. Deste modo,

com a crise da industrialização, por conseguinte do modelo econômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas saídas -, o êxodo para as cidades e a fronteira agrícola. Isso os obrigou a tomar duas

³² Autor do livro “*A modernização dolorosa*”. Rio de Janeiro. Zahar, 1982. O estudo do professor analisa o processo de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira nos anos 1970 que modernizou o campo, mas manteve a concentração da propriedade privada da terra e a exclusão social.

³³ A “Revolução Verde” foi implementada a partir da segunda metade do século XX na agricultura dos ditos países subdesenvolvidos e consistia em combinar variedade de sementes e matrizes de alto rendimento, no uso de adubos e “defensivos agrícola” (agrotóxicos) e na irrigação intensiva nas grandes propriedades.

³⁴ Fronteira Agrícola: entendida como uma relação social de produção para atender a demanda de alimentos e matérias-primas do modelo agrícola, ela também representa uma orientação dos fluxos migratórios das populações rurais, bem como a “válvula de escape” das tensões sociais do campo. (Silva, 1982, p.118).

decisões; tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST (STEDILE, 1999, p.17).

O aspecto ideológico da gênese do MST é “o trabalho pastoral das Igrejas Católica e Luterana, muito importante na formação do movimento” (STEDILE 1999, p.19). A CPT cumpriu um papel fundamental neste aspecto e mais, de acordo com Stedile, “contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional” (idem, 1999, p.21).

Vivíamos sob uma conjuntura de crise econômica, de grandes transformações na sociedade e na agricultura em específico. A crise que afetou o campo brasileiro possibilitou a massificação dos acampamentos de sem terra, ao mesmo tempo afetou as condições dos proletários urbanos que fizeram lutas intensas, permitindo realizar lutas conjuntas no campo e cidade.

A crise e essas transformações socioeconômicas abriram brechas para a luta pela terra e para o crescimento dos movimentos de massas urbanos que lutavam pela democratização do país. Neste contexto se apresenta o terceiro aspecto importante da gênese do MST - a situação política do país. De acordo com Stedile,

não podemos desvincular o surgimento do MST da situação política do país naquela época. Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele somente pode se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias de finais dos anos 1970 e á luta pela democratização da sociedade (1999, p.22).

Desta maneira, entre os anos de 1979 e 1984, período de gestação do MST, a população urbana que se aliou e apoiou as lutas rurais o fez como forma de combater o regime econômico e político. Assim, a mobilização da sociedade brasileira deu aos sem terra força e moral suficiente para transformar as lutas localizadas pela terra nas bases de um movimento social de alcance nacional e internacional.

Num contexto de crise econômica e política do regime e de retomada e ascensão das organizações sociais e das lutas de massas, quem lutava pela distribuição da terra e pela reforma agrária lutava, ao mesmo tempo, contra a ditadura civil-militar e o modelo econômico-social vigente à época.

Nesta fase de gestação do MST, a resistência e o apoio da sociedade possibilitaram ao embrionário movimento a luta contra o modelo econômico e a política do governo civil-militar. Os encontros realizados pelos sem terra com apoio da CPT possibilitaram, igualmente, a compreensão de que o inimigo maior dos trabalhadores e das trabalhadoras era o modelo econômico de desenvolvimento adotado. Noutras palavras: os trabalhadores

desenvolveram a consciência que o modelo atendia apenas aos interesses dos latifundiários, dos grileiros, dos banqueiros e dos grandes empresários rurais e urbanos. Ou seja, o modelo privilegiava os setores que detinham o poder econômico e a hegemonia política na sociedade - as classes dominantes.

Desta maneira, a fundação do MST, em janeiro de 1984, em meio a essa realidade histórica específica - com terras pertencendo por mais de trezentos anos a um país colonizador e onde o Estado e os governos instituíram e legalizaram o latifúndio por meio de leis, negando assim o direito a terra e a participação social a milhares de famílias - não poderia ser surpresa nem desalento para ninguém. Compreendemos que o MST é fruto de uma realidade concreta, de um esforço coletivo, ou seja, é uma organização produzida historicamente pelas classes sociais exploradas e subalternas.

Conseqüentemente, no ano seguinte, em 1985, o MST realizou o seu primeiro congresso nacional, em Curitiba, PR, com a participação de mais de 1600 camponeses e camponesas, representando dezesseis estados da federação. Este congresso ratificou as decisões do primeiro encontro (1984), que definira os objetivos do MST e o seu caráter. Como reitera Stedile, “o MST nasceu como um movimento camponês, que tinha como bandeira três reivindicações prioritárias: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade” (1999, p.31). É importante destacar, mais uma vez, que a luta pela reforma agrária e pelas mudanças sociais correspondiam ao clima das lutas pela redemocratização do país.

Neste mesmo ano (1985), assume a presidência da República José Sarney, que não tinha força política nem real interesse em modificar a estrutura fundiária do país; no entanto, apresentara um Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, para o qual é criado o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD. Contudo, logo em seguida Sarney recua diante das pressões contrárias apresentadas pelos grandes latifundiários, empresários rurais e demais representantes das classes mais abastadas da sociedade.

Abrimos aqui um parêntese importante. O primeiro programa de Reforma Agrária em nosso país apresentado por um presidente foi o de João Goulart (Jango) em 1964, dias antes do golpe civil-militar. Além de almejar um destino social para a terra, este programa visava acabar com o latifúndio, fosse ele produtivo ou improdutivo; visava também desenvolver o país e a democratização do acesso a terra, possibilitando a geração de trabalho imediato e, por fim, tornar eficiente a pequena e média produção agrícola - para isso, a industrialização do interior seria fundamental.

A prerrogativa legal do governo para essa reforma seria através do decreto número 53.700, de 13 de março de 1964, que estabelecia que todas as terras às margens das rodovias federais, num raio de dez quilômetros, fossem desapropriadas para fins de reforma agrária, atendendo assim ao interesse social. O decreto de Jango, basicamente, fornecia o dispositivo de desapropriação por meio de interesse social.

O órgão responsável pela desapropriação seria a Superintendência de Reforma Agrária - SUPRA³⁵, criada em 1962 em resposta as grandes mobilizações das Ligas Camponesas. A SUPRA era vinculada na época ao Ministério de Agricultura, sob o comando do ministro Oswaldo Lima Filho. Desta maneira, algumas fazendas foram desapropriadas com base neste arcabouço institucional legal.

O exemplo mais caro ao governo Jango é a desapropriação em fins de março de 1964, da fazenda do Ministério, situada às margens da rodovia Rio – Bahia, em Governador Valadares, Minas Gerais. Nesta área de mais de 1900 hectares, está hoje o assentamento Oziel Alves Pereira, em que vivem, desde 1996, 48 famílias ligadas ao MST.

Voltando ao governo Sarney, em finais de 1987 o PNRA já havia sido derrotado. Em 1987³⁶ é extinto o INCRA e dois anos depois o MIRAD, com a responsabilidade pela reforma agrária passando a ser novamente do Ministério da Agricultura. A meta irreal de assentar em quatro anos 1,4 milhões de famílias sem terra, como apontava o PNRA, acaba em fracasso total. Na prática, foram assentadas apenas 43.890 famílias (3% da meta), sem as condições dignas de morar e viver nos novos assentamentos criados. Estes assentamentos somente aconteceram porque houve pressão e luta dos trabalhadores - de acordo com os dados da CPT, em 1985, o MST mobilizou 11.665 famílias em 42 acampamentos em 11 estados.

A prova cabal do fracasso do PNRA foi o aumento da violência no campo, através dos despejos e assassinatos de lideranças camponesas – um total de 649 assassinatos nos anos do governo Sarney, como podemos observar no gráfico número 1. Contribuiu para este fracasso a fundação e a atividade da União Democrática Ruralista – UDR, cujos objetivos eram impedir o avanço das ocupações e desmoralizar especialmente a Igreja Católica e as entidades que apoiavam o jovem MST.

³⁵ Hoje a antiga SUPRA é o conhecido e enfraquecido Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que foi fundado em 1970, portanto, em meio ao período mais duro do regime ditatorial.

³⁶ Comandava o MIRAD em 1987, Marcos Freire, na época, um dos principais líderes do PMDB pernambucano, ao lado de Miguel Arraes do PSB, então governador do Estado. Um estranho acidente aéreo em 8 setembro de 1987, matou o ministro e mais oito pessoas que o acompanhavam a serviço, no sul do Pará.

Gráfico 1.



No ano de 1987, o MST e a CUT, com apoio do PT, foram à Brasília entregar ao parlamento constituinte emendas populares visando a um novo projeto de Reforma Agrária para a Constituição Federal - que obviamente, pela composição do parlamento constituinte, não foi levado ao cabo. Desta maneira, colocou-se a necessidade, ao movimento, de vincular as lutas rurais e urbanas, de associar as greves nas cidades às ocupações no campo.

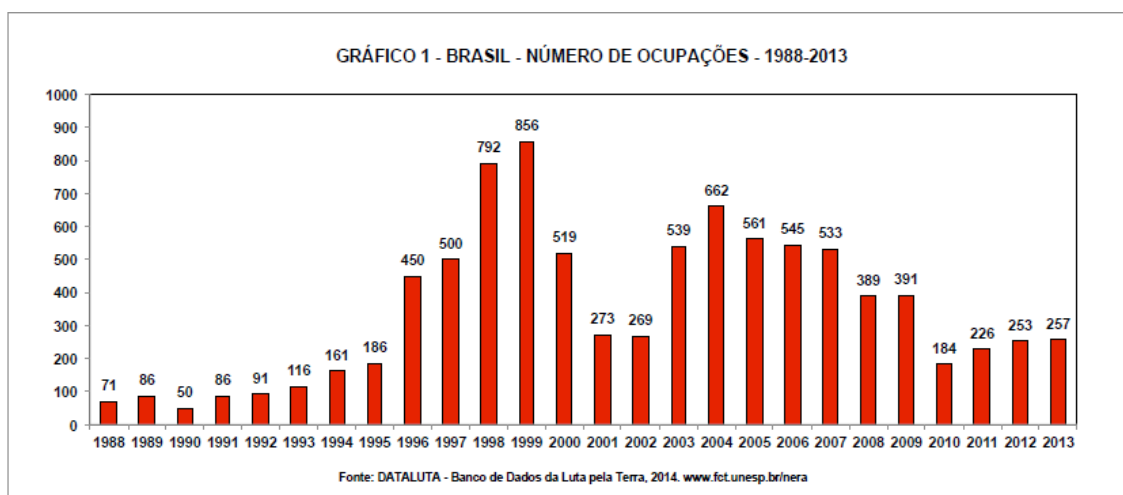
Durante o governo Sarney,

a marca mais forte foi a decisão política de não nos iludirmos com a Nova República. Toda a esquerda burocrática embarcou nessa canoa furada. O PCB apoiou [...] [e] o PC do B. Ambos os partidos deram o seu apoio a Tancredo Neves e se envolveram no seu governo. Já o PT era um partido recém-nascido, mas não apoiou. [...] As massas entenderam que não poderiam ficar esperando o governo e que havia espaço democrático, mas que só ocuparia este espaço quem conseguisse se mobilizar e lutar (STEDILE, 1999, p.51-52).

Como podemos ver abaixo, no gráfico 2, organizado pelo DATALUTA³⁷, entre os anos de 1988 a 1993 praticamente se manteve estável o número de ocupações organizadas pelo movimento, não obstante a forte repressão exercida pelo governo Collor. Isso demonstra que o movimento, de fato, não ficou esperando pelos governos. Observa-se também que, na era neoliberal, início do governo FHC/1995 até 2002, tivemos um pico nas ocupações e no número de famílias organizadas em torno da luta pela terra e do MST, novamente sob a forte repressão do Estado e do governo Fernando Henrique.

³⁷ DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório. Brasil, 2013.

Gráfico 2.



Em 1989, as classes mais abastadas da sociedade estavam divididas. A expressão mais forte dessa divisão talvez seja o número de candidatos que concorreram às eleições, como já mencionamos. Do outro lado, entre as classes sociais menos favorecidas, ocorria o crescimento do movimento de massas em geral, principalmente do movimento sindical liderado pela CUT.

Esta movimentação e organização popular colocaram a perspectiva de eleger o Lula como presidente do Brasil, devido à sua origem e à sua ativa participação no movimento sindical e na fundação do PT. De fato, o ano de 1989, assim como toda a década de 1980, foi de grande efervescência política e havia no seio da classe trabalhadora mais organizada, representada pela CUT, o MST e o PT, uma vontade política muito grande de eleger o Lula presidente e ajudar a mudar o Brasil.

Naquele ano, o MST declarou apoio à campanha presidencial de Lula, por considerá-lo o candidato mais identificado com as posições favoráveis a respeito das questões agrárias. Entretanto, o movimento tinha consciência de que, mesmo com a possível vitória eleitoral, teria de prosseguir a luta, porque o Congresso Nacional continuaria tendo a maioria de conservadores e os meios de comunicação de massa permaneceriam monopolizados pelas forças conservadoras. Com o término das eleições e a vitória de Collor, constatou-se que “a vitória dele não foi só eleitoral, mas sim uma derrota política de toda classe trabalhadora” (STEDILE, 1999, p.55).

Ao final dos anos 1980, o MST consolida-se como um movimento social, de caráter popular, sindical e político - tendo como principais objetivos a luta por melhores condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras que estão ligados diretamente à luta pela terra e para além dela. O MST luta para que sejam garantidos os direitos fundamentais à vida, pautando a

necessidade da realização da reforma agrária. A sua estratégia visa à emancipação humana da sociedade brasileira, compreendendo esta estratégia no âmbito das lutas políticas com os diversos setores da classe trabalhadora.

Como estamos tratando de lutas de classes, no outro lado da moeda, a oligarquia agrária tradicional também havia se organizado em parceria com a moderna oligarquia das grandes empresas transnacionais que atuam no campo, objetivando combater o jovem movimento e impedir a qualquer custo a democratização da terra e a realização da reforma agrária. Assim, tais oligarquias elites criaram UDR. O número de conflitos e de militantes do MST e de lideranças de outras organizações camponesas e indígenas assassinadas pelas forças que compõem o novo *bloco político-social*, a que voltaremos adiante, já ultrapassa dezenas de centenas desde a constituição do MST, como apontamos no gráfico 1. A CPT anualmente publica um relatório dos conflitos no campo, em que podemos perceber uma média anual constante de assassinatos, quase todos impunes.

O MST, desde a sua gênese e nacionalização, juntamente com outros *sujeitos sociais coletivos* soma-se ao *bloco político-social*, composto principalmente pela CUT e pelo PT. Com esta composição e diante da correlação de forças existente, buscou-se estrategicamente consolidar um projeto político da classe trabalhadora. Destarte, o desenvolvimento de lutas conjuntas seria o meio para superar o projeto da classe dominante brasileira. Entretanto, os dias de hoje não são os mesmos de outrora e se a história é capaz de nos explicar muitas coisas, ela não é capaz de determinar nada.

A pauta unitária, ou os objetivos comuns, bem como a retomada das lutas conjuntas destas diferentes organizações, (CUT, PT e MST), constituiu-se mais tarde no processo que ficou conhecido e se caracterizou como sendo a formação deste novo *bloco político-social*. O bloco não era (e não o é) homogêneo entre si e as organizações tinham funções distintas no processo de organização e mobilização da sociedade brasileira; entretanto, exceto entre os anos de 1997-2001, ou seja, após a grande marcha dos 100 mil a Brasília puxada pelo MST e o início das eleições que levariam Lula a presidência, o bloco marchou praticamente seguro desde o princípio da segunda metade dos anos 1980 até a grande conquista em 2002.

2.5. Novos movimentos sociais e movimento sindical clássico

Usamos no decorrer desta pesquisa a expressão “*novos movimentos sociais*” e/ou apenas o adjetivo “*novo*” entre aspas ao nos referirmos aos movimentos sociais ou o

movimento sindical. Fizemos esta observação para demonstrar que de fato, não são tão novos/as assim.

Os movimentos sociais de classes - as organizações sindicais, ou os sindicatos - têm sua gênese em meados do século XIX, durante a primeira Revolução Industrial na Inglaterra. Portanto, desenvolveram-se com o surgimento do capitalismo industrial e, conseqüentemente, partir da constituição do operariado e da generalização do trabalho assalariado.

O desenvolvimento das forças produtivas, como ocorre em geral sob condições capitalistas, trouxe consigo o desemprego. Contudo, os trabalhadores tardaram em se organizar em decorrência da forte repressão exercida pela nascente burguesia industrial e seu Estado coercitivo, mas não se detiveram e buscaram formas de enfrentamento a essa situação. Os operários foram desenvolvendo gradativamente formas de lutas e de organização para reivindicar seus direitos civis, políticos e econômicos. Em um primeiro momento destaca-se a revolta contra as máquinas, movimento que ficou conhecido como *ludista*, passando pelas *trade unions* - já com característica de associação sindical, e finalmente pelo movimento *cartista* - que ficou conhecido como primeiro movimento político dos trabalhadores e embrião do sindicalismo moderno.

Principalmente a partir da conquista do direito de livre associação, as organizações sindicais se multiplicam, mas sempre sob a ameaça de repressão; no entanto, através da organização e das lutas, pautaram-se novas bandeiras, como a dos salários necessários à sobrevivência, do limite da jornada de trabalho, do sufrágio universal, entre outras.

O desenvolvimento do processo de produção capitalista expandiu-se para outros países como França, Estados Unidos e Alemanha. E foi acompanhado pelo acúmulo das experiências organizativas, pela consolidação dos movimentos sociais de classe - as organizações sindicais, tendo, conseqüentemente, importantes vitórias.

No século XX, a partir da II Guerra Mundial, os Estados Unidos assumem o papel de potência mundial imperialista e desencadeiam uma ofensiva política, econômica e militar para conter os avanços das experiências de revoluções socialistas encabeçadas pela União Soviética. Se colocarmos as revoluções do século XX, em uma linha de tempo, é possível verificar que a partir de 1950, elas se tornam rarefeitas e depois da década de 1970, em um aparente paradoxo, dada à crise estrutural do capital, elas praticamente desapareceram.

Porém, mesmo aquela ofensiva deliberada e constante, não será capaz de impedir o surgimento de novas revoluções como a Revolução Cubana em 1959 e a Revolução

Nicaraguense em 1979. Também não fora capaz de impedir as várias guerras de libertação nacional e em decorrência disso a independência do Vietnã, de Moçambique, de Angola etc.

Os chamados “Novos Movimentos Sociais” – NMS surgem nesse contexto da retomada das lutas de massas pelo conjunto dos trabalhadores, na segunda metade do século XX, após a segunda Guerra Mundial ou no período da “guerra fria”.

O Maio Francês de 1968 - a greve geral e paralisação na França de pressão política sob o governo marcam a entrada em cena do movimento estudantil em aliança com os trabalhadores urbanos. Este episódio ganhou visibilidade mundial e desencadeou outras lutas de outros segmentos das classes e abriu o caminho para o surgimento de movimentos de caráter político-culturais progressista, com bandeiras específicas. Entre os movimentos que marcaram a eclosão dos “NMS” destacam-se: o movimento mundial contra a guerra dos EUA no Vietnã, o movimento pelos direitos civis também nos EUA, os movimentos ecológicos, os movimentos anti-nucleares, o movimento feminista com a defesa da legalização do aborto, o movimento das minorias/homossexuais etc.

Os “NMS” desenvolvem-se a partir das décadas de 60 e 70 do século XX, e embora se expressem como lutas setorializadas e específicas, apresentam novas bandeiras, como a dos negros, dos jovens, das mulheres, a questão ambiental, a questão urbana etc., e podem cumprir papel de novas ferramentas adequadas para a realidade da luta de classe sem negar o papel do partido e sindicato. Desta maneira, os “NMS” representam um processo de luta para construir hegemonia ideológica e política na sociedade civil. Estes “NMS” têm por vezes o objetivo ou a função de ser um complemento das lutas de classes dos movimentos clássicos, e outras vezes são vistos como alternativos aos movimentos de classes tradicionais e aos partidos políticos de esquerda. Noutras palavras: esses novos movimentos são caracterizados a partir das lutas imediatas contra a exploração e lutas de libertação nacional, entendidos como complementares aos movimentos clássicos e nalguns momentos vistos como alternativos – pela corrente pós-moderna - aos movimentos tradicionais classistas e partidos de esquerda.

Embora se expressem com lutas setorializadas e específicas, estes novos movimentos podem cumprir o papel de novas ferramentas, mais adequadas para a realidade da luta de classes atual, sem negar com isso o papel dos partidos e dos sindicatos. Portanto, não podemos permitir que sejam usados para descaracterizar as contradições de classes principais, ficando nas tentativas de resolver as questões fragmentadas sem enfrentar a questão central que é a contradição entre capital e trabalho.

Resumidamente, o movimento sindical de classe é o movimento social clássico que se desenvolveu a partir da primeira metade do século XIX. No seu sentido clássico, é ferramenta da classe trabalhadora para avançar em suas lutas econômicas e políticas evidenciando as contradições entre o capital e trabalho, mas também utilizado por empresários para impedir avanços dos trabalhadores e manter a acumulação das classes capitalistas.

Finalmente, a esta altura, poderíamos se perguntar: O MST é um movimento de classe? A interrogativa aqui colocada poderia ser respondida *a priori*, com um “sim” ou com um “não”, mas a questão que aí colocamos tem como mote uma provocação, não para uma resposta imediata, mas para uma reflexão e continuidade de nossas análises históricas.

2.6. Lutas de classes e classes sociais

O caminho não é fácil quando se busca definir ou conceituar o que sejam as classes sociais na obra marxiana;³⁸ contudo, nesta pesquisa este não será o nosso objetivo principal. Pois “uma abordagem especificamente marxista das classes sociais em sociedades complexas é difícil. O conceito de “classe média” é de origem funcionalista. Decerto, uma estratificação por renda é insuficiente” (SECCO, 2015, p.62). As classes sociais, ou melhor, as lutas de classes no Brasil serão o nosso objeto de estudo e de inquietações, pois entendemos que sejam centrais para entendermos o Brasil e qualquer sociedade dividida em classes.

Em seus escritos, Marx não utilizou a expressão *lutas de classes* no singular, sempre a encontramos no plural. Nas pesquisas que realizamos na vasta obra do pensador alemão, extraímos pouca coisa referente à abordagem específica sobre a categoria classe social. Pelo que sabemos, não há indícios em sua obra de um estudo mais sistemático e desenvolvido estritamente em torno desta categoria. Lembremos que o último capítulo de “*O Capital*”³⁹, onde Marx discutiria o tema ficou incompleto; entretanto, há vários apontamentos sobre as classes sociais dispersos em sua obra.

A categoria aparece mais desenvolvida em análises concretas, em obras como “*Manifesto do Partido Comunista*”, “*O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*” e em “*As lutas de classes na França – 1848-1849*”. A partir da leitura destas obras percebemos que, em

³⁸ Quando usamos a expressão marxiana e não a marxista, queremos diferenciar aquilo que é de responsabilidade estritamente de Marx (que foi escrito por Marx), daquilo que é de responsabilidade de seus continuadores e suas diversas matizes e interpretações.

³⁹ O Capital. Livro 3, volume 6, cap. LII (52). O título do capítulo é *As Classes*.

Marx, as classes sociais são abordadas como categoria dialética, que está em movimento e que vai adquirindo novos conteúdos e significados.

A questão que se propõe agora para nós pesquisadores e militantes sociais é: “*o que constitui uma classe*”? Ou melhor, *o que são as classes sociais*? A resposta a esta questão habitualmente utilizada trata das “classes” como qualquer grupo ou divisão social e às vezes na subdivisão de classe rica e pobre; classe alta, média e baixa; classes dominantes e subalternas; ou até mesmo como classe política e classe intelectual etc. é a distinção feita pela lei, pela posição social, pelas pessoas que exercem a mesma profissão, pelo mérito ou pelo grau de hierarquia. Desta maneira, percebe-se que conceito de classes sociais é utilizado para falar de muitas coisas, que muitas vezes não dizem nada. Dito de outra maneira: o uso habitual da categoria classes sociais faz com se perca o seu poder explicativo e de particularidade da sociedade capitalista.

Quando identificamos a palavra “classe” no singular e seguido das letras A, B, C e D, fala-se do poder aquisitivo de classe e a partir daí busca-se caracterizar socialmente e economicamente a sociedade. Trata-se, tirando a parte das “letrinhas”, do conceito weberiano de classes sociais que não contribui para o conhecimento da realidade em sua totalidade ou para a luta política dos trabalhadores e trabalhadoras - não explicita as lutas de classes.

Sedi Hirano observa acertadamente que “classes sociais é um conceito histórico, portanto, determinado por uma dada forma de organização e produção social historicamente determinado, em suas várias determinações e dimensões sociais” (2002, p.121). Deste ponto de vista, o estudo das classes sociais permite o nosso entendimento da desigualdade característica da sociedade capitalista e possibilita a nossa *análise das lutas de classes*, da consciência de classe e suas formas organizativas.

Como grandes teorias, há duas visões clássicas sobre as classes sociais: a weberiana e a marxiana. Na perspectiva weberiana, “as classes têm seu lugar genuíno na ordem econômica (...) os estamentos na ordem social [e] os partidos se movem, primariamente, dentro da esfera do poder” (Weber apud HIRANO, 2002, p.105). Desse modo, Hirano explica que, em Weber, as classes são diferentes dos estamentos - considerados por ele como poder funcional, simbólico - e dos partidos. O conceito de classe remete a uma estratificação econômica e isso é representado pelo poder aquisitivo dos sujeitos. O estudo e a análise das classes sociais no Brasil, adotado por grande parte da intelectualidade das universidades etc. é weberiana. Nas pesquisas de institutos de opinião pública e organismos publicitários, divide-se a sociedade, sem mediações, em classe A, B, C e D ou classe pobre, classe rica e classe média. Não se

esclarece, portanto, em qual sociedade estamos vivendo, ou seja, oculta-se a natureza da sociedade capitalista. Deste modo, transfere-se para o governo toda a responsabilidade relativa aos problemas das lutas de classes, alimentando a ideia de que o aumento das políticas sociais diminuirá o fosso da desigualdade entre uma e outra classe. Com isso busca-se negar, amenizar ou eliminar as lutas de classes.

Na explicação weberiana, o fator que cria classe é um interesse econômico claro, apenas os interesses ligados à existência do mercado e, nesse sentido, situação de classe é, em última análise, situação de mercado. Como indica HIRANO (2002), em Weber, a estrutura de classes determina-se pelo mercado e a situação de classe é a situação do mesmo.

Marx também parte do processo econômico para analisar as classes. Contudo, o *econômico* neste autor traz consigo uma *relação social*. Portanto, para estudar as classes sociais de uma determinada sociedade, no caso a sociedade burguesa, é indispensável estudar o modo de produção dominante. As classes aí inseridas não têm o mesmo significado que em outros modos de produção anteriores, isso porque as classes sociais são históricas, ou seja, são historicamente determinadas.

A diferença principal entre a concepção de classes de Marx e a de Weber, como apontamos em tela, é que, para o primeiro, classe é uma *relação social* de exploração e, para o segundo, é uma *diferença de poder de compra*, ou seja, alguns têm mais rendimentos do que outros. Weber não apresenta as *classes* em relação, se preferirmos, *em lutas*; desta maneira, “o trânsito de uma a outra classe é lábil e mais ou menos fácil, e, portanto, a unidade das classes ‘sociais’ e manifesta de modo diverso” (Weber, apud HIRANO, 2002, p.107). Em suma, para Weber, a situação de cada classe particular é determinada pela posse ou pela distribuição dos bens econômicos no mercado.

Entendemos que o pertencimento ou não a uma classe não é uma escolha, é uma determinação social. O fato de um trabalhador não se ver como explorado, e muitas vezes nem como trabalhador, não significa que ele não seja trabalhador explorado. Pois nesta sociedade há trabalhadores e capitalistas de diversos estratos econômicos. Deste modo, o fator principal que determina ser um capitalista ou um trabalhador é o tipo de propriedade e o lugar em que estes se inserem na relação social de produção e não o seu poder aquisitivo.

Partindo das formulações marxianas, vimos “ser tendência constante e lei do desenvolvimento do modo capitalista de produção separar cada vez mais do trabalho os meios de produção e converter o trabalho em trabalho assalariado e os meios de produção em capital” (Marx, 2008, p.1164). Essa separação dos meios de produção da força de trabalho é

peculiar ao modo de produção capitalista e somente foi possível, primeiramente, devido à divisão social do trabalho, depois à separação da cidade e do campo e daí o desenvolvimento da indústria moderna. Nas palavras do próprio Marx, “*o fundamento de toda divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre cidade e campo*. Pode-se dizer que toda história econômica da sociedade se resume na dinâmica dessa antítese” (Marx, 2006, p.407. Itálicos meus).

No modo de produção capitalista, o lugar que cada um ocupa é determinado a partir do tipo de propriedade que cada um detém. Sinteticamente, há três grandes tipos de propriedade: a propriedade da terra, a propriedade dos meios de produção e a propriedade da força de trabalho. Isto nos leva à seguinte conclusão: os proprietários de terra vivem da renda da terra, os proprietários dos meios de produção vivem dos lucros e os proprietários da força de trabalho do salário que recebem.

Grosso modo, os donos das terras (sobretudo das grandes propriedades) e dos meios de produção constituem as *classes burguesas capitalistas* e os que apenas dispõem de sua força de trabalho e de meios não essenciais de produção, constituem as *classes trabalhadoras*. De acordo com Marx, “os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção” (2008, p.1163).

Um trabalhador precisa vender sua força de trabalho e o capitalista, por sua vez, precisa comprá-la. A classe trabalhadora para se inserir na sociedade capitalista, precisa vender sua força de trabalho, e o capitalista, para manter e reproduzir os seus meios de produção, precisa explorar através da compra a força de trabalho de outrem. Desta contradição surge uma *relação social*: as duas classes precisam se relacionar. Isso vale para as classes fundamentais; contudo, há as classes médias ou intermediárias.

A constituição de uma classe depende do lugar que as pessoas ocupam ou do papel que estas desempenham no processo de produção independentemente de sua vontade. Assim, a composição das classes trabalhadoras não depende do trabalhador estar ou não empregado. Neste caso, o fator determinante é ter como única ou principal fonte de renda a venda da sua força de trabalho.

Destarte, o fato de uma pessoa ser capitalista não nos diz objetivamente qual é o seu real poder aquisitivo, bem como o fato de ser trabalhador não nos remete imediatamente à sua condição de poder aquisitivo inferior.

Esta definição coloca-nos um problema: por exemplo, se compararmos um funcionário da Petrobrás, um funcionário do Estado, um juiz etc. com o dono de um salão de beleza, por exemplo, ou de uma padaria que tem poucos trabalhadores empregados - em qual classe cada um deles se insere? Os critérios de poder aquisitivo - quanto de salários cada um ganha - não servem de parâmetros para avaliar em qual classe pertencem.

Dito isto, podemos elucidar que uma coisa é o sentimento do pertencimento de classe, e outra, bem diferente, é o lugar efetivo que se ocupa na sociedade. A inserção no processo político depende da consciência política; apesar disso, claro que tem o fator econômico que também pesa, e muito. No entanto, não se pode determinar ou exigir a partir da condição econômica um determinado posicionamento político, assim como não se pode negar a forma como cada um se insere no processo produtivo a partir da propriedade dos meios de produção e do lugar que cada um se insere nas relações sociais.

A esta altura, nos perguntamos: *Por que é importante tratar as questões candentes do nosso tempo como questões de lutas de classes?* Quando propomos analisar a sociedade brasileira a partir das classes sociais em relação, não queremos dizer que esta perspectiva seja a única importante - por exemplo, são relevantes as questões da discriminação de gênero, racial e\ou étnica. Compartilhamos da ideia de que todas as lutas são importantes, porém nem todas têm o mesmo alcance social e político.

Desta maneira, uma análise desenvolvida a partir das classes sociais é central na sociedade capitalista porque é própria desta sociedade. Esta forma social tem seu fundamento na propriedade privada dos principais meios de produção, na apropriação privada da riqueza produzida socialmente e na exploração do trabalho assalariado. As lutas de classes expressam as contradições desta sociedade, portanto, são o principal elemento da sua dinâmica burguesa. A sociedade capitalista poderá até existir sem a discriminação de gênero, sem o preconceito em relação ao índio, ao negro, ao sem terra, mas não poderá estruturar-se sem as classes fundamentais - a capitalista e a trabalhadora. De acordo com Hirano,

as classes sociais se definem com o surgimento do modo de produção capitalista moderno, do Estado moderno, da propriedade privada, da divisão social do trabalho racionalmente desenvolvida, do modo de apropriação do trabalho e dos instrumentos de trabalho (ou seja, os meios de produção) e do trabalho assalariado (2002, p.101).

Do mesmo modo, é verdade que se não superarmos o machismo, o patriarcalismo, o preconceito e a discriminação, dificilmente avançaremos para outra forma societária mais humana e igualitária. Destarte, ao longo de todo o século XX, existem muitos exemplos

negativos de experiências de lutas dos trabalhadores que sofreram reveses em consequência da incapacidade de superação destas chagas da sociedade moderna.

Desta maneira, podemos concluir que o preconceito e a discriminação são combustíveis auxiliares para a reprodução da sociedade desigual e desumana em que vivemos. Portanto, acabar com as classes não é o fim, mas um passo fundamental, essencial, pois significa acabar com a ordem capitalista, ou seja, significa acabar com a exploração das classes trabalhadoras.

Do mesmo modo, não superaremos esta forma de produção capitalista de maneira fragmentada, buscando resolver isoladamente o grave problema da discriminação de gênero ou racial, o ecológico, o dos sem terra, o dos índios, o dos quilombolas, entre tantos outros. Estas lutas, como afirmamos, são importantes; no entanto, precisam estar articuladas com a luta pelo fim das classes sociais, da propriedade privada dos meios fundamentais de produção e do Estado burguês. Consequentemente, sob esta perspectiva, nem todas as lutas terão o mesmo peso quando se visa superar esta forma societária.

Logo, é sobre as ruínas desta sociedade que se edificará outra, sem nada preestabelecido e pronto, para não repetirmos os erros do passado.

2.7 Sobre hegemonia

Antes de tratarmos da categoria bloco histórico, ou melhor, do bloco político-social que se constituiu na primeira metade dos anos 1980, faz-se necessário, primeiramente, discorrermos, ainda que sumariamente, sobre o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci.

O conceito de hegemonia⁴⁰, de acordo com Gruppi (1998), é o que mais aproxima o dirigente do Partido Comunista Italiano ao dirigente da revolução russa. Para Gramsci, o grande mérito de Lenin é precisamente o de ter compreendido, contra as degenerescências e simplificações economicistas e deterministas da II Internacional, o extraordinário e decisivo valor da luta cultural e ideológica para a afirmação das classes subalternas e de um novo sistema econômico-social. Por conseguinte, a ideia da hegemonia em Lenin não deve ser entendida como afirmação de uma dominação ou ditadura de um partido, mas como

⁴⁰ O termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa ‘conduzir’, ‘ser guia’, ‘ser líder’, ‘estar a frente’, ‘comandar’...

afirmação de uma capacidade superior de interpretação da história e de solução dos problemas que ela coloca. Como observa Gruppi,

para Lenin a hegemonia pertence aqueles que sabem bater com maior energia [...] cujas palavras correspondem aos fatos [...] sem essa unidade da teoria e a ação a hegemonia é impossível, porque ela só se dá com a plena consciência teórica e cultural da própria ação, assim, a hegemonia é entendida não apenas como direção política, mas também como direção moral, cultural e ideológica (1980, p.11).

Desse modo, hegemonia do proletariado seria a capacidade de direção rumo à transformação da nova sociedade, a construção de uma nova sociabilidade, nova cultura, nova organização política e orientação ideológica. Na trilha de Gruppi,

a hegemonia é a capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao estado do proletariado. Nesse sentido, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia (GRUPPI, 1980, p.5).

Nesta perspectiva, corroborando com a ideia de conquistar direção e alianças, “para Gramsci existe hegemonia quando um grupo social obtém o consenso de outros grupos para suas propostas e, portanto, quando a ação teleológica do primeiro grupo incide com êxito naquela do segundo” (GRAMSCI apud COUTINHO, 2011, p.162).

As formulações de Gramsci interpretadas por Coutinho, sobre a ampliação do Estado visto como ditadura mais hegemonia, dominação mais direção, *coerção* mais *consenso*, indicam um novo conceito de revolução, “baseado não mais apenas na “guerra de movimento” (como foi o caso da revolução bolchevique), mas também e sobretudo na “guerra de posição”, na qual a luta pela hegemonia – “por uma reforma intelectual e moral” - ocupa um papel decisivo” (COUTINHO, 2011, p.143). Desta maneira, é precisamente a noção de hegemonia que permite ao revolucionário sardo articular e desenvolver o conceito marxista de revolução para sua realidade social.

Identificamos em Coutinho (2011), que as formas históricas de hegemonia não são sempre as mesmas e variam de acordo com a natureza das forças sociais que exercem a hegemonia. Hegemonia do proletariado e hegemonia burguesa não podem ter as mesmas formas e utilizar os mesmo instrumentos. Pois a hegemonia (direção e consenso) do proletariado implica o consenso ativo, a da burguesia é passiva, pode ser manipulada. No entanto, a hegemonia de uma classe ou bloco de classes nem sempre se traduz em sua conversão em classe ou bloco dominante, isso depende da correlação de forças e do estágio das lutas de classes; desse modo, conclui Coutinho, “partido é o instituto-chave, *embora não o único*, da nova forma de hegemonia” (2011, p.146. Itálico original).

Do mesmo modo, no nosso entender, a contemporânea disputa de hegemonia é sinônimo das lutas de classes, ou seja, é uma forma de luta que visa à destruição do Estado burguês e a construção de um novo Estado. Logo, não se trata “apenas” de disputar o Estado burguês, mas de substituí-lo por outro -, um Estado dos trabalhadores.

Apesar disso, como adverte Edmundo Dias, “é impossível pensar, pelo menos gramscianamente, a hegemonia como domínio ideológico ou como maioria eventual” (DIAS, et al, 2006, p.33) e, ao admitirmos o partido da classe como o porta voz e o organizador da desta, “essa formulação (o partido) não esta colocando a hipótese dos regimes de partido único” (idem, 1996, p.10). Portanto, quando Gramsci e Lenin escrevem sobre hegemonia estão se referindo à ditadura do proletariado e não do partido.

Na trilha de Umberto Cerroni (1978), frequentemente ocorrem leituras distorcidas do conceito de hegemonia, com finalidades de polêmica política e pequenas disputas no interior da classe trabalhadora. O conceito de hegemonia foi frequentemente combatido como se pretendesse expressar a ideia de uma ditadura de partido. Mas essa visão não corresponde de nenhum modo à tese gramsciana: ao contrário, nega e contradiz esta tese.

Do mesmo modo, seguindo a acepção gramsciana de hegemonia, se as classes dirigentes perdem a hegemonia cultural, ideológica ou moral, deixam de ser dirigentes e passam a exercer uma dominação destinada à decadência e ao colapso.

2.7.1 Bloco histórico ou bloco político-social

O conteúdo que trazemos nesta pesquisa como embasamento da análise sobre *bloco político-social* será o desenvolvido pelo pensador comunista Antonio Gramsci, segundo a interpretação de Luciano Gruppi (1978).

É imprescindível, desde já, apontar que o conceito de *bloco histórico* em Gramsci não é sinônimo de *bloco político-social* ou de *alianças sociais*. Igualmente, é importante frisar que frequentemente ocorre uma confusão entre estas categorias históricas e analíticas gramscianas de *bloco histórico* com os conceitos de *alianças sociais*, ou de *bloco político-social*. Com o objetivo de evitar a queda na mesma armadilha conceitual e trabalharmos com os termos mais precisos, fez-se oportuno delimitarmos conceitualmente as categorias que estamos trabalhando.

O conceito de bloco histórico compõe-se de *estrutura* (conjunto das relações materiais) e *superestrutura* (conjunto das relações ideológico-culturais) da sociedade. Ou seja,

bloco histórico é o conjunto das relações entre estrutura e superestrutura, entre teoria e prática, entre forças materiais e ideologia, em suma, é a articulação interna de uma situação histórica precisa. Por conseguinte, o conceito gramsciano de bloco histórico é dialético na medida em que a interação de seus elementos cria uma unidade maior, ou seja, de acordo com o próprio Gramsci, bloco histórico é “[...] a unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (Gramsci, 2002, p.26). Do mesmo modo, continua Gramsci, “a sociedade se apresenta como uma totalidade e como uma totalidade deve ser abordada em todos os seus níveis” (idem, p.27). Consequentemente, compreendemos que o autor rejeita toda visão determinista e mecanicista desta relação.

Nesta perspectiva, observa acertadamente Gruppi que “o conceito de bloco histórico é mais amplo que o conceito de bloco político. O bloco histórico, de fato, pode compreender vários e diferentes blocos políticos” (GRUPPI, 1980, p.80). Por esta distinção, atribui-se aos intelectuais um papel de cimento de um *bloco político-social*.

Desse modo, ao analisarmos os últimos anos da ditadura civil-militar (1979-1984), entendemos que o fortalecimento da sociedade civil em relação ao Estado expressava uma tendência à *ocidentalização*⁴¹ da sociedade, através do surgimento de uma vasta pluralidade de organizações, urbanas e rurais, em destaque especial o PT, a CUT e o MST. Esta pluralidade de organizações, embora expressasse num primeiro momento perspectivas concretas de mudanças substanciais em relação às estruturas de poder da sociedade brasileira, ainda que por meio do voto, todavia, num segundo momento, ao longo dos anos 1990, não logrou êxitos fundamentais diante da ofensiva neoliberal.

Neste contexto, afirma Stedile, “nunca esteve no horizonte do MST se transformar em um partido político [...] não somos uma organização partidária, nem queremos ser, nem devemos ser [...] mas também nunca abrimos mão de participar da vida política do país” (STEDILE, 1999, p.36).

⁴¹ Gramsci esboça grande distinção entre ocidente (países capitalistas desenvolvidos) e oriente (Rússia). Neste caso, *ocidentalização* significa busca de equilíbrio entre Estado e Sociedade civil. “No oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa. No ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma justa relação [um equilíbrio...] por isso, nestas sociedades não basta conquistar o Estado, é preciso conquistar as trincheiras e as casamatas da sociedade civil” (Gramsci, apud Gruppi, 1978, p.141).

2.8. O novo bloco político-social

Apontamos a pouco que a categoria *bloco histórico* não é sinônimo do conceito de *alianças sociais* ou de *bloco político-social*. Assinalamos também, que o movimento sindical de classe é o movimento social clássico que se desenvolve a partir do século XIX, como ferramenta da classe trabalhadora para avançar em suas lutas econômicas e políticas, evidenciando as contradições entre o capital e o trabalho e que, entretanto, é também utilizado por empresários para impedir avanços dos trabalhadores e para manter a acumulação da classe proprietária. No livro *Para entender os sindicatos*, Rossi e Gerab nos chamam a atenção para o fato de que

o sindicalismo classista luta para manter a independência de classe dos trabalhadores, opondo-se as propostas de conciliação de classes [...] combina as lutas por interesses imediatos (melhores salários, etc.) com a luta pela realização do projeto de sociedade dos trabalhadores ou o socialismo (ROSSI, GERAB, 2009, p.81)

A emergência de movimentos sociais e populares de finais dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980, em especial o surgimento do MST e do campo que este veio a compor (o bloco político-social juntamente com PT e CUT) está diretamente relacionada, como já afirmamos, com as mudanças sociais e políticas que ocorriam na sociedade brasileira e com a dinâmica das lutas de classes - conflito entre o capital e trabalho, também no plano internacional.

Por conseguinte, o Partido dos Trabalhadores - PT, a Central Única dos Trabalhadores - CUT e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST fincam suas origens na efervescência social dos férteis anos de 1980 num contexto de redemocratização do país de crise e de ocaso do regime instalado em 1964. E cada um destes *sujeitos sociais coletivos*, embora tenha suas especificidades de lutas e objetivos, de natureza, de metodologia e de constituição diferenciada, todos convergiam nas lutas pelo fim do regime civil-militar e por melhores condições de vida e mais democracia para o conjunto da classe trabalhadora no país.

Portanto, o PT, a CUT e o MST foram e são indiscutivelmente três poderosas organizações sociais e populares, de dimensões sem precedentes na história do Brasil, ligadas originalmente entre si por um mesmo imaginário de transformação social. Foram quadros do PT que criaram em 1983 a CUT com o objetivo de hegemonizar o movimento sindical, e foi no âmbito da Secretaria Agrária do PT que se manteve aceso o debate da Reforma Agrária, sob a liderança de José Gomes da Silva, um de seus principais teóricos. A partir desse

movimento das classes trabalhadoras e suas organizações, a Reforma Agrária tornou-se uma das propostas prioritárias do partido até a eleição de 2002.

O PT nos anos 1980 era, indiscutivelmente, o principal representante e o instrumento político de maior expressão dos interesses da classe trabalhadora, tendo os interesses desta classe como referência central para um projeto de transformação da sociedade, por isso foi o centro aglutinador do *bloco político-social* durante o processo de reconstrução do sistema político de representação (1985-1989), ou seja, a partir do pluripartidarismo. Contudo, é neste lustro histórico que os “novos” movimentos sociais e sindicais redefiniram seu eixo de atuação autonomamente em relação ao Estado, constituindo de fato, sob a hegemonia do PT, o novo *bloco político-social*. Muitos dirigentes fundadores do MST são também filiados do PT, ou seja, a grande força que aglutina a CUT e MST em suas origens é o PT e talvez desempenhe este papel até hoje.

Contudo, o problema que se apresenta a todos nós, é que, na medida em que os partidos que representam a classe trabalhadora, ao se tornarem governos e recuarem diante das reformas políticas e econômicas necessária para a classe trabalhadora, isso acarreta uma perda política para o conjunto da classe como um todo. Como bem adverte Tumolo,

a margem de manobra para a realização de reformas que interessam aos trabalhadores, no interior do sistema capitalista, é cada vez menor, o que coloca na ordem do dia a necessidade de se voltar a discutir a revolução social e, por conseguinte a relação desta com a luta pelas reformas (TUMOLO, 2002, p.20).

Assim sendo, chegamos ao momento onde podemos apontar que no Brasil, no final dos anos 1970 e na primeira metade dos anos 1980, colocaram-se entre os “NMS”, formas de organização e lutas de caráter autônomo e de resistência ao modelo político vigente à época. Talvez o exemplo mais clássico seja o da CUT, que nasce inspirada num sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado. Como observam acertadamente Rossi e Gerab, “a CUT em 1983, ano da sua fundação fez uma opção claramente classista e socialista. Os seus primeiros dez anos foram de intensas mobilizações de suas bases sociais, nos quais contribuiu para a politização das relações entre os mais diversos setores sociais” [...] (2009, p.94).

A CUT se constituiu como referência para a organização e as lutas da classe trabalhadora, fomentou mobilizações nacionais e greves massivas ao longo da década de 1980 e inúmeros sindicalistas que a fundaram participaram antes da criação do PT e, juntamente com a CPT, da fundação do MST em 1984.

Desta maneira, a década de 1980 foi marcada por uma expressiva vitalidade do movimento sindical urbano e rural. A *greve nacional* de inúmeras categorias em março de 1989 contou com a participação de aproximadamente 20 milhões de trabalhadores mobilizados por dois dias consecutivos, foi a maior greve da história brasileira e a última grande demonstração de forças do novo sindicalismo que surgiu vinculado a CUT, após o regime civil-militar.

Deste ponto de vista, ou seja, do ponto de vista dos movimentos sociais urbanos e rurais que se colocaram à frente das lutas democráticas do país, contra o modelo econômico vigente a época e por melhor distribuição da renda e mais direitos civis, políticos e sociais, as lutas de classes nos fins daqueles anos expressaram um tempo de disputa de projetos societários. A expressão máxima dessa disputa de projetos deu-se no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, como vimos, entre Collor e Lula. De acordo com Rodrigues,

“em dezembro em 1989 a vitória de Fernando Collor para presidência da República funcionou como uma ducha de água fria para amplos setores do PT, da esquerda e, principalmente, do movimento sindical. A eleição de Collor representou a vitória de um projeto neoliberal, claramente delineado, colocando o sindicalismo numa posição ainda mais defensiva. Este fato, aliado as transformações propiciadas pela reestruturação produtiva e a crise dos sindicatos no âmbito internacional, e o desmoronamento do chamado socialismo real criaram um estado de perplexidade e paralisia no interior do sindicalismo da CUT, situação, que já vinha desde o III CONCUT realizado 1988” (RODRIGUES, apud TUMOLO, 2002, p.122).

CAPITULO III

O NEOLIBERALISMO E AS LUTAS DE CLASSES NO BRASIL

3.1 O modelo neoliberal

O neoliberalismo como “modelo de desenvolvimento” nos marcos do capitalismo monopolista (imperialista) supõe o regime de *acumulação flexível* adotado pelo capital durante sua crise na década de 70, que se expandiu e consolidou na década de 80 e 90. Perry Anderson, buscando caracterizar o neoliberalismo, aponta que,

(...) este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional (ANDERSON, *In* SADER e GENTILI (Org.) 1995, p.22).

Este regime sustenta-se em três pilares fundamentais: primeiro, a *ofensiva contra o mundo do trabalho e suas formas organizativas e de luta*, que se expressa no combate às organizações dos trabalhadores, ou seja, através da repressão e do judiciário ou da criminalização e da precarização do emprego e desregulamentação do mundo do trabalho; segundo, a *reestruturação produtiva* expressa na flexibilização da produção adequada ao consumo e a redução do trabalho com garantias sociais, ou seja, a redução da proteção estatal aos trabalhadores e a terceirização etc.; e terceiro, a *contrarreforma no Estado*, por determinação do Consenso de Washington (1989), adequadas às prescrições das agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

Estas instituições colocaram como condições, para “ajudarem” os países “subdesenvolvidos” em crise, que os Estados nacionais fizessem “ajustes”, o que, como se sabe, na verdade era para garantir melhores condições para os capitais estrangeiros dos países centrais continuarem explorando a periferia.

As propostas econômicas do modelo neoliberal são expressas com clareza no chamado consenso de Washington e são “medidas conhecidas” como as privatizações (das estradas, dos serviços de comunicação, da educação, da saúde etc.), a redução de direitos sociais, superávit primário, dependência de saldo positivo na balança comercial, altas taxas de juros etc. Desta forma, o Estado, em seu novo papel, tem a função de privatizar os setores rentáveis, salvar os

monopólios falidos, pagar altos juros para os rentistas, levar a cabo a abertura comercial, buscar o consenso entre as classes sociais - mas sem abrir mão de sua função coercitiva.

No plano organizativo, a condição de êxito deste projeto é que, por um lado, sejam preponderantes os partidos aparentemente não ideológicos, de base social heterogênea, constituídos como cartéis de diferentes *lobbies*; e que, por outro, seja implementado e se torne dominante um sindicalismo pretensamente apolítico, voltado apenas para obtenção de resultados imediatos para as corporações que os representam.

Nesta perspectiva, de acordo com Fontes, “a criação da Força Sindical (FS) em 1991, demonstrava a nova tática patronal, voltada para desmontar por dentro a organização dos trabalhadores [...] tendo como alvo fundamental em seus primórdios o combate à Central Única dos Trabalhadores” (FONTES, 2010, p.259).

A estratégia, segundo a autora, foi vitoriosa, pois “ao longo da década de 1990, o setor dominante da central aderiria crescentemente às práticas induzidas e/ou impostas pelo capital...” (idem, p.261). Do ponto de vista político, o projeto neoliberal visava acabar com as conquistas das classes trabalhadoras, ou seja, visava ampliar o Estado máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores.

Além de garantir as condições de hegemonia política da oligarquia financeira internacional, o neoliberalismo visava, e ainda mantém este objetivo, garantir e ampliar os fundamentos da acumulação capitalista. Com efeito, aponta Netto,

se o alvo derradeiro da ofensiva neoliberal é qualquer proposta de superação socialista da ordem do capital, o centro de seu ataque consistiu no Estado de bem-estar. No plano teórico o keynesianismo é a besta fera, no plano social e político institucional, o que coloca-se em questão são os direitos sociais e as funções reguladoras macroscópicas do Estado, e, no plano ídeo-cultural, a ofensiva neoliberal contrapõe-se abertamente “a cultura democrática e igualitária da época contemporânea (2007, p.78).

No período neoliberal, os seus ideólogos recolocaram a falsa necessidade de um Estado mínimo, relegando a teoria keynesiana de um Estado intervencionista que deveria agir sempre que necessário tomando medidas como o aumento dos gastos públicos estatais, da tributação e a redução da taxa de juros, entre outros, para salvar o capitalismo. Segundo Netto,

é especialmente no arco ídeo-teórico polarizado por Hayek e Friedman que a ofensiva neoliberal se apoia. Eles expressam a essência do neoliberalismo através de uma argumentação teórica que restaura o mercado como instancia mediadora societal elementar e insuperável de uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia (2007, p.76).

O neoliberalismo foi e é uma estratégia, uma ideologia frente à crise estrutural do capital; ele é o processo de reestruturação do capital, sob o comando do capital financeiro internacional.

A partir da crise de 1973, o regime fordista/keynesiano já não respondia às demandas do capitalismo. A crise clássica de super-produção se expressou através da crise do petróleo -, o petróleo triplicou de preço, devido ao grau elevado concentração do capital. Foi a primeira manifestação da crise capitalista após a *longa onda de expansiva* (1945-1973); desde então, vivemos sob uma *onda longa recessiva*.

O neoliberalismo é resultado da crise sistêmica do capital, ou seja, é produto dela e do seu modo capitalista de produção, além de ser uma resposta à própria crise devastadora do sistema - que é essencialmente a queda da taxa de lucro e de superprodução ou subconsumo.

Assim, após esta grande crise de 1973, o capitalismo vive uma crise estrutural, com alguns momentos de retomada tímida do crescimento; entretanto, o que predomina é a *longa onda recessiva* do capital. De acordo com Perry Anderson,

a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno (ANDERSON, *In* SADER e GENTILI, (Org.)1995, p.10).

As políticas neoliberais foram testadas primeiramente no Chile, após a derrubada do governo eleito democraticamente de Salvador Allende pelo golpe de Estado de Pinochet, em 11 setembro de 1973. Em seguida se expande para praticamente toda a Europa. Em 1979 inicia-se na Inglaterra de Margareth Thatcher e chega aos Estados Unidos de Ronald Reagan em 1980; no Brasil, o modelo neoliberal tem início com a eleição de Fernando Collor (1990 a 1992) passando pelo governo de Itamar Franco (1993 e 1994) e se consolida plenamente nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002).

Destarte, o modelo neoliberal, a partir dos anos 1990, em nosso país também constituiu a estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital em face da sua crise estrutural, do avanço tecnocientífico e das lutas de classes que se desenvolviam na época. Perry Anderson (1995) aponta que o neoliberalismo visava, por um lado combater o *welfare state* e por outro o comunismo, tendo como medidas: 1) contrair a emissão monetária, 2) elevar as taxas de juros, 3) reduzir impostos sobre o capital, 4) dar fim ao controle sobre o fluxo de capitais, 5) elevar os níveis de desempenho, 6) combater as greves, 7) ampliar as privatização, 8) estimular a competição militar e 9) atacar os direitos sociais.

No balanço final sobre o novo modelo, Anderson conclui que

economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muito dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam [...] este fenômeno chama-se hegemonia (ANDERSON, In. SADER e GENTILI, 1995, p.23).

Como observamos anteriormente, o neoliberalismo teve inicialmente sua mais intensiva e cabal realização na América Latina, no Chile, para posteriormente se expandir para a maioria dos países do continente com estratégias políticas, econômica, ideológica e social muito bem definidas e exitosas. Na Inglaterra, o modelo foi um pacote de medidas mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado. Portanto, trata-se mesmo de uma estratégia global do capital em face de sua crise estrutural.

3.2 O neoliberalismo e o novo bloco político-social no Brasil

Se durante os anos 1980 vivíamos um período de ascenso político-social das classes trabalhadoras, em tempos de neoliberalismo o quadro muda radicalmente. Desta maneira,

o ano de 1989 é uma espécie de “divisor de águas” na atividade grevista atingindo seu pico com a cifra astronômica de quase 108 milhões de trabalhadores/hora parados. Até 1989 havia uma linha ascendente; a partir daí nota-se um acentuado movimento descendente de tal maneira que em 1994, apenas cinco anos depois somente 10,5 milhões de trabalhadores/hora cruzaram os braços, ou seja, cerca de 10% em relação a 1989 (TUMOLO, 2002, p.129)

Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso promoveu-se a contrarreforma do Estado e em decorrência dela a redução dos direitos sociais. Tudo o que tínhamos conquistado até 1988 sofreu ataques nesta gestão. O governo de Fernando Collor preparou o terreno para o neoliberalismo e ao seu sucessor Fernando Henrique Cardoso coube a implementação.

Do ponto de vista político, após o *impeachment* de Collor em setembro de 1992, as classes dominantes brasileira precisavam de um partido que as unificasse e fosse convincente com o seu projeto. Nesse sentido, observa Fontes acertadamente, o “Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, criado em 1989, aportaria elementos de credibilidade eleitoral para a consolidação da estratégia patronal, ao tempo em que confundia seus adversários” (FONTES, 2010, p.262).

Neste sentido, tornam-se emblemáticas as similitudes do PSDB e PT, da CUT e da FS, além do PMDB, para citarmos apenas duas centrais e alguns dos grandes partidos atuais, que na trilha deixada pelo MDB desde os tempos da ditadura, pela sua heterogeneidade, são caracterizados como “partido ônibus”, o que é sinônimo de agregado de interesses personalistas e corporativos. Paralelamente a essa estratégia das classes dominantes, ou em função dela, a principal força na época, o *bloco político-social* inicia um processo de abandono de uma perspectiva de enfrentamento a forma social estabelecida.

Desta maneira, o 7º Encontro Nacional do PT, realizado em 1990, marca, de acordo com Iasi, “o início da *inflexão moderada do partido*, com três fatores principais incidindo fortemente nos rumos do Partido: a derrota eleitoral para Collor, o fim da URSS e o recuo do movimento popular sindical e de base” (IASI, 2006, p.453). Este recuo do movimento de classe foi oriundo do desgaste nas formas de luta, do envelhecimento das lideranças agora absorvidas pelo partido para os cargos de vereador, de prefeitos e de deputados etc. Ou seja, não formou novas lideranças, bem como não construiu uma nova tática de enfrentamento ao novo modelo ideológico que surgia.

Além destes fatores que influenciaram na inflexão do PT, da “*negação ao consentimento*”, acrescente-se, como observa Iasi (2006), a ofensiva e a reestruturação do capital em nível internacional, a burocratização e as derrotas das experiências do leste europeu, a falta de quadros e de criatividade nas formas de luta, os dirigentes que perderam as mudanças como horizonte, muitas lideranças e dirigentes do partido que mudaram de classe - eram trabalhadores nos anos de 1980, nos anos 1990 já não o eram mais. O novo convívio social, ou seja, as lideranças que não mudaram a realidade, mas foram mudadas por ela - o PT não mudou o Brasil, então as condições históricas e sociais mudaram o PT; a disputa eleitoral como única alternativa de se chegar ao socialismo, ao ponto da luta eleitoral deixar de ser um meio e passar a ser um fim; a burocratização interna, com os novos eleitos dirigindo o partido e não os coletivos de direção; abandonou-se o princípio da crítica e autocrítica como instrumento que permite resolver as contradições internas etc.

A ofensiva neoliberal, portanto do capital e as estratégias de repressão formuladas pelas elites brasileiras e levadas a termo pelo governo FHC sobre o *bloco político-social*, ou se preferirmos bloco de oposição ao seu governo, iriam muito além do combate ao PT. De acordo com Fontes, “toda e qualquer formulação antissistêmica ou tentativa de organização dos trabalhadores enquanto classe social deveria ser desmembrada e abordada de maneira segmentada” (2010, p.263).

Por isso após reprimir duramente os petroleiros e o MST (principalmente entre os anos 1995-1997), o governo FHC passou a atuar na perspectiva de gerenciar os conflitos sociais, ou seja, operar o desmonte dos movimentos sociais por dentro – como, por exemplo, a situação emblemática da Central Única dos Trabalhadores, que se igualou sob muitos aspectos à Força Sindical, criada em 1991.

Como observam acertadamente Rossi e Gerab, a Força Sindical tem como ideologia o chamado “sindicalismo de resultados”, cujo conteúdo pode ser sintetizado numa frase muito usada por seus dirigentes: “o que interessa é dinheiro no bolso dos trabalhadores”. Portanto, “trata-se de uma atualização do peleguismo aos tempos do neoliberalismo” (2009, p.102). Na assertiva de Fontes, ao longo dos anos 1990,

a CUT permaneceu capitaneada pelo mesmo grupo que hegemonizava o PT [“Articulação”], e, o PT transitou de um formato no qual a organização da base popular, era seu fulcro primordial, o que o diferenciava dos demais, para um partido similar a todos os outros [...] ao longo dos anos 1990 deslocava-se de uma atuação contra-hegemônica [...] para ocupar espaço de polo moralizante do pendulo político (o fiel da balança) aderindo integralmente a espiral rebaixadora. *A desqualificação da política não é, pois, um resultado acidental ou uma ausência de cultura política, mas uma cultura política efetiva posta em prática* (FONTES, 2020, p.256. Itálicos no original).

Ainda em relação à CUT, há, de acordo com Tumolo, três fases na trajetória do sindicalismo cutista, analisada do período de fundação da central, em 1983, até 1998. Observa o autor que,

primeiramente, aquela que vai de 1978/83, até aproximadamente 1988, que se caracteriza por uma ação sindical combativa e de confronto. A segunda, cujo período aproximado é de 1988 a 1991, pode ser classificada como a fase de transição; e por último a terceira fase 1991 a 1998, pode ser caracterizada por um sindicalismo propositivo [dentro da ordem] e negociador. Trata-se, portanto, de uma *mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da cidadania* (TUMOLO, 2002, p.129. Itálicos no original).

Neste processo, verifica-se que, no interior da CUT, a postura democrática foi sendo substituída pela postura autoritária e sectária do grupo dirigente vinculado à mesma tendência hegemônica do PT, a “Articulação”. Daí em diante, o que se viu por parte da CUT foi uma postura de conciliação de classes e submissão à ordem vigente. Entretanto, esta não foi uma situação tranquila, como adverte Tumolo, pois “a luta interna entre as diversas correntes foi produzindo uma determinada estratégia de ação política que foi se construindo como majoritária e, posteriormente, como hegemônica” (2002, p.23).

Para não cairmos na armadilha de fazer uma análise moralista dos motivos que levaram a CUT a perder sua capacidade de combate e de crítica às estruturas de poder da sociedade brasileira, é necessário apontarmos os elementos socioeconômicos que possibilitaram esta mudança na maior central sindical brasileira.

Para entender a mudança na trajetória política da CUT, além das profundas transformações econômicas que ocorreram no final do século XX, expressas principalmente a partir da subordinação da economia brasileira ao modelo neoliberal, outros elementos devem ser agregados, particularmente os de ordem política, que entre os quais pode-se mencionar, além de outros, de acordo com Tumolo,

a derrota dos países socialistas liderados pela ex-URSS, tendo como símbolo a queda do muro de Berlim, o fracasso da experiência revolucionária sandinista que serviu, durante algum tempo, como modelo ou referência para diversos movimentos sociais do “campo da esquerda”, inclusive no Brasil e principalmente as duas derrotas eleitorais de Luis Inácio Lula da Silva, notadamente aquela de 1989 [...] para além deste “pano de fundo”, é preciso acrescentar um conjunto de elementos internos que dizem respeito à própria trajetória da CUT, dentre os quais se destacam: o processo de burocratização, que resultou num sacrifício da democracia interna etc. (2002, p.131).

Sabe-se que a esquerda europeia nos anos 1990 foi sistematicamente derrotada; quando obteve vitórias em sua versão moderada (social-democrata), fez governos praticamente iguais aos da direita. Marca forte deste período também é a crise internacional da esquerda que, ao sofrer a derrota do pós-guerra fria, ocasionou retrocesso nas principais experiências socialistas com respaldo negativo sobre os socialistas e comunistas do mundo inteiro.

Consequentemente, esta saga afetou diretamente a esquerda brasileira do ponto de vista ideológico, levando-a à desorganização e deixando o enfrentamento com o capital como estratégia apenas dos trabalhadores e seus movimentos sociais. Por exemplo, o principal partido da esquerda, o PT, apostara na luta institucional como estratégia de transformação da sociedade. Desta maneira, para nosso infortúnio, a queda do muro que dividia as duas Alemanhas e o fim do bloco soviético em 1989 trouxe-nos várias consequências, principalmente a crise política e ideológica.

A crise mundial das sociedades e dos projetos socialistas criou entre nós um ambiente ideológico favorável ao avanço do projeto neoliberal. E os impactos do neoliberalismo no partido e no movimento sindical combativo foi devastador. A mudança de concepção e de estratégia sindical da CUT, mudança que se consumou na mesma época em que foi criada a

Força Sindical, provam que sob este aspecto a ofensiva neoliberal logrou imensurável êxito. Entretanto, como observa acertadamente Boito Jr.,

é preciso frisar, desde já, que a CUT não se converteu em uma central sindical neoliberal. Pelo contrário, a ação sindical de resistência ao neoliberalismo só tem sido [foi] implementada pelos sindicatos cutistas. Contudo, essa resistência tem sido [foi] ineficaz. Isto porque a concepção e a estratégia da corrente dirigente da CUT, a Articulação Sindical, faz concessões à ideologia e à política neoliberal, facilitando a implementação e o avanço desta política e contribuindo para difusão daquela ideologia junto aos trabalhadores brasileiros (Boito Jr. *apud* Tumolo, 2002, p.124).

Desta maneira, a ofensiva neoliberal, ao longo dos anos 1990, como apontamos, consolidou entre nós a *hegemonia da pequena política*⁴² e o “*americanalhamento*” da política (falsa oposição entre republicanos e democratas nos EUA), o que envolve a redução da política à “pequena política” praticada indiscriminadamente por todos os partidos e num ambiente generalizado de corrupção. Em termos brasileiros, o “*americanalhamento*” da política se expressa nas diferenças insignificantes entre PT e PSDB e no nível de corrupção impregnado historicamente no Estado brasileiro.

Contudo, de acordo com Coutinho (2011), Gramsci não trata os conceitos de “grande” e “pequena política” como meros conceitos, mas como instrumento essencial à análise das situações, das *relações de força*. E mais, Coutinho chama nossa atenção para o fato de que

é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política. Para as classes subalternas, o predomínio da pequena política é sempre sinal de derrota, esse predomínio pode ser - e quase sempre o é efetivamente - a condição da supremacia das classes dominantes (COUTINHO, 2011, p.125. Itálicos meus).

Noutras palavras, o que a classe dominante quer, além de manter seus lucros e privilégios, é manter toda luta de classes dentro dos limites da pequena política, evitando com isso a contradição maior, ou seja, o choque entre a manutenção desta ordem estabelecida contra a necessidade de superá-la e construir novas formas societárias.

⁴² Em uma de suas últimas obras, o professor Carlos Nelson Coutinho (1943-2012), volta a Gramsci buscando recuperar do revolucionário italiano o conceito de política. De acordo com Coutinho, “a *grande política* compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas organizações econômicas e sociais, a *pequena política* (política do dia a dia, parlamentar, de corredor, de intrigas), compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (COUTINHO, 2011, p.111).

3.3 Lutas de classes e crise do neoliberalismo

Os movimentos sociais e sindicais cumpriram um papel importante na luta contra o governo de FHC e seu modelo neoliberal. Sob este aspecto, o ano de 1995 foi decisivo na luta contra o neoliberalismo. A postura de FHC em relação à greve dos petroleiros em 1995 era o primeiro passo do governo rumando ao combate às organizações e foi uma demonstração de como este agiria nos anos subsequentes.

No campo, afirma Stedile, “nossa reflexão nos levou à conclusão de que, para conquistar a reforma agrária, tinha que mudar o plano neoliberal. Ou seja: a reforma agrária depende das mudanças no modelo econômico” (1999, p.55). Nesse período, o MST participa das lutas contra as privatizações, contra a implantação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, sofrendo duras repressões e massacres⁴³.

Em decorrência da ofensiva orquestrada pelo novo governo e implementada pelo Estado, percebe-se que houve mudança no caráter da luta pela terra e pela Reforma Agrária. Os inimigos no campo se transfiguraram e se metamorfosearam, em decorrência do apoio do governo e do Estado. O latifúndio atrasado foi incorporado pelo grande capital (industrial e bancário) e passa a ser componente do denominado agronegócio. Esse modelo, assim como o governo e o Estado passam ser os alvos a serem enfrentados pelo MST. Em outras palavras, o MST passou a enfrentar o capital financeiro como um todo, representado principalmente pelas transnacionais.

Esta nova configuração das oligarquias agrárias em aliança com o capital nativo e estrangeiro, além de manter o monopólio oligárquico da terra, forçou o movimento a construir alianças mais consistentes no campo e na cidade e uma articulação internacional mais sólida. Desta maneira, numa relação dialética, a luta pela reforma agrária se politizou e deixou de ser

⁴³ Refiro-me ao massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, no Pará. Mil e quinhentos trabalhadores ligados ao MST faziam parte do acampamento da Fazenda Macaxeira e deslocavam-se para Belém para exigir do INCRA e do Governo do Estado o cumprimento de um acordo, que previa a desapropriação da fazenda. Após um cerco policial para desobstruir a rodovia, o batalhão comandado pelo Coronel Mário Colares Pantoja avançou disparando e lançando bombas de efeito moral. O resultado foi 19 mortos, sendo a metade executados à queima-roupa. Quatro deles receberam tiros na testa a curta distância, depois de rendidos. Dos 155 policiais que participaram da ação, Mário Pantoja e José Maria de Oliveira, comandantes da operação, foram os únicos condenados, entretanto, já estão soltos! Outro massacre viera ocorrer sete anos mais tarde, no dia 20 de Novembro de 2004, quando pistoleiros armados atacaram o acampamento Terra Prometida. Este massacre transformou-se em um dos casos mais dramáticos e emblemáticos do primeiro mandato do Governo Lula. O massacre de Felisburgo, na fazenda Nova Alegria, no município de Felisburgo, MG, ceifou a vida de cinco trabalhadores sem terra e mais de vinte pessoas foram feridas, inclusive uma criança de doze anos.

uma luta específica dos camponeses, atingindo um patamar mais elevado nas lutas de classes em decorrência da ofensiva do capital internacional sobre a terra e os recursos naturais.

3.4 A dialética das lutas de classes na recente formação da classe trabalhadora brasileira

O comportamento do movimento social no Brasil, ou melhor, o acirramento das lutas de classes ao longo do século XX, nunca respeitou uma linearidade. Grosso modo, no último século tivemos o seguinte movimento da esquerda social no Brasil, que em analogia pode ser comparado às ondas do mar: ou seja, com momentos de mobilizações que se avultam e crescem, e com momentos de refluxo deste movimento - portanto das perspectivas transformadoras da classe trabalhadora.

Desta maneira, de 1900 a 1930 tivemos um período de florescimento de organizações e de ascensão de lutas sociais e populares; a primeira grande manifestação do 1º de maio no Brasil deu-se no Rio de Janeiro em 1906, liderada pela Confederação Operária Brasileira – COB. Era o proletariado que estava se formando e absorvia a experiência dos imigrantes que vinham para cá com suas ideias anarco-sindicalistas.

O operariado nacional, sentindo-se prejudicado, revoltou-se contra os baixos salários, chagando a mobilizar 100 mil pessoas entre 1917-1920 em mais de 200 greves no Rio de Janeiro e São Paulo, tendo como pauta principal a *redução da jornada de trabalho* e melhores condições de trabalho.

No campo, a luta do Contestado em Santa Catarina fazia-se ouvir de sul a norte. A *coluna Prestes*, iniciada em Santo Ângelo (RS), com 300 soldados, tinha como objetivo principal enfraquecer política e militarmente o governo de Artur Bernardes, bem como denunciar as injustiças no Brasil. Esta coluna se juntou com a coluna paulista de Miguel Costa em 11 de abril de 1925 e só terminou na Bolívia após percorrerem mais de 25 mil quilômetros. Nas grandes cidades, a Semana de Arte Moderna em São Paulo e, em março de 1922, a fundação do PCB expressavam grande efervescência cultural e social.

Posteriormente, a partir da “revolução⁴⁴” de 1930 e o Estado Novo de Vargas, e a repressão seletiva imposta pelo seu governo⁴⁵, o quadro muda; Prestes e o PCB resolveram

⁴⁴ A “*revolução de 30*” foi um movimento político militar que determinou o fim da 1ª República (1889-1930). O movimento eclodiu simultaneamente no Rio Grande do Sul e Minas Gerais na tarde do dia 3 de outubro e logo já era vitorioso em todo o país. A *Aliança Liberal* (MG, RS, PB) colocou Vargas no poder, contra Julio Prestes indicado de Washington Luiz.

usar a Aliança Nacional Libertadora - ANL como um verdadeiro instrumento de tomada do poder e, após as primeiras repressões, adotaram uma linha política agressiva tentando um golpe em novembro de 1935, que ficou conhecido como *Intentona Comunista*, derrotada imediatamente pelo governo.

Em consequência, o PCB foi posto na ilegalidade, o sindicalismo sob a tutela do Ministério do Trabalho etc. Em 10 de novembro de 1937, Vargas impõe a nova constituição, nos moldes fascistas e dá o golpe que instaura o *Estado Novo* (1937-1945). Os anos que seguiram foram de prisões, de repressão violenta e sistemática contra todas as correntes socialistas. Tudo isso impôs um refluxo ao movimento da classe trabalhadora, portanto nas lutas de classes. A desmoralização do fascismo e do nazismo externamente repercutiu aqui no Brasil. Vargas ainda tentou reformar o regime; no entanto, acabou deposto por um golpe militar em outubro de 1945.

Com o fim da Era Vargas (1930-1945), deu-se novamente um período de ascensão das organizações e mobilizações entre os anos de 1945-1964; nas eleições de dezembro de 1945, o PCB elegeu Luiz Carlos Prestes senador e vários deputados federais (entre outros, Jorge Amado) e estaduais, a exemplo de Caio Prado Jr. para Assembleia Legislativa de São Paulo: teve cerca de 200 mil filiados - além de ser apoiado por diversos intelectuais e artistas como Di Cavalcanti, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Monteiro Lobato etc.⁴⁵.

No âmbito rural, na década seguinte, surgem as Ligas Camponesas, a ULTAB, o MASTER, as lutas pelas reformas de base etc. Pelo elencado, os primeiros anos da década de 1960 foram muito agitados em nosso país. Jânio Quadros (o homem da vassourinha e que condecorou Che Guevara com a medalha Cruzeiro do Sul) e que sucedeu Juscelino Kubtchek renunciou em agosto de 1961. Assumiu em seu lugar o vice, João Goulart, JANGO, que era herdeiro político de Vargas e preconizava as reformas de base. Entretanto, todo este clima de efervescência no país foi interrompido pelo golpe de 1964.

⁴⁵ Getúlio Vargas dividiu os comunistas com suas ações populistas; regulamentou a jornada de 8 horas de trabalho, determinou a carteira assinada pelos patrões e instituiu leis trabalhistas. Paralelamente industrializou o país beneficiando o capital industrial. Desse modo, é somente a partir dos anos de 1930 que o Estado passou a colidir com interesses particulares do capital, mas no geral atende os interesses do capital e incorpora parte das reivindicações da classe trabalhadora. Ele reprime os comunistas, mas incorpora parte de suas reivindicações. Isso foi uma constante na história do Brasil: desde 1930 o Estado e os governos reprimiram as organizações da cidade e do campo, mas concederam, em parte, direitos sociais ou políticos às massas trabalhadoras e camponesas. Assim sendo, pode-se dizer que isso foi constituindo certa legitimidade do Estado perante as classes trabalhadoras.

⁴⁶ O PCB foi posto novamente na ilegalidade em janeiro de 1948. Em 1950, Getúlio volta ao poder e fica até agosto de 1954, quando é encontrado morto em seu quarto com um tiro no peito.

O que se seguiu ao golpe, até a entrada dos anos 1980, embora com muita resistência, foram longos quinze anos (1964-1979) de descenso das lutas de massas e de divisões, de aniquilamento das forças progressistas e socialistas.

O golpe civil-militar, como apontamos no primeiro capítulo, interrompeu a possibilidade mais concreta de realizarmos reformas estruturais em nossa sociedade. Neste sentido, o golpe foi mesmo preventivo, inserido numa estratégia de contra-revolução preventiva patrocinada pelos EUA impondo uma profunda derrota às lutas das classes trabalhadoras.

Entretanto, a classe trabalhadora do Brasil não capitulou e, ainda sob o regime de exceção em 1979, retoma suas mobilizações sociais, num contexto de crise da ditadura. Assim sendo, de 1978 a 1992, ou seja, desde as greves do ABC Paulista, adentramos novamente em um período de ascensão das organizações e de grandes lutas de massas desenvolvidas pelo conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras.

Desta maneira, influenciadas pela Teologia da Libertação, surgem as CEBs e a CPT. No campo mais laico ressurgem o movimento estudantil (a UNE), e um pouco mais tarde dá-se o movimento pelas “*Diretas Já*”. Além disso, os trabalhadores mobilizados, em luta, fundam o PT, a CUT e o MST.

O último grande marco de mobilização de massa deste período foi a marcha do MST à Brasília, em abril de 1997, chegando à capital federal com mais de 100 mil marchantes. Em 2002, a vitória eleitoral representou a concretização da meta-síntese do PT e do bloco de “Lula Lá”. O PT, com o apoio do *bloco político-social*, ganhou o governo, mas não todo o poder. Desde então, de 2003 aos dias atuais, paradoxalmente, novamente registra-se um período de descenso e crise nos movimentos sociais, nos sindicatos e suas centrais e nos partidos políticos que compõem o espectro da esquerda brasileira.

3.5 Retomando o fio da história: a grande conquista do bloco político-social – LULA LÁ

A década de 1980 é crucial para entendermos a conformação da sociedade civil no Brasil. Foi um período de lutas acirradas no próprio espaço da sociedade civil e de constituição de variadas organizações (sindicatos, movimentos populares e sociais etc.) que cresceram muito nesta década, ao ponto de, se não ameaçar, incomodar os postos avançados ocupados pelas classes dominantes.

A retomada das lutas, fruto da resistência à ditadura civil-militar, permitiu surgir diversas organizações sindicais e partidárias e os camponeses se somaram organizadamente nesse processo, que caracterizou a retomada da esquerda brasileira, buscando consolidar um projeto político e desenvolvendo lutas conjuntas com o objetivo de superar o projeto da classe dominante brasileira.

Desse modo, na primeira metade dos anos de 1980 ganham forma organizadas as demandas de algumas categorias específicas como, por exemplo, o movimento negro que adquire visibilidade nacional, o movimento feminista e as suas manifestações, as lutas dos povos indígenas ganhando ampla repercussão inclusive com representante na constituinte. Foram, como vimos, os anos da gênese e da e a formação do *bloco político-social* numa perspectiva classista e de lutas pelas mudanças estruturais na sociedade brasileira.

Já na segunda metade dos anos mencionados acima, através da organização de base, das greves como principal forma de luta, dos atos públicos, das marchas, das passeatas e ocupações etc., os trabalhadores brasileiros conseguiram organizar e consolidar a CUT, assim como outras centrais, e um movimento camponês, o MST, como nunca havia ocorrido na história da classe trabalhadora brasileira. Não obstante, claro, a consolidação do maior partido político de massa o PT, como arauto das principais bandeiras e reivindicações da parte organizada da classe trabalhadora.

As três principais organizações desta década (PT, CUT e MST) almejavam, em suas origens, mudanças no modelo econômico e político vigente à época e havia uma perspectiva classista em praticamente todas as lutas por elas desenvolvidas. De acordo com Virginia Fontes, “o horizonte contra-hegemônico capitaneado pelo PT encontrava seu ponto de união em torno de um projeto democrático, com teor anticapitalista, mas com matizes fortemente corporativas” (2010, p.249). Continua a autora: “a importância do PT como polo nucleador dos movimentos sociais de base popular o instaurava como a expressão político-partidária dos segmentos subalternos da sociedade civil” (idem, p.240).

Desta maneira, os trabalhadores organizados na CUT, no MST e com alguma proximidade ou simpatia para com o PT retomavam a palavra e a condução das lutas no cenário nacional, após 20 anos de ditadura. Além de se constituírem como atores políticos importantes, demonstraram que não era a democracia de cúpula institucional que interessava aos trabalhadores; por isso, em 1987, defenderam uma Assembleia Constituinte soberana e exclusiva em relação ao poder executivo e livre das leis arbitrárias imperantes.

Neste cenário de lutas e ascensão popular, o PT votou *não*⁴⁷ a aprovação da nova carta de 1988 em protesto aos princípios conservadores mantidos em questões fundamentais, como por exemplo, não desapropriar terras produtivas, sem definir o que era produtivo etc. Assim, evidencia-se que o novo *bloco político-social* precisava projetar seu próprio projeto – sintetizado no mote da campanha eleitoral “Lula lá” que se efetivada permitiria a construção do projeto.

Talvez o ápice desta década tenham sido as importantes vitórias eleitorais do PT nas eleições de 1988, em prefeituras de grande porte político como Porto Alegre, São Paulo, Campinas etc., bem como a maior e bem organizada greve nacional (greve de 14 e 15 de março de 1989) contra o arrocho salarial. Destacam-se, ainda, a disputa eleitoral e de projetos nas eleições de 1989. O programa de governo apresentado nestas eleições, sob a forma de treze teses centrais foi constituído e referendado a partir das bandeiras defendidas pela CUT, pelo MST e demais movimentos populares ou de base. Isso tudo evidenciava a força política do novo *bloco político-social*.

A relação entre o PT, a CUT e o MST evidenciada em seus documentos prezava a autonomia; apesar disso, para grande parte da sociedade brasileira, estes *sujeitos sociais coletivos* tinham as mesmas raízes e falavam a mesma língua - a dos trabalhadores. Desta maneira, era comum nesses tempos, mesmo em lutas dirigidas somente pela CUT ou pelo MST, apresentar-se para a sociedade, principalmente através da grande imprensa, “*que o PT estava por trás*” daquelas manifestações ou badernas.

No tocante à relação entre a CUT e o PT, de acordo com Soares (2005), trata-se de duas trajetórias inseparáveis, pois não é possível falar do PT sem falar da CUT e vice-versa. Embora o partido e a central tenham atuações autônomas, pelo menos teoricamente, isso não impede que sindicalistas do PT intervenham no interior da CUT e vice-versa. Tanto o PT como a CUT, em suas origens, tiveram como base principal os operários das multinacionais do ABC paulista e os funcionários públicos vinculados ao que ficou conhecido como sendo o *novo sindicalismo*. De acordo com SECCO (2015, p.27), “é possível hoje avaliarmos melhor essa história. Isso porque se tornou muito pequena a diferença que separa alguns dos pressupostos do velho sindicalismo do passado com a ação do PT e da CUT no início do século XXI”.

⁴⁷ A votação, realizada dia 22 de setembro, registrou 474 votos a favor e 15 contra a nova carta (todos do PT). O deputado João Paulo Pires de Vasconcellos (PT-MG), contrariando decisão do partido, votou *sim*. In. O PT e a constituinte. Ed. Perseu Abramo, Ano 6, num. 5, 2011.

Claro que esta relação não se deu e não se dá de forma harmoniosa nem com neutralidade; o que ocorre é que deve haver e há uma distinção entre sindicato, central sindical e partido político. Podemos considerar estas organizações como instâncias independentes, tendo cada um seus métodos próprios de organização. Sinteticamente, podemos dizer que ao movimento sindical cabe a tarefa principal de organizar e mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras na luta contra a exploração capitalista, por melhores salários e por melhores condições de trabalho. E ao partido cabe a tarefa de aglutinar os anseios coletivos, as diferentes pautas e direcionar o processo de transformação social - dar direção ao projeto político maior.

Sobre o PT e o MST, afirma Stedile que esta “relação com o PT sempre foi bastante clara. É uma relação de autonomia [entretanto, continua Stédile]... há uma proximidade quase que natural entre um movimento com características popular, sindical e política, e a proposta política de um partido da classe trabalhadora” (STEDILE, 1999, p.38). Na entrada dos anos 1990, ainda com os efeitos da sofrida derrota para Collor, e sob um contexto internacional de descenso das lutas de massas e de ofensiva neoliberal, há uma mudança de rumo do PT e da CUT. Diante da crise, o PT e a CUT foram abandonando a perspectiva classista, de mobilização de massa e de lutas pela transformação social e foram rumando para o enquadramento dentro da ordem, para o *consentimento* ou *concertação social*.

Em relação a estas duas forças, dois exemplos são bastante evidentes da sua inflexão: o primeiro, do PT, portanto do Lula; lembramos que este saiu com sua “caravana da cidadania” em busca dos poucos votos dos “descamisados” e da população dos “grotões” que na avaliação interna o fez perder as eleições em 1989, apontando com isso claramente a confiança na vitória quatro anos mais tarde. Ledo engano! As contradições entre as lutas sociais e a perspectiva eleitoral já ficavam claras, ou seja, no campo eleitoral não era possível avançar com projetos de reformas estruturais para a sociedade brasileira. Apesar disso, é evidente e amplamente aceito que o PT passou a priorizar, desde então, quase que exclusivamente o trabalho voltado para as eleições objetivando chegar ao governo.

O segundo exemplo está relacionado à CUT. Quando milhares tomam as ruas diante das denúncias de corrupção do governo Collor, feitas pelo próprio irmão, a CUT não sabia o que fazer. Primeiro foi contra a palavra de ordem “Fora Collor” alegando que isso iria contra

a legalidade; posteriormente, diante da possibilidade concreta do *impeachment*, a CUT⁴⁸ recusou a palavra de ordem “*Eleições Gerais já!*”, defendida por várias organizações que compunham o espectro da esquerda brasileira.

A pesar disso, o desfecho final numa perspectiva aglutinadora e mobilizadora deu-se durante a greve dos petroleiros, realizada em maio de 1995, reprimida duramente pelo governo neoliberal de FHC⁴⁹. As classes dominantes, através de seus meios de comunicação, condenavam a greve com manchetes do tipo, “*fome, arma para sair do plantão*”⁵⁰; contudo, isso não foi suficiente para isolar o movimento. Pelo caráter de enfrentamento ao modelo neoliberal e ao incipiente governo, os petroleiros buscaram apoio social para a sua luta, obtendo-a nos quatro cantos do país. Adesivos com os dizeres “*Somos Todos Petroleiros!*” eram vistos estampados em carros e no peito das pessoas; todavia, greve foi derrotada menos de um mês após ter sido deflagrada. A causa principal da derrota, aceite amplamente, foi porque a CUT, maior central do país, não foi capaz de incorporar a luta dos petroleiros, chamando uma greve geral imediatamente após a paralisação.

Afastada das bases sindicais, dos trabalhadores sem carteira assinada, a CUT não conseguiu mobilizar nem mesmo os que carregavam no peito o lema: “*Somos Todos Petroleiros!*”. Desta maneira, concomitantemente às profundas mudanças que ocorriam na sociedade brasileira com o avanço do neoliberalismo de FHC, a CUT também se transformava. Caminhava a passos largos “*da contestação a conformação*”, como nos indica o título do livro de Paulo Tumolo.

Sabemos que a organização das greves por parte do movimento sindical é um recurso nitidamente político, contra um governo, uma empresa ou contra determinada política que afeta o conjunto dos trabalhadores. Ao longo dos anos 1990, nenhuma greve nacional massiva foi puxada e organizada pela CUT, demonstrando a mudança de postura política da maior central brasileira.

⁴⁸ Depois que os estudantes, principalmente os vinculados a UNE, os artistas, os intelectuais, os movimentos sociais e populares e até mesmo parte da base de apoio de Collor exigiam o “fora Collor” a CUT mudou de posição e decidiu, finalmente, ir às ruas também.

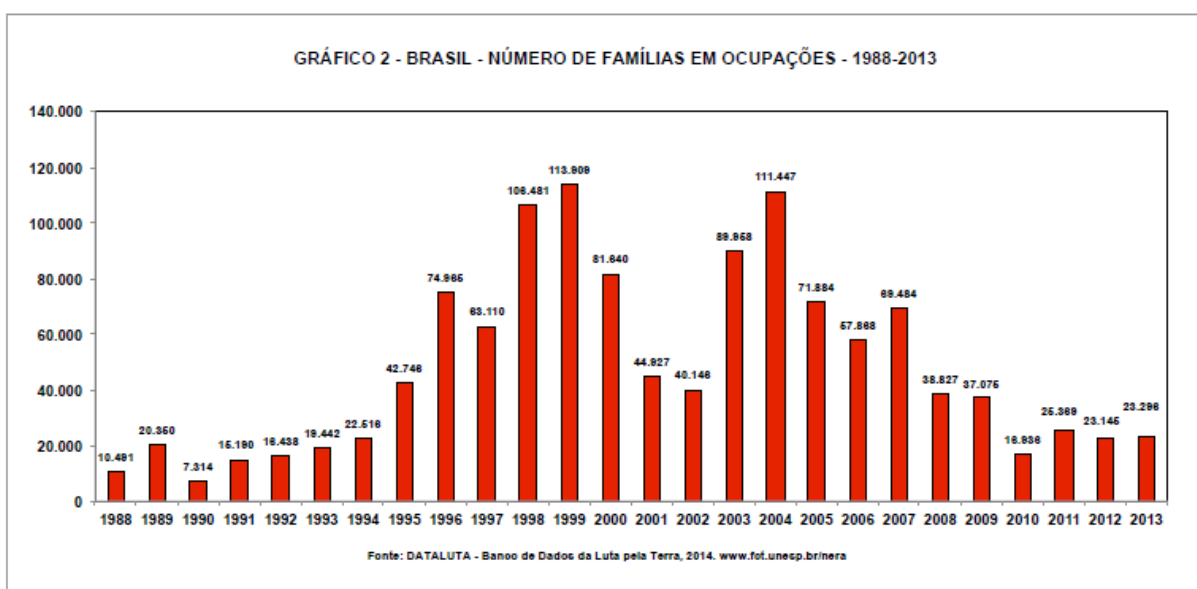
⁴⁹ Fernando Henrique Cardoso se elegeu presidente em 1994, sucedendo Itamar Franco, que assumiu a presidência após a renúncia de Collor. No governo de transição de Itamar, FHC era ministro da fazenda e gozou de popularidade por implementar o plano real. Era um intelectual (sociólogo) respeitado no meio acadêmico e, no período da ditadura civil-militar havia sido perseguido pelo regime. Seu legado, portanto, o credenciava para ser o representante do “centro democrático”, ou melhor, das classes dominantes.

⁵⁰ Manchete do Jornal “o globo” da família Marinho. Dia 5 de maio de 1995. Na manchete do dia anterior, 2 de maio, lia-se que “a greve prejudicava o abastecimento e os hospitais”.

Entre os anos de 1997 a 2003, a crise do capitalismo foi aguda e intensa. Milhares de pessoas estavam desempregadas, morando mal, se alimentando aquém de suas necessidades básicas. Isso possibilitou ampliar a base social do MST e ao mesmo tempo servia de comprovação empírica do discurso político de que o modelo neoliberal havia fracassado do ponto vista social.

Em relação ao MST, entre os anos de 1997 e 2004, ele ampliou consideravelmente seu leque de apoio e de base social. Nesse período, como podemos observar no gráfico 3, ingressaram no movimento algo em torno de 650 mil novas famílias através dos mais de 4.400 acampamentos espalhados Brasil afora (ver gráfico 1 na pág. 57).

Gráfico 3.



Observamos que nos anos de 2001 e 2002 o número de ocupações caiu drasticamente. Podemos interpretar estes números de duas maneiras. Uma primeira hipótese bastante plausível é que tal redução tenha se dado devido à forte repressão do governo FHC, que havia declarado o MST seu inimigo número um. Uma outra hipótese considera que, neste período, o PT e o núcleo duro da campanha do então candidato Lula - visualizando a possibilidade concreta da vitória – avaliaram como ruim manter um elevado número de ocupações e de lutas diante dos olhos da sociedade, podendo fazer o partido perder votos e inviabilizar a vitória. Nesta segunda hipótese, se comprovada, revela-se a forte influência do PT sobre o bloco político-social.

Nos anos seguintes à vitória eleitoral, mais claramente, nos dois primeiros anos do governo Lula, o movimento voltou a massificar o número de acampamentos. Somou-se a esta considerável base social todo um leque de apoio urbano, seja ele organizado ou não. Isso

proporcionou um salto quantitativo no MST, fruto do trabalho qualitativo (formação política, relação com a sociedade e trabalho de base) feito ao longo dos anos precedentes.

Estamos demonstrando que nos anos de 2003 e 2004, como podemos confirmar no gráfico acima, o MST mobilizou mais de 200 mil novas famílias em mais de 1200 novos acampamentos, em todos os estados onde estava organizado, o que em números absolutos ultrapassou mais de um milhão de pessoas mobilizadas em torno das bandeiras de lutas levantadas pelo movimento.

O MST mobilizou massas urbanas, contribuiu com a organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, mais tarde do Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD etc.; contudo, no último período esta estratégia de atuação do MST foi se arrefecendo e perdendo a sua magnitude. As manifestações espontâneas das massas urbanas em junho de 2013 são reveladoras neste sentido. O MST, surpreendentemente, apareceu alheio e ignorado, ou seja, sem qualquer influência sobre aquelas massas mobilizadas.

Sabemos que a luta pela terra é a que dá origem ao MST; porém, o ápice da mobilização de pessoas em torno do movimento foi quando este participou e contribuiu para realizar lutas urbanas, principalmente de 1997 a 2004. Um exemplo claro disso foi a marcha nacional com o lema “*Por Reforma Agrária, Emprego e Justiça!*”⁵¹ que foi recebida em Brasília por aproximadamente 100 mil pessoas na *Esplanada do Ministérios*. Coroando este processo de lutas e mobilizações deu-se a vitória eleitoral em 2002, o que não assinala – apenas – como algo do MST, mas de todo o *bloco político-social*. Contudo, o MST, juntamente com as forças sociais que compunham o campo político que protagonizaram estas façanhas, não lograram grandes conquistas (nenhuma grande reforma estrutural foi feita em favor do mundo do trabalho), talvez por hesitar em colocar estas massas em lutas para superar a forma de sociedade burguesa.

⁵¹ Quase um ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás, no dia 17 de fevereiro de 1997, cerca de 1.300 Sem Terra iniciam a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. O objetivo era chegar a Brasília no dia 17 de abril, exatamente um ano após o Massacre. Os Sem Terra partiram de três pontos diferentes do país e, por dois meses, atravessaram a pé diversos municípios do Brasil. Uma das colunas, com integrantes dos estados do sul e São Paulo, partiu da capital paulista com 600 pessoas. A outra com o pessoal de Minas, Espírito Santo, Rio e Bahia, saiu de Governador Valadares (MG) com 400 integrantes. A terceira coluna, com militantes de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e Distrito Federal, partiu de Rondonópolis (MG) com 300 pessoas. O percurso de cada coluna foi de cerca de 1.000 km. No dia 17 de abril, dia da chegada em Brasília, cerca de 100 mil pessoas receberam os Sem Terra demonstrando solidariedade e simpatia pela luta por Reforma Agrária (in. <http://www.mst.org.br/nossa-historia/97-99>).

Os movimentos do campo e o movimento sindical urbano ficaram esperando que o governo tomasse a iniciativa rumo às reformas estruturais tão almejadas em nosso país. Claro que foram efetivadas inúmeras lutas, as organizações não deixaram de fazer ocupações, marchas e atos políticos. Porém, o número foi-se reduzindo aceleradamente, como podemos observar no gráfico 2, e o conteúdo político das lutas não foi atualizado diante da nova situação política. Ao que parece, o MST optou por ser um movimento camponês, voltando-se para os problemas do campo na expectativa que Lula iria resolver o problema da terra no Brasil. Ledo engano.

Voltando ao ano de 1997, após a chegada triunfal da marcha à Brasília, ensaiou-se uma possibilidade de construção de algo alternativo em relação à força hegemônica do bloco político-social - o PT. Entretanto, embora tenha se avançado na formulação teórica sobre as bases constitutivas do que seria um *novo projeto para o país*⁵², na prática a nova iniciativa não logrou êxito de construção orgânica e de força política capaz de aglutinar as forças sociais para construí-lo. Isso não esgotou, porém, o esforço, não apenas do MST, mas da articulação de resistência camponesa - a *Via Campesina*⁵³ - que almejava a possibilidade de construção de um novo projeto para o Brasil, contra a ordem estabelecida. Esta perseverança, em grande medida, remava contra a maré das organizações sindicais urbanas, já absorvidas pela ofensiva capitalista.

Chegado o ano de 2003, assume um novo governo, de caráter popular, eleito pelo povo como resposta ao descontentamento com a política neoliberal. O *boom* das *commodities* de celulose, de petróleo, de grãos etc., fruto da especulação financeira, se quisermos, da financeirização da economia ou do domínio do capital fictício, fez com que no período subsequente o Brasil voltasse a experimentar uma “*marolinha*” de crescimento econômico, o que possibilitou os programas de “retomada do crescimento”, o Programa de Aceleração de Crescimento - PAC, o crédito fácil e o estímulo ao consumo.

⁵² O livro “*A opção brasileira*”, organizado por César Benjamin, foi à expressão máxima de formulação teórica desta iniciativa. Do ponto de vista prático, foi a Marcha Popular pelo Brasil, coordenada pelo MST, CUT, CMP, MMTR, MPA e a CNBB. Largando em 26 de julho, da frente da sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, cerca de mil trabalhadores caminharam até Brasília, em defesa do Brasil, por terra, trabalho e democracia - foi à máxima mobilização.

⁵³ A Via Campesina é um espaço de *articulação* e *mobilização* de movimentos sociais camponeses e entidades de apoio à luta dos trabalhadores e trabalhadoras que vivem no campo. É um espaço de articulação internacional, latino-americano, nacional e regional. Assume perfis diferenciados, conforme o espaço de atuação e a diversidade das realidades locais dos movimentos que a compõem.

Entretanto, o governo Lula deu continuidade à política macroeconômica implementada pelo governo FHC após a crise de 1999: adoção de metas de inflação, câmbio flutuante, ajuste fiscal e contínuo aumento do superávit primário, entre outros. A política econômica adotada pelo novo governo baseou-se, fundamentalmente, numa continuidade “aperfeiçoada” do paradigma neoliberal.

Aperfeiçoada porque segue a cartilha do grande capital de maneira absoluta ao combinar a ortodoxia político-econômica dos governos anteriores com a particularidade da política social: o governo Lula acrescentou à aplicação do neoliberalismo o tratamento diferenciado às questões sociais. Ao fortalecer programas do tipo bolsa-família, que não são construídos como direitos dos trabalhadores, mas como “benefício”, ele legitima a política econômica e os problemas sociais são tratados como esmola. Com isso, o governo Lula⁵⁴ anestesiou de maneira impressionante a classe operária e os camponeses brasileiros.

Contudo, a história já havia indicado e nos fornecido algumas lições a esse respeito, quando na Idade Média a Igreja Católica formava sua hierarquia com as melhores cabeças do povo, pondo de lado posição, nascimento e fortuna, o que era um dos principais meios de fortalecer o domínio do clero e de subjugar os leigos. Marx é enfático a esse respeito: “quanto mais uma classe dominante é capaz de acolher em seus quadros os homens mais valiosos das classes dominadas, tanto mais sólido e perigoso é seu domínio” (MARX, 1975, p. 689).

Observa também Luciano Gruppi (1978) que Marx “explica a história remontando-se à estrutura capitalista subjacente aos vários eventos, mas também à análise das forças políticas, à *análise das personalidades individuais e da função que estas desempenham*” (GRUPPI, 1978, p.129. Itálicos meus).

Pode parecer contraditória, e de fato o é; no entanto, é compreensível a posição política do *bloco político-social* frente à eleição do primeiro presidente operário, pois o realinhamento do *bloco* em torno do novo governo era uma análise concreta de uma situação concreta visando acumular forças. O problema é que, de acordo com Iasi,

aquilo que chega ao governo em 2002 não é mais o mesmo partido fundado há mais de 20 anos. Mesmo ardorosos defensores da atual forma, e que não vão concordar com a tese da morte, preferindo identificar nos sinais de apodrecimento tons

⁵⁴ Sem querer fazer uma análise moral do governo Lula, pois isso está longe de ser o objetivo, nem são nosso objeto de análise os oito anos do governo Lula. Entretanto, cabe aqui um comentário. Talvez fosse arriscado demais afirmar que Lula é um dos homens mais “valiosos” da classe trabalhadora, mas ele é, sem dúvida nenhuma, fruto de muitos anos da vida de luta de milhares de homens e mulheres desse país, e principal dirigente e formulador do PT. Esse fato traz um peso muito grande para a esquerda brasileira e contribui, na nossa opinião, para o quadro de confusão, de despolitização e descenso do movimento de massa.

saudáveis de maturidade, são obrigados a confessar que o PT mudou muito (2006, p.359).

Ocorre que, para piorar este quadro, o realinhamento do *bloco político-social* deu-se de forma acrítica, como uma espécie de “cheque assinado em branco”. Embora não sejam objeto de análise as condições que levaram à vitória de Lula, cabe no mínimo um destaque para ilustrarmos do que estamos falando – a “Carta ao povo brasileiro”, divulgada por Lula meses antes do pleito eleitoral. De acordo com Iasi, “a experiência petista chega ao governo concedendo vantagens à burguesia antes mesmo de ser eleita, como pode ser vista na famosa “Carta aos brasileiros”, ironicamente batizada de “Carta aos banqueiros” por línguas maledicentes” (IASI, 2006, p.548). Não obstante, a expectativa era grande do ponto de vista do MST, representando o campo brasileiro, e da CUT, representante dos sindicalizados e urbanos.

Na “Carta do MST ao Povo Brasileiro e ao Presidente Lula”, de novembro de 2002⁵⁵ podemos notar a grande expectativa do movimento em relação ao novo governo: “estamos movidos pela esperança e pela confiança de que é possível um outro Brasil, onde mulheres, homens, crianças, jovens e idosos tenham todos, uma vida digna e feliz”. Não bastasse esta grande esperança do movimento⁵⁶, identificamos a disposição do MST de contribuir com o novo governo: “contribuiremos em tudo o que for possível com o novo governo, para que haja a tão sonhada reforma agrária”. Em novembro de 2003, após uma grande mobilização do MST, inclusive com marcha de Goiânia a Brasília, foi obtido como resultado a promessa de assentamento de 400 mil famílias, que nunca se concretizou. A CUT, por sua vez, rapidamente tratou de assumir o Ministério do Trabalho, indicando seus quadros históricos e principais dirigentes⁵⁷.

Em relação ao PT e seu governo, suas ações foram contrariando, gradativamente, todas as expectativas do MST expressas na carta de Caruaru (PE), onde se exaltava “a oportunidade, neste momento, de realizar a tarefa histórica de implementar uma verdadeira reforma agrária, para democratizar o acesso à terra e eliminar a fome, o desemprego e as

⁵⁵ A carta foi escrita em Caruaru, agreste pernambucano, em novembro de 2002, durante a realização da reunião da Coordenação Nacional do MST.

⁵⁶ No momento talvez se justificasse mesmo tal empolgação. Afinal de contas, “nunca na história deste país” uma pessoa de origem humilde, nordestino e operário, havia chegado a presidência da República.

⁵⁷ Luiz Marinho foi ministro do Trabalho e Emprego (2005/6) e ministro da Previdência Social (2007/8) no governo Lula. Foi durante o primeiro governo Lula que a reforma trabalhista entrou na pauta do dia, contrariando a expectativa de milhões de trabalhadores.

injustiças sociais” - o partido foi incapaz de elaborar um plano ousado para a realização desta tão sonhada reforma.

O PT significou na sua gênese o produto do amadurecimento da classe operária. Entretanto, chegou ao governo já desgastado pelos anos 1990; como considera Iasi (2006), o PT se acomodou e procurou um caminho de conciliação muito ao estilo do que se criticava no velho PCB ou mesmo no PTB pré-64.

O PT se mostrou viável eleitoralmente; vimos isso com a eleição de Lula em 2002, depois sua reeleição em 2006 - mesmo após sofrer uma ofensiva em decorrência do “*mensalão*”, em 2010, Lula fez seu sucessor elegendo Dilma Rousseff presidente. Embora com muitos descontentamentos internos em torno da escolha da candidata de Lula à presidenta e, por último, atravessando grandes manifestações de ruas em junho de 2013, Lula e o PT conseguiram efetivar a reeleição de Dilma em 2014 - ainda que por diferença pequena de votos.

Em suma, podemos concluir que o partido se transformou em uma máquina eleitoral distante das organizações sociais das massas e o seu programa, que outrora representava os trabalhadores, regrediu para um (neo) desenvolvimentismo.

Em relação ao MST, este continuará cumprindo um papel histórico e poderá cumpri-lo por um longo período ainda. Tem um legado inquestionável. Poderá, com certeza, se somar às futuras lutas das massas urbanas. No entanto, é pouco provável que estará contribuindo enfaticamente na condução dos processos. Isso porque a força que impulsionou o MST se esgotou, assim como as forças que impulsionaram o PT e a CUT ao longo das duas últimas décadas do século XX. Mas o MST tem e continuará tendo seu lugar na história pelo que fez.

O paradoxo é evidente, pois o MST foi, em nossa avaliação, a organização social que mais acumulou forças significativas ao longo dos anos 1980 e 1990. Deveria, pelo acúmulo histórico que tem, pelo capital político que aporta, contribuir de forma mais abrangente e sistemática no processo de superação da forma social excludente e opressora que impera em nossos dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que em história nenhuma palavra é inocente, escrever sobre o passado recente das maiores organizações sociais presentes na vida política brasileira não é tarefa fácil. Principalmente, quando estas compõem um campo social, ou seja, um *bloco político-social* que representa a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras organizados/as. Contudo, mais difícil ainda quando se é parte desta história e quando se atua como militante social inserido no MST - portanto, comprometido de alguma forma com a temática.

Ao longo deste trabalho buscamos analisar questões que ultrapassaram o domínio político estrito senso, que dizem respeito à vida das organizações. Entendemos que o passado não existe em si, sem as reflexões do presente e que a história é política, ou seja, propõe soluções e problemas para assuntos da atualidade. Por isso, detivemos-nos mais na análise dos processos históricos do que nos acontecimentos.

Por conseguinte, não foi, definitivamente, tarefa fácil desligar-se do meu tempo e do meu meio. Dessa maneira, a isenção tão almejada por intelectuais acadêmicos e\ou pós-modernos no campo das ciências sociais não toma corpo neste trabalho.

Buscamos analisar a trajetória do PT, da CUT e do MST numa perspectiva crítica, visando compreender do ponto de vista dialético as contradições inerentes aos processos de rupturas e de acomodações diante das formas sociais hegemônicas.

Esta pesquisa trouxe-nos vários elementos de reflexão sobre a atuação do *bloco político-social* dentro de seu contexto histórico e sobre as definições políticas, bem como as políticas de alianças como um processo em devir que está acontecendo.

Assim, considerando os conflitos e as expectativas que advêm da contraditória realidade, obtivemos uma visão geral das lutas de classes no Brasil e da trajetória do *bloco político-social* que se constituiu nos anos 1980 e está presente até os dias atuais. Aprendemos nestes estudos teóricos, assim como, em nossa prática, que não existe conhecimento fora da sociedade e que nós não existimos sem mediação e conhecimento.

Vivemos num mundo em que as desigualdades de classes são cada vez mais acentuadas, sendo, portanto, um desafio para nós, militantes sociais, pensarmos as ações políticas de nossas organizações sempre dentro do contexto histórico. Pois, segundo Hirano (2002, p. 127): “todas as formações sociais são históricas e transitórias, o mesmo ocorrendo com as categorias que as explicam, e estas não se ordenam em segmentos estáticos e dinâmicos”.

Como se trata de um trabalho preliminar tem-se a pretensão de seguirmos aprofundando os elementos que aqui desenvolvemos sumariamente. Desse modo, chegamos, pois, a questões que nos instigam a continuar a pesquisa e que não são abordadas neste trabalho: como têm se desenvolvido as *lutas de classes* e o comportamento do *bloco político-social* diante do governo brasileiro no primeiro decênio do século XXI? Ou compreender como se dá a relação dos *sujeitos sociais coletivos* com os governos de princípios democráticos e populares. E outras velhas questões nos intrigam: até que ponto, sob o domínio do capital, é possível nos desenvolvermos plenamente e resolver os problemas estruturais de nossa sociedade e alcançarmos a emancipação humana?

Almejamos continuar buscando em nossa realidade prático-social respostas para estas e outras questões. Acreditamos que, após ter passado mais de uma década do novo século, é chegado o momento de realizarmos uma análise crítica do nosso passado mais recente. Coloca-se como desafio de estudo para o futuro, a análise do comportamento das classes sociais e do *bloco político-social* no século XXI, nos dois governos Lula e em especial nos governos Dilma.

Há, entretanto, esferas e lacunas abertas na presente pesquisa que não pudemos sanar com as nossas pesquisas ou com a realização deste trabalho e carecerão de estudos, pesquisas e reflexões determinadas. Podemos destacar, entre elas, a participação do sujeito social na condução e direção das organizações sociais aqui elencadas, bem como as formas de cooptação de lideranças operadas pelo Estado. E, para o futuro, abrem-se como perspectiva de análise o estudo dos movimentos sociais no âmbito da América Latina e o seu comportamento social no período aqui suscitado.

Deste modo, a fim de darmos uma pausa antes de reiniciarmos uma nova caminhada de pesquisas, debates e reflexões que porventura aqui apenas começamos a levantar, reconheçamos, como diria o poeta, que o “caminho é longo, em parte desconhecido, conheçamos as nossas limitações”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: edição *on line*, 1988.

BENJAMIN, César et al. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio Sobre Ideias e Formas**. Rio de Janeiro: DP&A, 3^oed. 2005.

_____. **Contra a Corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia, SP. Ateliê Editorial, 4^a Ed., 2015.

DIAS, Edmundo Fernandes et al. **O outro Gramsci**. São Paulo. Xamã, 1996.

DATALUTA: **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Relatório Brasil. Edição *on line*, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 5^a ed., 2005.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber**. Campinas: Revista UNICAMP, 3^o ed., 2002.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IBGE, Censo Demográfico. Edição *on line*, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LÊNIN, Vladimir I. **O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo. Centauro, 4^a ed., 2010.

MANDEL. Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MORAES, Denis de. **A esquerda e o golpe de 64**. São Paulo: Expressão Popular, 3° ed., 2011.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital (Crítica da Economia Política)**. Livro I. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O Capital (Crítica da Economia Política)**. Livro I. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 a.

_____. **O Capital (Crítica da Economia Política)**. Livro III. Vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MEDEIROS, Leonilde. **Movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1990.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1984)**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 8° ed., 2011.

_____. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. São Paulo: Cortez, 4° ed., 2007.

ROSSI, Waldemar. GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

STEDILE, João Pedro. MANÇANO, Bernardo Fernandes. **Brava Gente**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

_____. João Pedro. (org.) **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda, 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SADER Emir. GENTILI (ORG). **Pós-Neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Theotônio dos. **Conceito de Classes Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOARES, José de Lima. **O PT e a CUT nos anos 90: Encontros e desencontros de duas trajetórias**. Brasília: Fortium, 2005.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação á conformação: A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas, SP: UNICAMP, 2002.

Sítios:

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.mst.org.br>

<http://www.brasildefato.com.br>

<http://www.cptnacional.org.br>

<http://www.folha.uol.com.br>

<http://www.fct.unesp.br/nera>